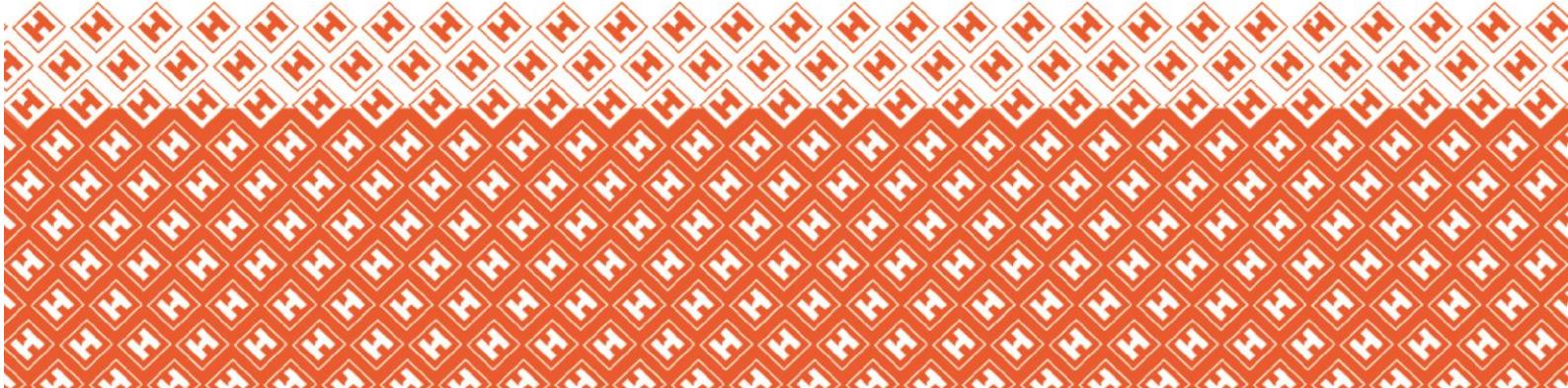




ARLENO AMORAS CORREA

MEMÓRIAS DE UM MUSEU EM ESQUECIMENTO: A BASE AÉREA DE AMAPÁ E O ENSINO DE HISTÓRIA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
AGOSTO/2018



ARLENO AMORAS CORREA

**MEMÓRIAS DE UM MUSEU EM ESQUECIMENTO: A BASE AÉREA DE AMAPÁ
E O ENSINO DE HISTÓRIA**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, Curso de Mestrado Profissional em Rede Nacional PROFHISTÓRIA, da Universidade Federal do Amapá. Área de concentração: Ensino de História. Linha de pesquisa: Saberes históricos em diferentes espaços de memória.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Guilherme da Cruz Alves Junior.

MACAPÁ – AMAPÁ

2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Central da Universidade Federal do Amapá
Elaborado por Mara Patrícia Corrêa Garcia CRB-2/1248

907

C824m Correa, Arleno Amoras

Memórias de um museu em esquecimento: Base Aérea de Amapá e o ensino de história / Arleno Amoras Correa; orientador, Alexandre Guilherme da Cruz Alves Junior. - Macapá, 2018.

109 f.

Dissertação (Mestrado) – Fundação Universidade Federal do Amapá, Programa de Pós-Graduação em Ensino de História.

ARLENO AMORAS CORREA

**MEMÓRIAS DE UM MUSEU EM ESQUECIMENTO: A BASE AÉREA DE AMAPÁ
E O ENSINO DE HISTÓRIA**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, Curso de Mestrado Profissional em Rede Nacional PROFHISTÓRIA, da Universidade Federal do Amapá. Área de concentração: Ensino de História. Linha de pesquisa: Saberes históricos em diferentes espaços de memória.

Aprovada em: ____ / ____ / ____

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Alexandre Guilherme da Cruz Alves Junior (Orientador/ UNIFAP)

Prof. Dr. Marcos Vinicius de Freitas Reis (PROFHISTÓRIA/UNIFAP)

Prof. Dra. Denise Rollemburg Cruz (PPGH/Universidade Federal Fluminense)

MACAPÁ – AMAPÁ

2018

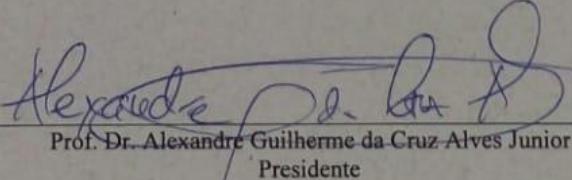


ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

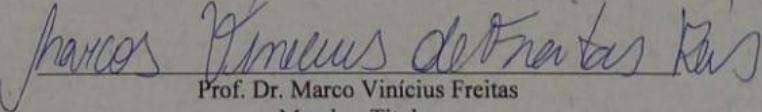
Aos vinte e sete de agosto de dois mil e dezesseito, às 15:00h horas, no Auditório do CEPA realizou-se a Banca de Defesa de Dissertação do mestrando Arleno Amoras Correa, do Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História. A Comissão Examinadora, obedecendo ao disposto no Regimento Interno do ProfHistória, foi constituída pelos professores doutores Alexandre Guilherme da Cruz Alves Junior, Marco Vinícius Freitas e Denise Rollemburg Cruz. O tema arguido foi: *Memórias de um museu em esquecimento: a Base Aérea de Amapá e o Ensino de História.* Após o mestrando ter apresentado os resultados de sua pesquisa, obedecendo ao prazo regimental, foi dada a palavra aos examinadores para arguição. O mestrando respondeu adequadamente às perguntas formuladas e, posteriormente, a Comissão Examinadora reuniu-se para proceder à avaliação. Assim sendo, a Comissão Examinadora APROVADA o mestrando Arleno Amoras Correa. Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Comissão Examinadora deu por encerrado os trabalhos e foi lavrada a presente Ata, devidamente assinada por quem é de direito.

Considerações da Banca:

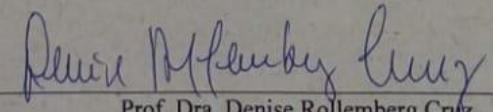
A BANCA DESTACA A RELEVÂNCIA DO TEMA E DO OBJETO DE TRABALHO COM AS FONTES E A BIBLIOGRAFIA SOBRE O TEMA. A BANCA DESTACA TAMBÉM A BOA ESTRUTURA DA DEDSERTAÇÃO E O TRABALHO DE CAMPO. RESSALTAM A QUALIDADE E A REFINANCIAS DO PRONTO FINAL CONTRIBUINDO SE COMO UMA RELEVANTE CONTRIBUIÇÃO PARA OS TRABALHOS EM SALA DE AULA.


Prof. Dr. Alexandre Guilherme da Cruz Alves Junior

Presidente


Prof. Dr. Marco Vinícius Freitas

Membro Titular


Prof. Dra. Denise Rollemburg Cruz

Membro Titular

Macapá, 27 de Agosto de 2018.

Às minhas duas Marias.

Como não entender essa dissertação como uma construção coletiva, diante de tanta colaboração para que fosse finalizada? Por isso quero externar meus cordiais agradecimentos. Minha gratidão:

Pelas oportunidades.... À Capes, à Universidade Federal do Amapá, ao Programa de Mestrado em Ensino de História- Profhistória.

Pela orientação, paciência, humildade, colaboração, contribuição, simplicidade, estímulo, pela confiança, e principalmente por me tranquilizar... Ao professor Alexandre Cruz, muito mais que um orientador.

Pelos incentivos e aulas... Ao colegiado do Programa de Mestrado. Professores (as) Sidney, Cecilia, Giovani, Simone, Carmentila, Daniel, Andrius, Alexandre, Julia e Iuri. Em especial, aos professores que ajudaram na definição do “por onde caminhar” ... Julia, Cecília, Andrius, Giovani, Daniel, Sidney e Denise

Pela amizade, companheirismo, coleguismo e parceria... Aos amigos da melhor turma: PROFISTÓRIA- UNIFAP 2016. Com certeza, belas amizades ficaram. Nós vencemos!

Pela acolhida, entusiasmo e ajuda, à toda E. E. Vidal de Negreiros, em especial às Professoras Maria Clara, Ilka Morais, Aurea Costa, e alunos. E pela, cessão de documentos, disponibilidade e apoio, ao Museu da Base Aérea, na pessoa do gerente Miller Lobato.

Pelos apoio irrestrito e incentivo de sempre... Aos amigos, que não nomearei por serem tantos, muito obrigado por cada palavra de apoio, pelas orações, rezas, velas acendidas, etc.

Por serem esse porto seguro onde nos sentimos em paz... avó, irmãos, irmãs, primos, sobrinhos, afilhados, tios e tias, amigos-irmãos.

Pelas “consultorias técnicas” ... Ao Eliakin, Diego, Ícaro, Marilia Nascimento, Danilo Sorato, Gabriela e Ângela.

Obrigado a todos pelo encorajamento e palavras incentivadoras, isso faz toda a diferença para que a caminhada seja concluída. Não poderia deixar de agradecer ainda, e dedicar esse estudo, para a maior educadora que já conheci: minha mãe, Maria Leomita Amoras. Ensinou-me o quanto valioso é a resistência. Uma Guerreira! Que mesmo possuindo somente a 4^a serie primária, me incentivou a seguir pelos caminhos dos estudos. Obrigado mãe, por me ensinar o bem, foi por você que não parei de lutar!

“Eu vejo um Museu de grandes novidades.”

RESUMO

CORREA, Arleno. **Memórias de um Museu em esquecimento: a base aérea de Amapá e o Ensino de História.** 2018. 111 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) – Universidade Federal do Amapá. Macapá, 2018.

O objetivo da dissertação ora em apreço é apresentar as reflexões da pesquisa realizada no Programa de Mestrado em Ensino de História da Universidade Federal do Amapá- UNIFAP. Tal pesquisa aborda as memórias do Museu da Base Aérea de Amapá numa perspectiva para o Ensino de História da Educação Básica no município de Amapá- AP. Este Museu foi criado no Ano de 1998, com intuito de preservar a herança patrimonial oriunda da instalação da *Naval Air Amapá*, uma base aérea montada e guarnecidada pelas forças armadas do Estados Unidos da América, que serviu de apoio logístico às ações militares dos países Aliados durante a Segunda Guerra Mundial. Atualmente, o citado Museu apresenta grandes problemas de funcionamento, o que dificulta a elaboração de atividades relacionadas ao Ensino de História, uma vez que poderia constituir excelente recurso didático para problematizar o tema da Segunda Guerra Mundial. Através de fontes escritas, depoimentos e análises de questionários semiestruturados, visamos tornar reflexiva a apropriação feita pelo ensino escolar de história na Escola Estadual Vidal de Negreiros, buscando, através de sugestões metodológicas, conciliar aspectos mais amplos e gerais da temática da Segunda Guerra mundial com o conhecimento mais próximo do aluno. Para tanto, foi elaborado um material didático com fotografias antigas e atuais, bem como outras iconografias possíveis, produzidas em rabiscos, pinturas e com apoio de aplicativos que comporão o Catálogo Iconográfico da Base Aérea de Amapá. Dessa forma, espera-se subsidiar a prática docente quanto à abordagem da temática da Segunda Guerra Mundial.

Palavras-chave: Ensino de História, Ensino e aprendizagem em espaços não-formais, Patrimônio, acervos e Museus, Memórias, Segunda Guerra Mundial, Base Aérea de Amapá.

ABSTRACT

CORREA, Arleno. **Memórias de um Museu em esquecimento: a base aérea de Amapá e o Ensino de História.** 2018. 111 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) – Universidade Federal do Amapá. Macapá, 2018.

The purpose of the present dissertation is to present the reflections of the research carried out in the Master's Program in Teaching History at the Federal University of Amapá- UNIFAP. This research approaches the memories of the Museum of Amapá Air Base in a perspective for the Teaching of History of Basic Education in the city of Amapá-AP. This Museum was created in the Year of 1998, with the purpose of preserving the patrimonial inheritance of the installation of Naval Air Amapá, an air base assembled and garrisoned by the armed forces of the United States of America, that served as logistic support to the military actions of the Allied countries during World War II. Nowadays, the aforementioned museum presents major problems of functioning, which makes difficult the elaboration of activities related to History Teaching, since it could be an excellent didactic resource to problematize the theme of World War II. Through written sources, testimonies and analyzes of semi-structured questionnaires, we aim to make reflexive the appropriation made by the school teaching of history at the Vidal de Negreiros State School, seeking, through methodological suggestions, to reconcile broader and more general aspects of the Second World War the student's closest knowledge. For that, a didactic material was prepared with old and current photographs, as well as other possible iconographies, produced in scribbles, paintings and with application support that will compose the Iconographic Catalog of Amapá Air Base. In this way, it is hoped to subsidize the teaching practice regarding the approach to the theme of World War II.

Keywords: Teaching of History, Teaching and learning in non-formal spaces, Heritage, collections and museums, Memories, World War II, Amapá Air Base.

LISTA DE ILUSTRAÇOES

Mapa 1 - Localização do Município de Amapá-AP e da Base Aérea de Amapá.....	21
Mapa 2 – O local de origem da cidade de Amapá e Base Aérea de Amapá (BAA).....	37
Figura 1 - Registro fotográfico aéreo da Base Aérea de Amapá, feito no ano de 1944....	38
Figura 2 - Instalações de militares da Base Aérea de Amapá.....	44
Figura 3 - Torre de atracação de Dirigíveis.....	45
Figura 4 - Prédio-sede do Museu a céu aberto da Segunda Guerra Mundial.....	47
Figura 5 – Apolo e as musas.....	49
Figura 6 – Escola Estadual Vidal de Negreiros	81

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BAA	Base Aérea de Amapá
COMARA	Comando Regional Militar da Aeronáutica da Amazônia
ESG	Escola Superior de Guerra
EUA	Estados Unidos da América
FUNDECAP	Fundação de Cultura do Amapá
GEA	Governo do Estado do Amapá
IBRAM	Instituto Brasileiro de Museus
ICOM	<i>International Council of Museums</i>
ICOMI	Indústria e Comércio de Minérios S.A.
IEPA	Instituto de Pesquisas do Amapá
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
INFRAERO	Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico Nacional
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MAE	Museu de Arqueologia e Etnologia
MHN	Museu Histórico Nacional
MoMA	Museu de Arte Moderna de Nova Iorque
ONU	Organização das Nações Unidas
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PDSA	Programa de Desenvolvimento Sustentável do Amapá
PFL	Partido da Frente Liberal
PL	Partido Liberal
PRN	Partido da Reconstrução Nacional
PROFHISTÓRIA	Mestrado Profissional em Ensino de História
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSC	Partido Social Cristão
PSD	Partido Social Democrata
PST	Partido Social Trabalhista

PSDB
PT
PV
UNESCO

Partido da Social Democracia Brasileira
Partido dos Trabalhadores
Partido Verde
Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência
e Cultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1 BASE AÉREA DO AMAPÁ: uma história a ser contada	20
1.1 O município de Amapá	20
1.2 A Guerra, o Brasil e Getúlio Vargas	27
1.3 Base Aérea de Amapá: a história, a memória e o esquecimento	35
2 MEMÓRIAS DO MUSEU DA BASE AÉREA DE AMAPÁ	47
2.1 Museu: percurso histórico de um conceito	48
2.2 O Museu da Base Aérea de Amapá: a luta pela preservação da memória no Amapá	55
2.3 Das ruínas ao Museu: memórias da Base Aérea de Amapá	58
3 O ENSINO DE HISTÓRIA E O MUSEU DA BASE AÉREA DE AMAPÁ: desafios e possibilidades	67
3.1 O Ensino de História: trajetória histórica e desafios do uso de Museus como alternativa metodológica	67
3.2 Descrição do objeto e unidade escolar estudado	79
3.3 Dados recolhidos	86
CONSIDERAÇÕES FINAIS	99
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	103
APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO DE ENTREVISTA	110
APÊNDICE B - ENTREVISTAS E DEPOIMENTOS ORAIS	112
ANEXO A - RELATÓRIO DE VIAGEM PARA IMPLANTAÇÃO DO MUSEU BASE AÉREA DE AMAPÁ – 1997	123
ANEXO B - RELATÓRIO DE VIAGEM PARA IMPLANTAÇÃO DO MUSEU DA BASE AÉREA DE AMAPÁ - 1998	135
ANEXO C - RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO MUSEU DA BASE AÉREA DE AMAPÁ – 1998	138
ANEXO D – RELATÓRIO FOTOGRÁFICO DO MUSEU DA BASE AÉREA DE AMAPÁ – 1999	162

INTRODUÇÃO

Como em quase toda produção acadêmica, a escolha em estudar um tema sempre vem precedida de motivações pessoais, surgidas de experiências vividas ao longo dos anos. Não diferente, essa dissertação é fruto de algumas experiências no decorrer da caminhada de estudante e profissional docente de História. Recordo que ainda como aluno da 3^a série do Ensino Médio, em uma aula de História, ouvi pela primeira vez sobre o funcionamento de uma Base Aérea norte americana em solo amapaense, no período do maior conflito armado da humanidade: a Segunda Guerra Mundial. Lembro-me de que foi repassado conteúdo geral do evento bélico, e resumidamente, o professor elencou os motivos que levaram à construção de uma base americana no Estado do Amapá.

Aquele fato me deixou muito curioso e me levou à submissão de vestibular para História no mesmo ano, obtendo êxito. Já discente na Universidade Federal do Amapá, tive contato com a produção historiográfica, com os métodos e as teorias do conhecimento histórico e naquele momento, não consegui vislumbrar trabalhos voltados para àquela temática que me motivara antes. Distante daquele tema que então tinha sido um propulsor para meu ingresso no curso de História, conclui o curso e de imediato comecei a trabalhar na docência em escolas públicas da Educação Básica.

Já na condição de professor, graduado em História, tinha muito para contribuir com os alunos. O entusiasmo das primeiras experiências nesse sentido era bem visível, contudo, com o passar dos anos e as rotinas de salas de aulas, a empolgação dos primeiros anos cedeu lugar ao sentimento de desânimo. Isso atingiu a capacidade de lograr empatia histórica com os alunos, no sentido de motivá-los ao estudo de História. Mesmo assim, as aulas prosseguiram e retornando ao tema em tela, mantive as exposições dialógicas acerca Segunda Guerra Mundial, dentro do que é comumente visto: uma abordagem muito centrada nas batalhas da guerra, nas grandes campanhas vitoriosas do Eixo e dos Aliados e/ou no famoso Dia D. Somente em caráter complementar e pela necessidade da abordagem regional que a temática exige, faz-se breve menção a Base Aérea de Amapá (BAA). No entanto, permanecia o desejo de relacionar as escalas mundial e local sobre a 2^a Guerra Mundial, no sentido de despertar a curiosidade dos discentes.

A essa altura, tinha a certeza da importância de se apropriar e contextualizar o tema da Segunda Guerra Mundial com o patrimônio histórico deixado na cidade de Amapá. Todavia, não conseguia me posicionar frente a essa demanda profissional, pois julgava haver lacunas de conhecimento investigativo, motivo que me levou a realizar leituras historiográficas para

saná-las. Tais leituras, apesar de contribuírem, não me deixavam alcançar o cerne da questão: Não conseguir tornar o saber histórico mais significativo para alunos, mesmo buscando relacionar assuntos típicos da chamada História Geral com a realidade dos alunos.

Assim é que a oportunidade de cursar o Mestrado Profissional em Ensino de História, tornou-se fundamental para que algumas dessas reflexões da prática docente, acumuladas ao longo da carreira no magistério da Educação Básica, pudessem ser fundamentadas e, consequentemente tomassem um novo patamar analítico. O trabalho em tela é, portanto, resultado das inquietações descritas, somadas às reflexões empíricas desses dois anos de pesquisa no Mestrado Profissional em Ensino de História (PROFHISTÓRIA).

O PROFHISTÓRIA é um programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, ofertado em rede nacional e voltado para professores da Educação Básica do país. Possui três linhas de Pesquisas: Saberes Históricos em Diversos Espaços de Memória, Saberes Históricos no Espaço Escolar e Linguagens e Narrativas Históricas: Produção e Difusão. O estudo ora em apreço, que se intitula “Memórias de Um Museu em Esquecimento: a Base Aérea de Amapá e o Ensino de História” encontra-se na linha de pesquisa, Saberes históricos em diversos espaços de memória, concentrado na área Ensino de História e espaços não-formais, como Museus. Vale ressaltar que são crescentes as publicações historiográficas nas últimas décadas que fazem menção à utilização de visitas em Museus e outros espaços destinados à preservação de patrimônios como valioso recurso didático-pedagógico. Mesmo assim, ainda restam dúvidas, no que concerne ao correto uso de Museus, de centros de memórias, e de outras instituições relacionadas à História e à memória nos espaços escolares, daí a necessidade de estudos voltados a essa temática.

Destaca-se que é preciso ter cuidado para não se “escolarizar” os Museus ou torná-los apenas meros “mostradores de objetos,” bem como urge a necessidade de preservação e conservação de patrimônios material e imaterial, pois a desvalorização e descaso por parte dos órgãos públicos legalmente responsáveis, assim como por parte significativa da sociedade, é uma problemática a ser discutida por toda a sociedade.

Apesar do Estado do Amapá estar completando em 2018, somente 30 anos de autonomia administrativa e política como parte da Federação, apresenta um nível razoável de instituições com foco para a preservação e conservação de seu patrimônio histórico, que em sua maioria resultam em políticas públicas voltadas para esse viés. A maioria dos Museus que são abrigados no Amapá, estão localizados na capital do Estado, a cidade de Macapá. Pelo menos três dessas instituições museológicas localizadas na sede estadual já mantém diálogos com o Ensino de História: o Museu Fortaleza de São José de Macapá, o Museu Sacaca e o

Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE). Todos esses três Museus são constituídos de relevantes acervos e coleções que fazem parte de diferenciados momentos históricos do Amapá.

Infelizmente, o Museu que é objeto de estudo dessa pesquisa, é uma instituição museológica que encontra-se atualmente com sérios problemas relacionados à sua administração, demonstrando a falta de políticas públicas consistentes e o descaso com o patrimônio histórico local. Trata-se de um Museu a céu aberto, datado da Segunda Guerra Mundial, mais conhecido como Museu da Base Aérea de Amapá, que se localiza a 12 km da sede municipal de Amapá, no local onde existiu a *Naval Air Amapá*, base militar de apoio aeronaval, erguida e administrada pelas forças armadas norte-americanas no contexto da Segunda Guerra Mundial.

A saída imediata dos norte-americanos com o fim dos combates na Europa, e inexistência de uma postura mais contundente e estratégica de manutenção daquela área militar por mais de quatro décadas, tornou-a ociosa e em acelerado processo de deterioração das suas instalações. Somente em meados da década de 1990, iniciativas governamentais foram tomadas quanto ao tombamento histórico daquele patrimônio. Assim, após estudos técnicos de viabilidade, a equipe responsável sugeriu a implantação de um Museu para aquela área. Foi então, realizada a limpeza nas áreas edificadas, sendo que uma delas, o posto de saúde do exército norte-americano, foi restaurado para abrigar a sede do Museu, que faria das outras estruturas sua exposição museológica. O Museu erguido na antiga Base Aérea de Amapá, permaneceu com sua exposição a céu aberto, por aproximadamente uma década (1998-2009). Recentemente, o projeto do Museu vem sendo reestruturado, mas de forma bem modesta, resumindo-se a nomeação de uma gerência administrativa no local. Observa-se, portanto, a riqueza histórica abandonada naquele canto do Estado, a qual poderia, dentre outras coisas, poderia estimular o estudo da História.

Feitas as devidas referências quanto as motivações que levaram a escolha dessa temática, bem como a apresentação espaço temporal, delimita-se como objetivo nessa pesquisa o seguinte: discorrer sobre algumas reflexões, quanto às possibilidades de ensino e aprendizagem históricas, observando as relações mantidas pelo Ensino História no município de Amapá com o Museu da Base aérea de Amapá, frente a situação de abandono e esquecimento por qual passa no momento. O estudo traz as seguintes questões norteadoras: o ensino escolar utiliza o Museu? de que forma? professores têm um valioso meio de problematizar suas aulas, mas como será que fazem? O Museu garante que ações educativas sejam realizadas?

De outra forma, também se tem a preocupação da necessidade de refletir acerca as possibilidades e desafios de um Museu histórico garantir uma maior aprendizagem no Ensino de História. Foram muitas idas e vindas até chegar a definição de que essa investigação consiste em conhecer a realidade de unidade escolar que possui condições de promover um Ensino de História alternativo ao que comumente se observa no contexto escolar.

Para que possamos tornar compreensível esse processo de apropriação ou não das memórias que o Museu buscou/ busca salvaguardar, é preciso percorrer por três caminhos possíveis que são: em primeiro lugar, identificar como e quando o ensino se propõe a usá-lo; em segundo lugar, analisar se o Ensino de História problematiza a temática da Segunda Guerra Mundial a partir das memórias do Museu da Base Aérea de Amapá; e, em terceiro lugar, como se tem abordado a temática elencada nos espaços escolares onde ocorre a prática de Ensino de História.

Levantada as discussões teóricas e historiográficas necessárias à compreensão do objeto de pesquisa, realizou-se a busca de dados na escola-campo: A Escola Estadual Vidal de Negreiros, na sede do município de Amapá. Foram escolhidas para essa observação, as turmas do 9º ano do Ensino Fundamental e da 3ª série do Ensino Médio, duas turmas em que o conteúdo programático da Segunda Guerra Mundial estava incluso nos principais documentos curriculares, tais como os Parâmetros Curriculares Nacionais e Base Nacional Comum Curricular. A coleta de dados se deu por meio de questionários semiestruturados respondidos pelos alunos das turmas citadas.

A dissertação está estruturada da seguinte forma: o primeiro capítulo tem por título “Base Aérea de Amapá: uma História a ser contada.” Este capítulo está subdividido em três seções secundárias que objetivam contextualizar dentro dos estudos históricos o envolvimento brasileiro no evento bélico, a partir da implantação de bases militares no litoral Norte/Nordeste de seu território. Trata ainda mais especificamente, da Base Aérea de Amapá, de sua operacionalidade no controle da vigilância aérea e marítima para a região, além de apresentar os aspectos históricos que formaram o município que abrigou essa base militar norte-americana.

O segundo capítulo se intitula “Memórias do Museu da Base Aérea de Amapá.” Ele traz as discussões referentes aos Museus, estendendo-se para a compreensão da construção do Museu a Céu aberto da Segunda Guerra Mundial no Município de Amapá e divide-se em três seções secundárias que tem como finalidade, em primeiro lugar, o debate do percurso dos Museus ao longo da História, realizando as conexões que culminaram com o projeto de Museu na Base Aérea de Amapá, e em segundo lugar o aprofundamento no quadro de

descontinuidade do projeto ocasionado pelo seu abandono e esquecimento pelas autoridades públicas.

No terceiro e último capítulo intitulado “O ensino de história e o Museu da base aérea de Amapá: desafios e possibilidades.” debate-se o ensino de História em sua trajetória histórica no país, aprofundando as possibilidades e desafios que o mesmo pode ter por meio da aproximação com espaços de memórias, em especial os Museus. Em seguida são apresentados os resultados da coleta de dados da pesquisa realizada na Escola Estadual Vidal de Negreiros no espaço tempo delimitado para a conclusão desse produto dissertativo.

Convém mencionar ainda que, o PROFHISTÓRIA orienta que os trabalhos de conclusão ofertem produtos finais voltados para o uso de professores da Educação Básica e, portanto, a presente pesquisa traz o “Catálogo Iconográfico da Base Aérea de Amapá”, material com fins didático-pedagógico, que além de fotografias antigas da Base Aérea de Amapá e outras atuais, possui uma sessão com sugestões de atividades didáticas de como pode ser o trabalho de profissionais docentes ao abordarem a temática da Segunda Guerra Mundial, fazendo uso das metodologias com imagens para o Ensino de História.

1. BASE AÉREA DO AMAPÁ: UMA HISTÓRIA A SER CONTADA

1.1 O município de Amapá

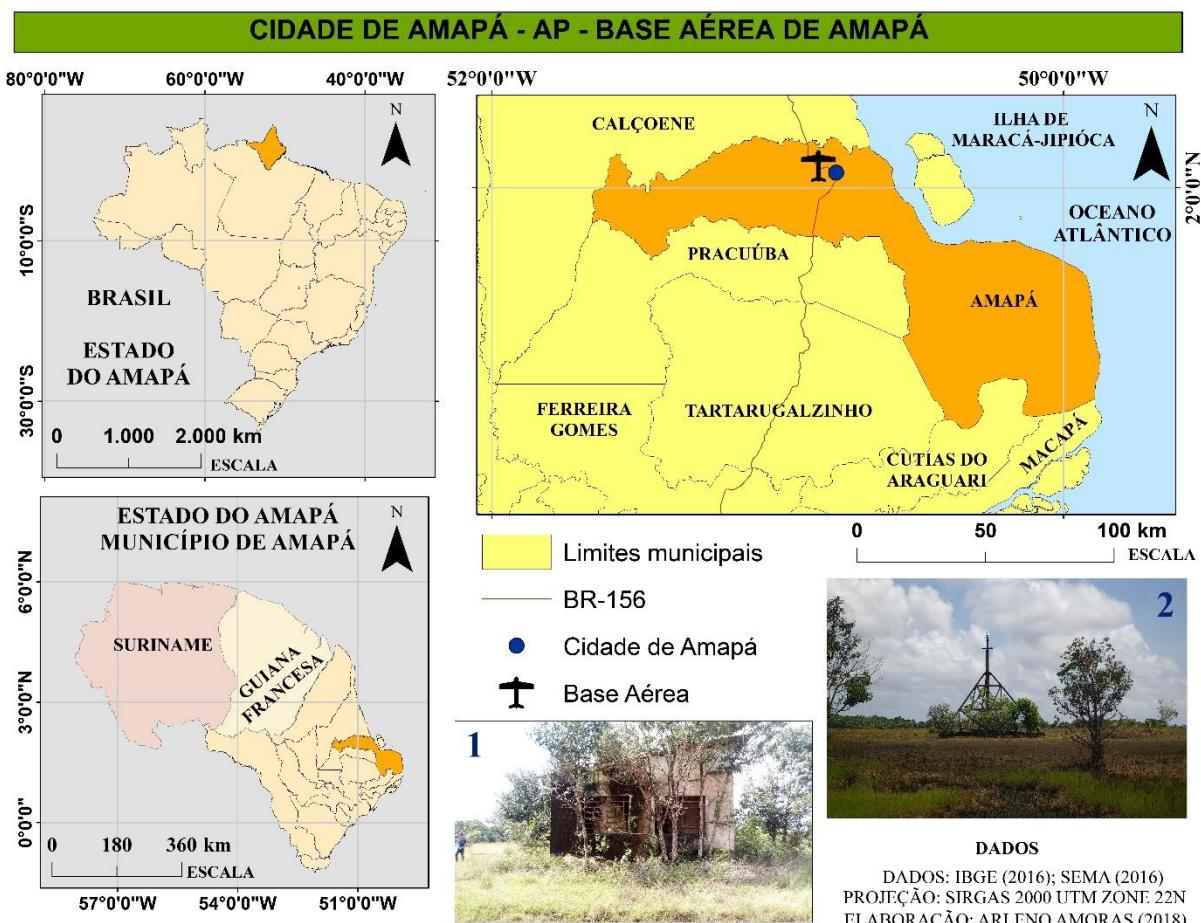
O Município de Amapá¹, situa-se a 302 Km da capital – Macapá, e o acesso se dá por meio da rodovia BR 156. Trata-se de um município detentor de um legado histórico para a região, pois abrigou em seus limites geográficos alguns episódios das disputas pela posse deste rincão entre Portugal e França (posteriormente com a Independência, a disputa foi assumida pelo Brasil) que discordavam entre si sobre limites fronteiriços. Esta celeuma ficou conhecida por parte da historiografia como Contestado franco-brasileiro. Esse impasse histórico teve solução em 1900, quando o Laudo Suíço decidiu em favor do Estado brasileiro, passando desde então, o Rio Oiapoque a ser considerado o limite entre os dois lados, e não o Rio Araguari como defendia o Estado francês.²

Vencida a causa, o governo brasileiro preocupou-se em criar mecanismos para efetivar a inclusão destas terras ao território nacional. Para tanto, o Governo de Campos Sales baixou o Decreto presidencial de 25 de fevereiro de 1901, o qual incorporava a área contestada (batizada a época de Território Aricari) ao Estado do Pará. No que concerne à estrutura política administrativa foram criados em 22 de dezembro de 1901, dois Municípios: Amapá e Montenegro. As sedes municipais eram na Cidade de Amapá e Calçoene, respectivamente. Pouco tempo depois, em 14 de outubro de 1903, considerando a fragilidade destes municípios, relacionados às estruturas mínimas de suas funcionalidades, eles foram fundidos, sobre a denominação de Município de Montenegro e sediado em Amapá (SARNEY; SANTOS, 1999, p. 228-229). A fusão dos dois municípios, no entanto, não pode ser entendida como uma medida resultante de melhorias nas suas condições socioeconômicas.

¹Sobre esse vocábulo que nomeia o município de Amapá e também o Estado do Amapá, faz referência ao arbusto muito comum na região, de tronco volumoso, com cerca de um metro de diâmetro na base e casca espessa, por onde escorre um abundante leite branco conhecido como "leite de Amapá" usado como medicamento pela população. Este nome é de origem indígena, significando como "lugar da chuva".

² Segundo SORATO (2018, p. 65), o termo contestado franco-brasileiro aparece com um acordo entre Brasil e França pela neutralização do território em litígio no ano de 1841. Ademais, em seu trabalho acerca das diversas narrativas históricas sobre o tema, ele diz que os trabalhos acadêmicos que utilizam o termo acima, pretendem analisar à guisa de uma visão historiográfica analisar sob um viés mais econômico e social, apresentando os diversos personagens históricos silenciados e esquecidos pelos trabalhos de caráter mais oficiais. Estes usam o termo “A Questão do Amapá” a fim de analisar o conflito sob uma perspectiva factual, jurídica e geopolítica. Ver: SORATO, D. **Silêncios que falam, palavras que nada explicam: as narrativas históricas comparadas sobre a Questão do Amapá.** Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) – Universidade Federal do Amapá, Macapá, p. 140, 2018.

Mapa 1 - Localização do Município de Amapá-AP e da Base Aérea de Amapá³



Na década de 1920, questões envolvendo a redivisão territorial eram assunto corriqueiro no meio político nacional. Várias regiões buscavam mais autonomia em relação ao governo central e nesse contexto, a resolução da questão acreana⁴ acabou por influenciar o surgimento de reivindicações parecidas em outros locais, como foi o caso dos municípios de Macapá e Mazagão (neste período, pertencentes ao Estado do Pará) que sugeriram transformações de suas áreas territoriais unificadas em um território com iguais condições do aplicado ao do Acre. Os cidadãos de Montenegro (atual município de Amapá), não diferente,

³ A cartografia é produção própria do pesquisador.

⁴ A demanda por látex foi crescente na passagem do século XIX para o século XX, determinada pelo crescimento da indústria automobilística mundial. Por possuir extensos seringais a Amazônia se tornou o destino de muitos migrantes nordestinos, principalmente, atrás de oportunidades de trabalhos surgidas pela valorização econômica da borracha. A região que mais concentrou esses migrantes foi o Acre, que até então era território pertencente à Bolívia. A presença de brasileiros nessa região fazendo a extração do látex, gerou uma tensão diplomática entre Brasil e Bolívia, que historicamente ficou conhecida como A questão do Acre. A solução do conflito se deu pela assinatura no ano de 1903 do Tratado de Petrópolis, o qual estabelecia a anexação da região do Acre ao Brasil, mediante ao pagamento de 2 milhões de Libras esterlinas para a Bolívia. No ano de 1904, o Estado Brasileiro criou o Território do Acre nessa região.

também reivindicariam sua autonomia territorial, mas com a criação de uma unidade administrativa que abrangesse tão somente limites territoriais que se estendiam pela margem esquerda do Rio Araguari até o Rio Oiapoque, ou seja, abrangendo a antiga região litigiosa do contestado Franco-Brasileiro (SANTOS, 2006, p. 9-10). Os moradores, buscando ir além da autonomia pretendida fizeram uma denúncia formal por meio de abaixo assinado ao Governo Federal, sob o cargo de Epitácio Pessoa. Segundo Lobato (2014, p. 277), as reclamações relatavam o “[...] descaso do governo paraense em relação à região, ou seja: a falta de escolas, hospitais e infraestrutura em geral. Pediam autonomia política da região em relação ao Pará.”. Os reclames pela efetivação de direitos dos habitantes de Montenegro começaram a frutificar efetivamente nos anos de 1930 e 1940, quando foram iniciados os processos de autonomia do Território do Amapá.

A tão desejada autonomia se concretiza em 1938, quando ocorrem duas alterações importantes relacionadas ao nome da cidade de Montenegro. Ocorre que:

Na administração do interventor do Estado do Pará, José Carneiro de Gama Malcher, em 31 de março de 1938, sem consultar a população de **Montenegro**, mudou a denominação do município para **Veiga Cabral**. No entanto, os habitantes da região não aceitaram a decisão do interventor e apelaram para que a reconsiderasse, sugerindo a denominação de **Amapá**. A proposição foi aceita, mas somente entrando em vigor a partir de 31 de outubro desse mesmo ano, quando foi sancionada pelo governo estadual. (SANTOS, 2001, p. 63, grifo do autor)

Essas alterações na nomenclatura do município revelam intensas disputas pela memória do espaço territorial, já que por um lado, o interventor federal, pretendia fazer com que a cidade lembresse de um dos mitos fundadores do local, o personagem histórico Veiga Cabral e por outro, a população buscava tornar o espaço administrativo mais próximo da sua realidade, por meio do nome Amapá.

As expectativas pela autonomia territorial vividas tanto por macapaenses e mazaganenses de um lado, como também por montenegrinos de outro, somente se tornariam realidade na década de 1940, quando o Governo Federal, presidido por Getúlio Vargas, mostrou-se disposto a colocar em prática pesquisas de viabilidade de redivisão política do País, realizadas durante anos. O Decreto 5.812, de 13 de setembro de 1943, estabelecia a criação do Território Federal do Amapá, abrangendo as áreas totais dos municípios de Macapá e Amapá (antigo Montenegro) e parcialmente, áreas de Mazagão e Almeirim, estabelecendo ainda a sede municipal da Cidade de Amapá, como Capital do Território. Para além das normativas legais estipuladas pelo Governo Federal é importante perceber outros aspectos do reposicionamento territorial do país, que incluem o Amapá, Guaporé, Iguaçu Ponta-Porã e Rio Branco. Sobre as quais Lobato (2014) afirma que existem dois motivos para

essa ação advinda da esfera central do Brasil: a noção de que uma administração eficiente dos recursos e territórios tinha que aumentar o desenho administrativo do país com a criação de novos espaços; e a ideia de que o atraso socioeconômico brasileiro estaria ligado ao baixo intervencionismo estatal em áreas como educação e saúde. Assim, Lobato argumenta que:

[...] nos anos 30 e 40, formou-se uma atmosfera de grandes e rápidas mudanças na sociedade brasileira. Os processos de urbanização e de industrialização e a nova política de desenvolvimento social que o Estado criava deram vigor a uma visão mais otimista do Brasil. Neste novo quadro, as teorias racistas — que viam indígenas, negros e mestiços como empecilhos à modernização do país — caíram em descrédito. O projeto varguista de criação de um novo homem brasileiro não se fundamentava no branqueamento da população ou na imigração de europeus, mas na ampliação do intervencionismo do Estado em áreas como a educação e a medicina social. (LOBATO, 2014, p. 273)

A projeção do Estado nos interiores do país tinha como finalidade controlar com maior eficiência a gestão do território continental. Assim, os arranjos administrativos seculares, como o Grão-Pará e Amazonas, pelo tamanho de seus espaços se tornaram inviáveis para o alcance de uma boa gestão administrativa. O surgimento do Território Federal do Amapá, bem como dos demais territórios criados por Getúlio Vargas, seguiram procedimentos que não privilegiaram a consulta prévia para constituí-los. A forma unilateral e autoritária de suas criações, contudo, somente se tornam mais compreensíveis quando se amplia a escala de observação para a conjuntura política internacional: As tensões ocasionadas pelo estado de beligerância trazidos pela Segunda Guerra Mundial. Neste sentido, a criação do Território Federal do Amapá, se justificava em decorrência da necessidade de defesa e soberania das regiões fronteiriças, considerando sua posição geográfica ser um ponto estratégico de defesa a possíveis conflitos ao Norte do Oceano Atlântico. Acerca dessa compreensão, Santos (2006, p.21) assim discorre:

A criação de territórios federais decorreu por imperativos geopolíticos e de defesa da soberania do Brasil sobre regiões fronteiriças e estratégicas. O Amapá como corolário das inúmeras propostas de redivisão territorial do País [...] destacava-se dos demais territórios amazônicos por já haver sido tentado a autonomia em separado. Pela posição geográfica e terem os norte-americanos construído na área base aérea militar, em 1942. A Base Aérea de Amapá, como a de Val-de-Cans, localizada em Belém, Estado do Pará, que haviam reformado, e outras três construídas nas Guianas, serviam de pontos estratégicos para ajudar a defender o Atlântico Norte durante o conflito e a Amazônia ameaçada de invasão alemã, onde novamente a exploração da borracha ressurgia como principal produto, em decorrência de esforços de guerra.

Ressalta-se que ainda não forma encontrados quaisquer documentos que denunciem a insatisfação do governo do Pará sobre os desmembramentos das terras amapaenses, até aquele momento pertencentes a essa Unidade Federativa. Um dos motivos que ajudam a explicar esta

falta de interesse pelas terras que deram origem Estado do Amapá, pode ser o fato de que o Pará consideraria tais terras como áreas periféricas do seu espaço territorial.

As transformações na política mundial e brasileira após a Segunda Guerra Mundial repositionaram as dinâmicas no município do Amapá agregado ao Território Federal do Amapá. Nesse contexto, Silva (2017) discorre que após breve tempo em que a cidade se tornou a capital da nova organização administrativa, o governador Janary Nunes, por meio do Decreto-Lei nº 6.650 de maio de 1944, resolveu transferir a capital do novo espaço administrativo do Amapá para Macapá. As razões dessa ação pelo chefe do executivo local eram:

[...] a localização favorável, com bom acesso fluvial e terrestre para as demais cidades de norte a sul do Território, favorecendo uma melhor administração territorial; navegação favorável através do seu Porto para navios de grande e pequeno porte, em qualquer época do ano, além de melhor acesso a capital do Pará, Belém, de onde vinham os suprimentos que abasteciam todo o Território; cidade historicamente mais tradicional e com potencial turístico, devido a existência da Fortaleza de São José de Macapá juntamente ao rio Amazonas; e, cidade com terra firme adequada para a urbanização, própria para a pecuária e a agricultura. (SILVA, 2017, p. 97)

Os motivos justificados pelo interventor federal forma em grande medida geopolíticos e logísticos, especialmente com a intenção proporcionar uma gestão mais eficiente dos diversos espaços territoriais vazios do país nos anos de 1940. Um problema chama a atenção: por que o município de Amapá se tornou a primeira sede do Território Amapá? Na visão de Silva (2017), a resposta está ligada ao aspecto histórico e geopolítico da área. O primeiro ponto a destacar, faz alusão a construção histórica dos litígios com os franceses pela posse da linha fronteiriça entre o Oiapoque e Araguari. Um segundo ponto remete à proximidade com a zona fronteiriça, o que facilitaria a proteção militar e uso estratégico da área para a manutenção da soberania do país. Além disso, é importante compreender que o município se transforma em um elo fundamental pela vitória dos países aliados na Segunda Guerra Mundial e assim, manter a cidade como capital objetivava manter o diálogo do Governo Federal com o novo espaço administrativo, pois representaria um local de ligação com o mundo.

Após a segunda guerra mundial e as mudanças no ordenamento mundial, o Brasil inicia a passagem do período Vargas para a experiência democrática entre 1945-1964. Nesse espaço-tempo, o território do Amapá começa a se organizar administrativamente sob o governo de Janary Nunes. Nesse momento, já com a mudança de centro do município de Amapá para Macapá, ocorrem mudanças fundamentais nesse espaço territorial. Silva (2017) argumenta que a nova capital desenvolveu uma política de desenvolvimento social mais intensa que os locais mais distantes em termos de logística, tal como Mazagão e Calçoene.

Dessa forma, o centro nevrálgico do Amapá se torna efetivamente mais desenvolvido que o Município de Amapá. Essas diferenças socioeconômicas aumentam com o foco do governo em efetivar a exploração de recursos naturais, como o manganês. A chegada da empresa ICOMI garante para o centro logístico Serra do Navio-Macapá-Belém um intenso fluxo de pessoas e capital e dessa maneira, a cidade de Amapá perde a importância que possuía nos anos de 1940.

As mudanças ocorridas com o golpe civil-militar em 1964 conduzem o território do Amapá há uma outra condição que, de acordo com Silva (2017), diz respeito a ideologia de segurança nacional articulada pela Escola Superior de Guerra (ESG). Assim, o geopolítico, general Golbery de Couto Silva, pretendia garantir a soberania nacional com a dialética da ocupação do território contra a invasão de comunistas. Nesse momento, o município de Amapá, próximo da zona fronteiriça com a França, torna-se área de segurança nacional. A ocupação efetiva do espaço territorial amapaense se dá pela constituição de grandes projetos e obras que buscavam aumentar a conexão dos locais marginalizados com o centro administrativo do país, como o que ocorreu, por exemplo, com o projeto Jari. A dialética da segurança constituiu, portanto, um passo no reposicionamento da Amazônia quanto ao desenvolvimento nacional. Recorrendo novamente a Silva (2017, p.174), destaca-se que esse aspecto pretendia:

[...] transformar o Brasil em uma potência econômica, o novo regime tomou como eixo difusor a necessidade de intensificar e de ampliar as fronteiras do mercado nacional, o que tornou a Amazônia, pelas suas já destacadas fontes de recursos naturais, área máxima de Segurança Nacional, não apenas como fornecedora de matérias-primas estratégicas para o crescimento industrial, mas também como mercado consumidor. O passo inicial foi a readequação e a montagem de uma forte estrutura institucional de planejamento, coordenação e financiamento para a região.

No aspecto logístico, o município do Amapá, distante dos grandes centros brasileiros iniciou a sua ligação com o restante da região através da abertura de eixos rodoviários, como a BR-156. Os planos de desenvolvimento da Amazônia articulados nos anos de 1970 pelo regime militar articulam a integração nacional por meio da criação de rodovias pelo complexo amazônico. A BR-156 liga Macapá aos municípios de Amapá, Calçoene e Oiapoque, mas essas obras de integração não se preocuparam com as consequências sociais e ambientais produzidas por essas novas dinâmicas de ocupação territoriais e isso deixou um perverso legado à região.

A lenta abertura e distensão do regime civil-militar nos anos de 1980 começou a produzir novas alterações para o município de Amapá. Em primeiro lugar, a partir de 1982, com a eleição de prefeitos pelo país, a cidade deixa a sua condição de área de segurança

nacional e começa a caminhar para uma maior autonomia administrativa, especialmente com a escolha de seu gestor administrativo. Em segundo lugar, são criados mecanismos de proteção e valorização de terras de Amapá com os Decretos Federais 84.914 e 86.061, respectivamente aprovados nos anos de 1980 e 1981. O primeiro documento visava a proteção da Reserva Biológica do Lago Piratuba, com área estimada em 395.000 hectares. E tinha como finalidade “[...] a proteção da flora e da fauna, sendo vedadas as atividades de utilização, perseguição, caça, apanha ou introdução de espécies de flora e fauna silvestres e domésticos, ressalvadas as atividades científicas devidamente autorizadas pela autoridade competente” (BRASIL, 1980, p. 14258).

O segundo documento criou estações ecológicas em diversos Estados e Territórios do Brasil, dentre eles o Amapá. No município de Amapá foi instituída a estação ecológica de Maracá-Jipioca, com um total de 72.000 hectares de cobertura. Assim, após a ocupação territorial amazônica, realizada no regime militar sem a devida preocupação com os aspectos ambientais, os anos de 1980 trouxeram novas ações, especificamente no município de Amapá, o qual passou a ser espaço territorial de proteção ambiental pela legislação brasileira.

A abertura democrática e a aprovação de nova Constituição em 1988 trouxeram novos caminhos para a cidade de Amapá, pois a mudança de condição de Território Federal para Estado do Amapá, foram indicadores que novos tempos estariam surgindo. Sobre essa questão Silva (2017) argumenta que a obtenção desse *status* ocorreu após intensos debates desde 1985 sobre a condição dos Territórios Federais após o final do regime civil-militar. A estudiosa afirma que:

[...] passou-se a defender basicamente que a manutenção da condição territorial era o fator impeditivo para o desenvolvimento dessas Unidades, e que, portanto, o melhor caminho era a transformação imediata em Estado. Contudo, para alguns políticos amapaenses, independente da permanência ou não da condição territorial, era consensual que as restrições dos direitos civis à eleição dos cargos de governador, senadores, deputados estaduais, bem como da inexistência de uma Assembleia Legislativa que pudesse fiscalizar o executivo, constituíam-se como o maior entrave para que o Amapá pudesse caminhar com suas próprias pernas e pudesse deslanchar economicamente. (SILVA, 2017, p. 325)

Assim, houve um consenso das forças políticas do Amapá para que ocorresse a mudança de condição administrativa para Estado da Federação. Dessa forma, a efetiva aprovação dessa condição a partir de 1988, permitiu que o Estado do Amapá começasse a organizar novas estruturas administrativas, políticas e financeiras. Nesse contexto, os municípios ganharam novos contornos, especialmente no que se refere a possibilidade de maior autonomia. Uma importante alteração a ser pontuada, é a constituição da Lei Orgânica do município de Amapá em 1992, com atualização em 2001, na qual foi efetivada a condição

liberdade administrativa da cidade. É o que se observa no artigo primeiro: “O município de Amapá, pessoa jurídica de direito público interno, no pleno uso de sua autonomia política, administrativa e financeira, reger-se-á por esta Lei Orgânica votada e aprovada por sua Câmara Municipal.” (AMAPÁ, 2003, p. 9). A “autonomia política, administrativa e financeira” e a constituição de uma “Câmara Municipal” são elementos novos para a cidade de Amapá em consonância com o que roga a Constituição Federal de 1988, porém, como já discutido anteriormente, a autonomia legal acontece depois da vontade de autonomia que desde o século XX a população de Amapá reivindicava aos gestores federais. Na verdade, a legislação apenas garantiu algo que já estava em curso, impulsionado pelos cidadãos amapaenses e sua vontade de obter direitos econômicos e sociais, em outras palavras, pelo desejo de uma maior presença do Estado na região.

1.2 A Guerra, O Brasil e Getúlio Vargas

Durante os seis anos compreendidos entre 1939 e 1945 o planeta Terra conviveu com notícias alarmantes de barbáries promovidas por ações conflitantes entre os dois blocos de nações antagônicos, denominados de países do Eixo e países Aliados. A Segunda Guerra Mundial possui diversos trabalhos historiográficos analisando a temática, dentre os quais ressalto o historiador Eric Hobsbawm (1995, p. 43), o qual defende que a maioria dos pesquisadores sobre o assunto concordam que os países agressores foram Alemanha, Itália e Japão e que o personagem histórico, Adolf Hitler, tem a responsabilidade pelo começo dos conflitos no continente europeu. O autor diz que:

[...] é bastante inegável que o que causou concretamente a Segunda Guerra Mundial foi a agressão pelas três potências descontentes, ligadas por vários tratados desde meados da década de 1930. Os marcos miliários na estrada para a guerra foram a invasão da Manchúria pelo Japão em 1931; a invasão da Etiópia pelos italianos em 1935; a intervenção alemã e italiana na Guerra Civil Espanhola em 1936-9; a invasão alemã da Áustria no início de 1938; o estropiamento posterior da Tchecoslováquia pela Alemanha no mesmo ano; a ocupação alemã do que restava da Tchecoslováquia em março de 1939 (seguida pela ocupação da Albânia); e as exigências alemãs à Polônia que levaram de fato ao início da guerra. (HOBSBAWM, 1995, p. 44)

Observa-se, portanto, que a instabilidade dos anos de 1930 levou ao segundo conflito mundial, pois os países invasores tinham aspirações expansionistas. O autor Carr (2001) advoga que os tratados de paz estabelecidos após a Primeira Guerra Mundial foram extremamente idealistas, pois não conseguiram construir qualquer convergência de interesses reais entre os países vencedores e vencido. A insatisfação das perdas territoriais, econômicas e

militares gerou nos países perdedores, sobretudo a Alemanha, a necessidade de reverter a ordem estabelecida em Paris em 1919. Assim é que, em algum momento, a negociação articulada para a paz foi desfeita pelos países descontentes.

Em consonância ao exposto, Overy (2000) analisa que a Segunda Guerra Mundial é um dos momentos mais catastróficos da humanidade ao ser considerada uma guerra de extremos. Isso significa dizer que o conflito alcançou um grau de magnitude nunca visto antes em guerras, porque elevou o nível de barbaridade em aproximadamente 55 milhões de mortos, assim superando todos os conflitos da modernidade. O autor corrobora para a ideia de guerra total, contida em Hobsbawm (1995), ao dizer que:

[...] depois da experiência da Grande Guerra de 1914-18, presumiu-se geralmente que, em uma época de política de massa e produção em massa, a guerra era travada entre populações inteiras, soldados e civis. O conceito de guerra convencional, travado em breves campanhas entre forças armadas rivais, foi substituído pelo conceito de "guerra total". O termo foi cunhado pelo general Erich Ludendorff, o primeiro chefe de departamentos alemão em 1918, mas logo ganhou uma moeda internacional. Simplificando, a guerra total foi um afastamento revolucionário das teorias tradicionais de conflito. Ser capaz de travar estados de guerra totais teria que mobilizar todas as energias materiais, intelectuais e morais de seus povos; por implicação, a comunidade inimiga como um todo - seus cientistas, trabalhadores e agricultores - tornou-se objeto legítimo de guerra. (OVERY, 2000, p. 139, tradução nossa)⁵

Para muitos, a Segunda Guerra Mundial seria um conflito que complementaria a Primeira Guerra Mundial, não apenas pelas suas causas e consequências, mas pelo envolvimento da maioria dos países entre os dois eventos históricos; assim, ela significaria uma continuação dos efeitos produzidos pela primeira, especialmente em relação ao estilo de Guerra. Com esses eventos históricos, não é apenas parte da sociedade que luta contra o inimigo, como na guerra convencional moderna, a cargo das forças militares, mas sim todos os elementos que compõe a sociedade tal como, trabalhadores, cientistas, agricultores, dentre outros. Contudo, nos seus anos iniciais, a Segunda Guerra Mundial, efetivamente desenrolou-se na Europa e na Ásia. Vale frisar que, efetivamente, o continente europeu, já era um grande palco de guerra, quando um ataque surpresa, comandado pela Força Aérea Japonesa, à Base naval norte americana de Pearl Harbor, no Hawaii, abriu um capítulo novo e decisivo nos rumos da Guerra.

⁵ A tradução foi feita por Arleno Amoras. O trecho original está aqui: [...]This was the kind of war widely expected in the 1930s. After the experience of the Great War of 1914–18 it was generally assumed that in an age of mass politics and mass production war was waged between whole populations, soldier and civilian alike. The concept of conventional warfare, fought in brief campaigns between rival armed forces, was replaced by the concept of ‘total war’. The term was coined by General Erich Ludendorff, the German First Quartermaster General (joint chief of staff), in 1918, but soon gained an international currency. Simply put, total war was a revolutionary departure from traditional theories of conflict. To be able to wage total war states would have to mobilize all the material, intellectual, and moral energies of their peoples; by implication the enemy community as a whole—its scientists, workers, and farmers—became legitimate objects of war. [...] (OVERY, 2000, p. 139)

Muito embora as autoridades norte-americanas fossem cientes que o envolvimento do país seria inevitável, a participação dos Estados Unidos da América (EUA) na Segunda Guerra Mundial só ocorreu após o inesperado ataque japonês à sua base aeronaval na Ásia, o qual se fez devido à suposta condição de neutralidade dos EUA em relação aos blocos antagônicos do conflito. As alegações para explicar a condição neutra se baseavam em fundamentos jurídicos na legislação norte americana que apontavam a existência de exigências legais a serem cumpridas, como por exemplo, a restrição de negociar material bélico com os países envolvidos (PEREIRA, 2007). Logo, esforços para alterar a legislação foram feitos e disto resultou a mudança do posicionamento dos EUA, de neutralidade para não-beligerância, conforme se observa no excerto abaixo:

O avanço das medidas legislativas acompanhou e definiu o crescente envolvimento americano na guerra, de uma posição inicial de neutralidade para uma posição de não beligerância, por não tomar parte direta no conflito e sim propiciar suprimentos e apoio logístico aos aliados. Nesse ponto já se registra também o incremento da indústria armamentista americana. Esse movimento acompanha o aumento no escopo da guerra em curso. (PEREIRA, 2007, p. 72)

No entanto, ao se observar, com maior profundidade, os desdobramentos da política externa adotada pelo governo norte-americano, surgem questionamentos sobre sua suposta posição neutralidade em relação ao conflito mundial. A linha estratégica da política externa posta em prática pelo Governo dos Estados Unidos, especialmente no Governo Roosevelt, esteve concentrada em esforços de aproximação e alinhamento pacífico junto as Nações do Continente Americano. A Política da Boa Vizinhança, como ficou registrada a diretriz norte americana voltada para a relação junto aos demais países do continente, tinha por objetivo final reafirmar o caráter de liderança continental do País, sem, contudo, que para isso fosse preciso utilizar intervenção ou impor superioridade militar.

Em que pese o fato que, desde a conferência Pan-americana ocorrida em Lima, no Peru (1938), antes mesmo do início da Segunda Guerra Mundial, medidas vinham sendo estabelecidas, no sentido de reforçar laços de unidade entre as nações. Dessa forma, acordou-se a resolução que toda decisão em caso de conflitos bélicos entre as nações do continente deveria ser tomada em comum acordo com todos. Já durante os anos iniciais do conflito (referindo-se ao período da neutralidade dos Estados Unidos da América, entre os anos de 1939 a 1941), a necessidade de consulta surgiu pela primeira vez, e na conferência do Panamá (1939) foi decidido a neutralidade até 300 milhas marítimas a partir do continente. Novamente em 1940, na conferência de Havana, a solidariedade continental se reafirmaria, além do estado de neutralidade e o empenho de ajuda mútua em caso de agressão aos membros.

O incidente em Pearl Harbor acabou levando à declaração de guerra dos Estados Unidos da América contra nações do Eixo. Uma mostra do considerável poder de influência mantido pelos norte-americanos dentro do continente pode ser medida desse fato: o rompimento diplomático das nações americanas com as que formavam a aliança do Eixo, em cadeia à posição tomada na Casa Branca. Assim, seguindo as orientações de defesa e ataque mútuos, estimuladas com o pan-americanismo, durante os anos anteriores, através da Política da Boa Vizinhança para as nações do continente, o ataque a base americana no Havaí, selava o destino do continente americano no segundo conflito mundial, respondendo em bloco à agressão. Essa foi a posição tomada pela III Conferência Consultiva de Ministros das Nações Americanas, realizada em janeiro de 1942 na Cidade de Rio de Janeiro. Das delegações de nações presentes nesse evento, apenas Argentina e Chile manifestaram-se contrariamente.

Antes de revelar a posição brasileira na Conferência é necessário compreender as dinâmicas políticas e econômicas internas do governo de Getúlio Vargas. A historiografia especializada no assunto aponta diversos caminhos para o entendimento do período. Em termos de análise política, Pandolfi (2003, p. 15) aponta que esse período se caracteriza pela ambiguidade e diferentes projetos políticos disputando o poder. Essa análise retira a noção que o governo Vargas (1930-1945) é um momento de plena aceitabilidade das forças políticas a sua plataforma política. Durante todo o longo tempo no poder, o presidente da república necessitou negociar diversas vezes pela manutenção do seu projeto político para o país e assim, as diversas transformações que ocorreram, tal como a aliança liberal e a instauração do Governo Provisório (1930), o combate ao movimento federalista paulista (1932), a aprovação de uma nova constituição (1934), a Intentona Comunista (1935) e a ascensão do Estado Novo (1937) são consequências desses embates políticos que mostram a dificuldade e constante crise na qual estava imerso o país. Portanto, a tensão é uma característica recorrente no campo político durante o governo Vargas (1930-1945).

Em termos de análise econômica, Leopoldi (2003) afirma que o período varguista está inserido em momentos de turbulência na política interna e externa. Segundo a pesquisadora:

[...] as crises, além de contribuírem de forma indireta para a industrialização por substituição de importações (como analisou Celso Furtado), ajudaram a formar instituições e uma capacidade de governança que se torna mais evidente no segundo período (1937-1945). Nesse momento, **Vargas, a diplomacia brasileira e os ministros das áreas econômicas mostram sua habilidade negociadora**, seu pragmatismo no encaminhamento das decisões e do enfrentamento com os governos americano e britânico. A experiência de negociação ganha nos primeiros anos do período vale muito para a sustentação do acordo comercial com a Alemanha, para os arranjos de pagamentos e moratórias da dívida externa e para a obtenção dos créditos do governo americano para a siderurgia brasileira durante a Segunda Guerra. (LEOPOLDI, 2003, p. 243, grifo nosso)

O trecho grifado acima destaca algo fundamental do governo Vargas: a capacidade de negociação com as diversas forças endógenas e exógenas. As demandas econômicas daquele período estavam centradas em resolver o problema da industrialização a fim de que o país deixasse de depender das exportações agrícolas e passasse a se integrar à economia mundial. Ademais, em âmbito externo, pretendia-se negociar a dívida com países estrangeiros como a Inglaterra, e conseguir acordos comerciais vantajosos para a economia brasileira, como por exemplo, com a Alemanha. Por fim, o foco em recursos naturais estratégicos para a industrialização, como o petróleo, a siderurgia e a energia elétrica se tornaram a pauta da agenda negociadora do governo Vargas.⁶

O governo brasileiro depois de anos mantendo uma política internacional que consistiu, basicamente, em manter-se neutro⁷, para que obtivesse melhores negociações com os dois parceiros comerciais, via-se obrigado a abandonar as diretrizes desta posição, apoiando de vez os Aliados (MOURA, 1980). O esboço da decisão brasileira se deu na Conferência do Rio (1942) onde, por sugestão da delegação dos EUA e, em acordo ao pan-americanismo exacerbado pelos ataques japoneses, o Brasil romperia relações com a Alemanha. Tal fato fez com que o Brasil Chegasse no limite de sua política internacional dúbia, sobre a qual sempre buscava tirar vantagens de sua condição geoestratégica, ora inclinando-se aos países que formariam o Eixo, ora barganhando acordos comerciais e militares mais vantajosos entre países que se posicionariam ao lado dos Aliados, principalmente com os Estados Unidos. Esta nova posição assumida pelo governo brasileiro pode ser verificada neste trecho proferido pelo próprio Vargas:

É propósito dos brasileiros defender, palmo a palmo, o próprio território, contra quaisquer incursões, e não permitir que possam as suas terras e aguas servir de assalto para as nações irmãos. Não mediremos sacrifícios para a defesa coletiva,

⁶ Existem outros trabalhos sobre o Governo Vargas. Por exemplo, em relação a ideologia, pode-se utilizar a visão de Gomes (1988) acerca do trabalho. Essa ideia é fundamental para o entendimento de como a propaganda política governamental busca agir, sobretudo a partir do Estado Novo com mudanças institucionais que direcionam a valorização do trabalho, tal como, a criação da CLT. Ver: GOMES, A. (org.). **A Invenção do Trabalhismo**. Rio de Janeiro: ED. IUPERJ, 1988. Em relação a aspectos gerais, Pierucci *et al* (2007) defende diversos facetas do governo Vargas, tais como, a sociedade, política, economia e cultura. Ver: PIERUCCI, A. *et al.* **O Brasil Republicano, v. 11: economia e cultura (1930-1964)**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

⁷ Acerca do posicionamento brasileiro nas relações internacionais, Gerson Moura denomina como “equidistância Pragmática”, caracterizando de forma ambígua: por vezes mais próximo às nações que formariam o Eixo, como a Alemanha, por outras, se aproximava das nações que deram origem às forças aliadas como Estados Unidos da América. Gerson Moura, que, estudou o processo das relações internacionais do Estado brasileiro no plano de comércio exterior nas décadas de 30 e 40, compreendeu que este acabou se caracterizando por um compromisso entre as duas orientações econômicas: a política de comércio livre dos EUA e de comércio protegido da Alemanha. Essa política correspondia à necessidade de equilíbrio externo entre duas estruturas emergentes que ainda não haviam conseguido eliminar-se mutuamente enquanto sistemas de poder; e também, de equilíbrio interno, pois o no governo Vargas era visível a existência de dois grupos antagônicos, os quais divergiam no que concerne as econômicas, mas que mantinham influência e apoavam o governo. Cf.: MOURA, G. **Autonomia na dependência – A política externa brasileira de 1935 a 1942**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

faremos o que as circunstâncias reclamarem, e nenhuma medida deixará de ser tomada a fim de evitar que, portas adentro, inimigos ostensivos ou dissimulados se abriguem e venham a causar dano, ou pôr em perigo a segurança das Américas. (VARGAS apud SILVA, 1972, p. 191)⁸

Ainda antes do rompimento diplomático do Brasil com a Alemanha, esta última apresentava uma indústria bélica em ascensão, e também apresentava-se carente de matérias primas agrícolas. Logo, buscava estreitar relações com o Brasil, que despontava como um promissor parceiro comercial com condições de suprir tais necessidades. Somado a isto, os entraves gerados internamente nos Estados Unidos com a Política da Boa Vizinhança, possibilitavam que o Governo do Brasil obtivesse negócios vantajosos com os alemães. Muito amistosamente, o governo norte-americano, conhecedor dos atos comerciais, informava ao Brasil que tinha conhecimento das relações comerciais com a Alemanha. Esta posição “branda” adotada pelos Estados Unidos em relação as atividades econômicas existentes entre os dois Países (Brasil e Alemanha) é explicada pelos esforços empenhados em garantir, mais tarde, o alinhamento político brasileiro aos anseios dos norte-americanos, pois consideravam-no elemento-chave no fortalecimento de seus interesses continentais.

No que diz respeito ao posicionamento dos alemães frente a neutralidade brasileira, antes da declaração de guerra, observasse que em caráter oposto aos que eram propostos pelos norte-americanos: os alemães buscavam relevar diplomaticamente qualquer incidente com o Governo brasileiro, uma vez que o governo alemão não tinha planos imediatos *a priori*, para o continente americano. Dessa forma, os alemães almejavam com a continuação de seus acordos comerciais, pelo menos como uma medida paliativa, garantir os produtos do país por um curto prazo de tempo, até quando uma região dominada pudesse ofertá-lo. Isto é melhor ilustrado com o caso que levou ao fechamento das embaixadas brasileiras na Alemanha e a embaixada alemã no Brasil: esse episódio não afetou as relações comerciais entre os dois países, que continuaram mantendo seu comércio. Cabe relatar ainda, que as inviabilidades de acesso ao mercado alemão, pelo Brasil em suas tentativas de consolidar estruturas que lhe permitiram galgar degraus a sua soberania, não foram motivadas pelo esgotamento das relações diplomáticas, mas sim, pelo próprio desenrolar do conflito mundial existente.

Se é possível apontar que o Continente americano não estava nos planos imediatos de conquista do governo alemão, o mesmo não se pode falar do Norte da África. Esta região, juntamente com a do Mar Mediterrâneo, ocupava espaço nos avanços dos países que

⁸ Getúlio Vargas em discurso na Conferência das Nações Americanas sediada na Cidade do Rio de Janeiro em 1942, no 15 de janeiro de 1942, na abertura da III Reunião de Consulta aos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas, citado por: SILVA, H. **1942 – Guerra no Continente**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972. p. 191.

formavam o Eixo. Parte destes desejos obteve sucesso quando a Alemanha ocupou a França e consequentemente, teve sob seu domínio as colônias francesas, ainda que de forma relativa⁹. Outra investida de sucesso na região se deu com seu outro integrante, a Itália, que obteve êxito contra na Líbia, Etiópia, Eritréia e Egito, mantendo o domínio sobre o Canal de Suez.

A esta altura, eram crescentes os temores, por parte dos EUA, que o domínio do Norte da África pelo Eixo, deslocasse esforços de guerra no Atlântico Norte, que até então mantinha um papel fundamental, funcionando como barreira naval dos países Aliados. Na visão das Forças armadas dos Estados Unidos, os alemães ao se posicionarem na África, mais precisamente na Cidade de Dakar, estavam estrategicamente bem estabelecidos, podendo deste ponto lançar-se numa investida a partir da Cidade de Natal, no Rio Grande do Norte e desta forma chegar até a costa norte americana, através do Canal do Panamá. Cabe registrar que a posição de Natal- RN, também possuía outras vantagens, como meteorológicas e climáticas mais favoráveis a navegação e aviação.

Guarnecer o continente americano, via litoral norte e nordeste brasileiro, sempre foi uma constante preocupação por parte do planejamento militar das forças armadas norte-americanas, porém, essa aproximação mostrou-se mais contundente quando em junho de 1940, pouco antes do ataque a Pearl Harbor, linhas de créditos foram concedidas ao Governo brasileiro para que assim construísse seu parque industrial. Nesse mesmo sentido, havia propostas vindas dos alemães para que, assim que se findassem os combates entre as nações, fossem ofertados os recursos necessários para o financiamento do parque industrial brasileiro.

O Governo Getúlio Vargas pretendia, conduzindo o movimento de não alinhamento estratégico, ter dividendos pragmáticos, como o reequipamento de suas Forças armadas e modernização de seu parque industrial. No entanto, os impeditivos da política interna dos norte-americanos, sempre estiveram atuando contrariamente, como ocorreu com a indústria bélica impossibilitada de armar as Forças Armadas do Brasil. Os anos que antecederam a entrada efetiva na guerra, e consequentemente o envolvimento cada vez maior dos Estados Unidos no conflito, condicionou que estas demandas fossem sendo solucionadas, em que pese, com o aval de Leis aprovadas nos poderes legislativos daquele país, bem como a cessão das reivindicações apresentadas pelo Governo Brasileiro.

⁹ O armistício de Compiègne, de 22 de junho de 1940 estabeleceu as condições oficiais da ocupação alemã na França após o cessar-fogo, entre as autoridades do Nazismo alemão e os representantes da República francesa. Pelo acordo, a França ficou dividida em duas grandes zonas; a zona ocupada, sob controle alemão e a zona livre, autônoma, mas colaboracionista, onde se estabeleceu o Estado francês, substituindo o República francesa, também conhecido como França de Vichy. As colônias francesas e em especial atenção ao territorial da América do Sul, a Guiana, ficaram sob a tutela do governo de Vichy

Dessa forma, em 1941, a promulgação da “*Land-lease act*,” legislação norte-americana que criava e regulava empréstimos e arrendamentos destinados a países em guerra contra o Eixo, contribuíram para o envolvimento brasileiro, em definitivo, como parceiro preferencial na proteção do Continente Americano. Atendendo outra demanda encaminhada pelo governo brasileiro, os EUA investiram recursos oriundos do “*Airport Development Program*” para que as regiões norte e nordeste do Brasil fossem dotadas de infraestrutura aérea básica. Surgiram então, as bases aéreas no Norte e Nordeste brasileiro, nas cidades de Amapá/AP, Belém/PA, Natal/NE, Fortaleza/NE, Recife/NE e Salvador/NE, as quais passaram a fazer patrulha aeronaval defensiva do continente, reafirmando a importância estratégica do litoral brasileiro contra as investidas dos adversários.

A última pendência brasileira – o reequipamento e armamento das forças armadas brasileiras – para definitiva e estreita aliança do Brasil com os Países Aliados, foi solucionada antes da Conferência do Rio (1942), em carta pessoal endereçada a Getúlio Vargas pelo Presidente norte-americano Roosevelt, na qual o mesmo comprometia-se em solucionar tal pendência. A oportuna procrastinação brasileira em entregar o controle do norte e nordeste brasileiro às Forças armadas dos Estados Unidos da América, permitiu que o Brasil obtivesse uma posição de destaque militar na América do Sul. Contudo, em contrapartida, o Brasil arcaria com as consequências dessa atitude, pois logo de imediato, ficou estabelecido entre Brasil e EUA que se fosse preciso o aumento de militares norte-americanos nas bases montadas no litoral norte e nordeste, estes tinham consentimento para realizá-la, assim como tinham autorização irrestrita para voos de qualquer aeronave militar no espaço aéreo brasileiro. Sobre tal questão Alves (2002, p.120), defende o ponto de vista de que o envolvimento brasileiro na Segunda Guerra Mundial se deu forçadamente, pois:

[...] a despeito de o Governo Vargas ainda barrar a entrada maciça de militares estadunidenses no País, como queriam as autoridades governamentais e o Exército dos EUA, ele autorizara a construção, aparelhamento e uso de bases aéreas no norte e nordeste do Brasil pelos norte-americanos para suprir, alhures, o esforço de guerra britânico e soviético. Cedendo a pressões externas, o governo brasileiro, principalmente na figura de seu presidente, procurava, ao mesmo tempo, procrastinar a decisão que permitiria o virtual controle do litoral norte e nordeste do País por forças armadas estrangeiras, até que o cumprimento da demanda nacional por equipamentos e armas para as forças armadas brasileiras fosse atendido. Restava este empecilho para que o Brasil consolidasse, finalmente, seu alinhamento ao bloco de poder norte-americano.

Ainda sobre o exposto, ressalta-se que tem surgido debates dentro da historiografia que discutem com maior profundidade a instalação e funcionamento no litoral brasileiro desses engenhos de guerra, importantes vetores de contribuição nos esforços empreendidos e, por isso, embora não seja o horizonte desse estudo, o caminho percorrido até aqui, orienta-nos

a compreender melhor as teias de interesses, motivações e esforços que um conflito pode estabelecer entre as nações adversárias, e suas articulações políticas e econômicas para conseguirem apoio estratégico de nações supostamente neutras ao conflito.

Nesse ínterim, ainda que tardivamente, a entrada dos Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial, em 1941, foi decisiva para os rumos do conflito, pois além de uma força armada bem treinada, equipada e ativa nos campos de batalhas da Europa, África e Ásia, havia uma política de defesa hemisférica que se preocupou em ocupar locais estratégicos no continente americano. Visto nessa condição, o litoral do continente americano, e em especial, o brasileiro, foi ocupado por bases aéreas e navais operacionalizadas diretamente pelos norte-americanos durante a década de 1940. Ressalto que a discussão feita até aqui em contexto mais amplo, é importante para compreender a escala regional dos fatos relacionados ao tema dessa pesquisa.

1.3 Base Aérea de Amapá: a História, a memória e o esquecimento

Quando os Estados Unidos se envolveram por completo na Segunda Guerra Mundial revelou-se o ápice de uma série de etapas diplomáticas, políticas e militares que já estavam sendo gestadas na Casa Branca ao longo dos anos. A visão da futura inserção americana no conflito é considerada fundamental quando se busca refletir sobre as sucessivas tentativas de aproximação com os países latino-americanos promovida pelo governo Roosevelt.

Concomitantemente com o desenrolar da Segunda Guerra Mundial, ocorria o desmembramento do Amapá, até então pertencente ao Estado do Pará, originando o Território Federal do Amapá. A justificativa da criação aparece em diversos aspectos, especialmente, pela condição administrativa e geopolítica como aponta Lobato (2014). Segundo o autor, o governo Vargas buscou maior controle dos territórios brasileiros, ampliando sua presença por meio da criação de novos espaços territoriais vinculados ao governo central. Em que pese o fato, o Amapá figurava como uma zona periférica do Estado do Pará, com poucos habitantes, aproximadamente 2 mil, bem como havia um enorme problema logístico com o resto do país, devido à falta de ligação terrestre, prevalecendo o transporte via marítimo, através de seus rios. (Cavlak e Granger, 2014, p. 68). Apesar dessas dificuldades, criou-se no ano de 1943, o Amapá como um ente de direito ligado ao Governo Federal.

Diante da impossibilidade de se justificar a criação do território do Amapá pela viabilidade econômica ou pelo baixo contingente de homens e mulheres habitantes na época, partilho da ideia de que a criação do Território Federal do Amapá se deu pela importância que

a posição geográfica dessa região recebeu dentro do cenário mundial belicoso do momento. Dessa forma, o Amapá é uma consequência direta do contexto proporcionado pela Segunda Guerra Mundial, como bem afirmam Cavlak e Granger (2014). O território do Amapá teve como sua primeira Capital, a cidade de Amapá, localizada na sua porção meio norte e foi nesta cidade que foi construída uma base aeronaval, objetivando dar suporte às ações militares dos EUA e dos demais países Aliados durante a Segunda Guerra Mundial. Nesse contexto, a tensa relação entre Amapá e Guiana Francesa é analisada por Cavlak e Granger (2014, p. 67-68) os quais afirmam que:

A dificuldade da ligação marítima entre América e Europa, com os mares congestionados de navios de guerra e submarinos, a presença de tropas norte-americanas no Amapá com a criação de uma base aérea, e o fato da Guiana Francesa ser colônia de um Estado ocupado pelos nazistas e com hegemonia colaboracionista, de 1940 até 1943, levaram as forças armadas brasileiras, em aliança com os Estados Unidos, a cogitarem seriamente uma nova invasão da Guiana Francesa.

A situação beligerante vivenciada na Europa a partir da década de 1940, já havia, contudo, dado às terras que atualmente compõem o Amapá uma curiosa expedição alemã. Trata-se de uma expedição, supostamente científica que, clandestinamente viajou por terras da Amazônia brasileira, especificamente no atual município de Laranjal do Jari. A aventura científica alemã declarava que o objetivo era recolher informações sobre região e como registro dessa passagem ainda hoje é possível ver uma cruz de três metros com as iniciais da polícia nazista grafadas na sepultura de *Joseph Greiner*, membro da expedição e falecido em janeiro de 1936.

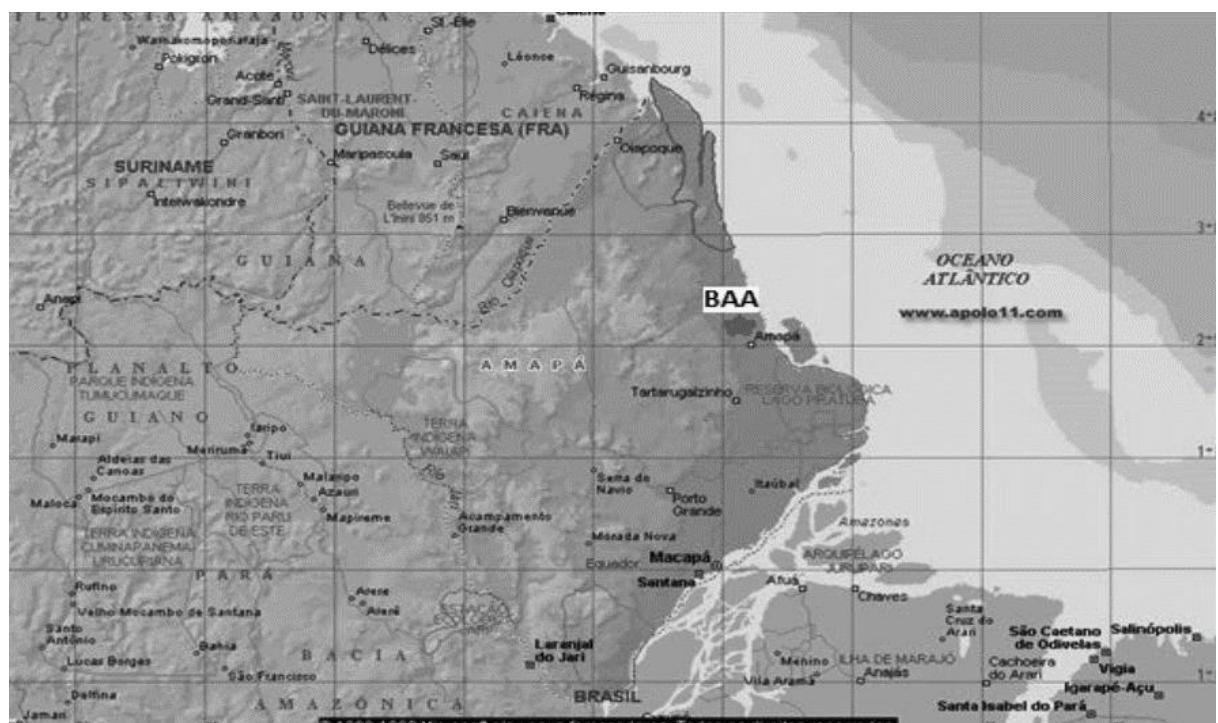
O envolvimento escalonado do Brasil na Segunda Guerra Mundial, como já mencionado anteriormente, enseja uma gradual presença militar norte-americana no território nacional. Contudo, mesmo antes do efetivo envolvimento do Brasil no conflito, já haviam estudos sobre a viabilidade de implantação desses empreendimentos de guerra -Bases Militares Aeronavais- no litoral brasileiro. Dessa forma, mesmo antes do Brasil declarar guerra a duas nações do Eixo, estava em pleno estudo e funcionamento a construção de todo o aparato de guerra nesses locais entre 1941 e 1942, sob a coordenação das Forças Armadas dos Estados Unidos.

Ciente do posicionamento estratégico do litoral brasileiro em caso de uma ofensiva positiva por parte dos alemães pela Europa e litoral norte da África (nessa época essa região eram colônias das nações europeias), Getúlio Vargas articulou a postura da equidistância pragmática, com a finalidade de subtrair vantagens econômicas de alemães e americanos. Após o afunilamento da tensão bélica, posicionou-se em favor dos EUA ao conquistar dividendos econômicos e militares para o país, tal como o financiamento das indústrias

siderúrgicas e o reaparelhamento das forças armadas. Assim, o Governo liberou os territórios brasileiros para a construção de bases militares na orla atlântica e iniciou o envio de tropas militares para a Europa. A criação de bases na saliência nordestina e nortista servem de amparo logístico para os americanos e aliados no conflito mundial, entre elas está a Base aérea de Amapá, ponto de ajuda crucial nos esforços de guerra.

No dia 21 de julho de 1941, foi publicado o Decreto presidencial de número 3.462, por meio do qual ficou estabelecida a autorização para ações militares norte-americanas em solo nacional. O Decreto também previa a construção de unidades militares para servirem de bases no Norte e Nordeste brasileiro. Convém mencionar, que este Decreto foi baixado em ato presidencial de Vargas um ano antes do mesmo declarar guerra à Alemanha, o que de certa maneira demonstra a estratégia varguista de posicionamento equidistante.

Mapa 2 – O local de origem da cidade de Amapá e Base Aérea de Amapá (BAA)¹⁰



A Base Aérea de Amapá foi então, construída numa área distante 12 quilômetros da atual sede municipal, Macapá, tal como mostra o mapa acima. As terras pertencentes ao

¹⁰ Extraído de: <http://www.apolo11.com/mapas.php?mapa=ap>. Cf. FILHO, E. A base aeronaval norte-americana do Amapá-Brasil pós-Segunda Guerra Mundial. **Revista Portuguesa de História**, Coimbra, n. 45, p. 299-323, 2014. Disponível em <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5103998>>. Acesso em: 30/09/2016.

Senhor Assaid Antônio Sfair, foram transformadas em utilidade pública pelo Decreto presidencial n. 14.131, de 31 de dezembro de 1943, no qual foram alegadas razões de defesa nacional para sua desapropriação (CORREA, 2009). Essas terras estão dispersas numa área plana de campos e de cerrado com proximidade do litoral e sua localização impressiona por estar na ilharga da foz do rio Amazonas, porta de entrada para a Amazônia brasileira.

Figura 1 - Registro fotográfico aéreo da Base Aérea de Amapá, feito no ano de 1944¹¹



Não demorou para que as obras de construção se iniciassem no local estipulado pelo Decreto presidencial. Naquele mesmo ano, a região de Amapá já contava com a presença de militares americanos, os quais, coordenados pela empresa de aviação de mesma nacionalidade, a *Pan American Airways*, buscavam mão-de-obra mais especializada - arquitetos, topógrafos e engenheiros- na França, Inglaterra e no próprio EUA, pois além da carência dessas áreas no Brasil, ainda se previa que todos os trabalhadores a serem empregados na construção das Bases aéreas, seriam contratados pelos norte-americanos.

A mão-de-obra empregada na montagem da Base aérea de Amapá contou com aproximadamente, 6 mil pessoas, que na sua maioria eram brasileiros vindos do Nordeste. Reconhecidos popularmente como “arigós,” estes nordestinos são encorajados a se aventurarem nos solos amazônicos pela massiva propaganda estatal implantada pelo Governo Vargas. Segundo o historiador Lobato (2013, p. 50), a migração de nordestinos para a

¹¹ Fonte: Arquivo reproduzido do site [Https://porta-retrato-ap.blogspot.com.br](https://porta-retrato-ap.blogspot.com.br). Acesso em 10 de agosto de 2017.

Amazônia no período descrito foi a maior movimentação de pessoas nordestinas durante o Século XX. Em consonância ao primeiro estudioso, Martinello (1985, p. 364) afirma que cerca de 55 mil pessoas deixaram suas casas na região nordeste do Brasil e se deslocaram para a Amazônia entre os anos de 1941 e 1945.

Esses homens partiram em busca de novas oportunidades geradas pelas instalações das Bases aeronavais e pelo “boom” da borracha. Essa matéria-prima voltou a se destacar no cenário mundial em razão dos movimentos empreendidos nos campos de guerra pelas forças do Eixo que dominavam os países Holanda e França- detentores do cartel internacional que controla o mercado deste recurso natural. Esses soldados da borracha escreveram um importante capítulo da História da Segunda Guerra Mundial, que ficou conhecido como a “batalha da borracha,” devido a propaganda institucional Varguista, que pretendia estimular nos migrantes nordestinos o sentimento nacionalista de dever pela pátria, a fim de que as diversas dificuldades fossem ocultadas em solo amazônico. (LOBATO, 2013, p. 50).

Neste sentido, e para além da visão de defesa estratégica do continente norte-americano, é preciso considerar que a presença militar norte-americana na região Amazônica não pode deixar de ser compreendida também, a partir do quadro adverso criado pelo processo de ocupação japonesa nos territórios produtores de borracha no sudeste asiático e pela dominação alemã de países que detinham o monopólio internacional. A escassez da matéria-prima essencial para indústria bélica, o látex, realça a importância da Amazônia e sua grande oferta de recursos naturais para o mundo. Ela se credencia como um local de fornecimento de matéria-prima para o conflito, torna-se, portanto, essencial para suprir as necessidades dos empreendimentos bélicos, abalada pela perda de mais de 90% de seus mercados tradicionais tal como a França, Holanda e Japão. (GARFIELD, 2009, p. 10).

A montagem de bases aéreas no Brasil se inscreve, portanto, tanto pela defesa do continente americano de possíveis invasões dos países do Eixo, como pela alta oferta de matéria-prima. O estudioso Garfield corrobora com essa visão ao dizer que:

[...] em razão da abundância de recursos naturais no Brasil, de sua influência política na América do Sul, grande população de ascendência alemã e proximidade geográfica da África Ocidental, os oficiais militares norte-americanos viam o país como um ponto estratégico na resistência a ofensivas nazistas no hemisfério.¹²

Dadas as condições de sua localização, a Base Aérea de Amapá se instalou distante de centros urbanos mais desenvolvidos do país. Essa ação é diferente de quase todas as outras bases aéreas erguidas durante o conflito mundial da década 1940. Em virtude disso, não houve

¹² Idem, ibidem.

questionamento da população local para a sua completa locação em Amapá, salvo, obviamente, de Assaid Sfair, que perdeu a sua propriedade privada pelo Decreto presidencial.

É comum a reflexão e lembrança saudosista entre os agentes históricos que vivenciaram o momento de instalação daquela estrutura militar. Os mesmos se referem a tal período como uma “época de ouro,” na qual havia oportunidade para todos, ou como afirma Paixão (2009, não paginado): “foi o fim do tempo da vaca gorda, onde tudo era limpinho”. Contudo, o sonho de morar em lugar que tudo era organizado e limpo, contradiz-se ao estado precário de alguns novos bairros surgidos no seu entorno para abrigar parte da massa populacional deslocada para a área, por exemplo.

Na obra Pássaros Máquinas no Céu do Amapá, este sentimento saudosista sobre o empreendimento militar norte-americano de Amapá, despertado na maioria das pessoas da época, é descrito com melhor precisão. A autora da obra aborda em elevada positividade, as muitas vantagens econômicas que a população local passou a ter, como contratos de fornecimento de carnes bovinas; que de fato, fomentou a economia do lugar, que antes girava em torno do extrativismo vegetal e animal, basicamente.

Também é ressaltado na obra de Cassilda Barreto, o contato que os moradores passaram a ter com os produtos industrializados diretos dos Estados Unidos, por meio dos serviços de comércio ofertados pela cantina da Companhia. Assim, diversos produtos industrializados, como por exemplo, compotas de frutas, geleias, leite em pó, bombons de chocolates, macarrão, chicletes, café solúvel, *nescau*, sabonete, pasta de dente, dentre outros, tornaram-se parte do cotidiano da cidade de Amapá. Todas essas possibilidades, ajudaram a deixar na memória das pessoas que a instalação da Base norte-americana em Amapá trouxe um tempo sofisticado e de oportunidades. Muito embora essa áurea de prosperidade fosse momentânea em virtude do desenrolar do conflito mundial. (SOUZA, 2000, p. 161).

No que diz respeito à sua função, a Base Aérea de Amapá foi erguida com o objetivo de servir de posto de abastecimento de aeronaves que se deslocavam para a Base Aérea de Natal, no Rio Grande do Norte. Sua estrutura física foi elaborada para contribuir com às ações de apoio, o que permite salientar de antemão que, as aeronaves que por ali faziam estadia, apenas estavam de passagem, tendo a Base de Natal-RN como seu destino. Aproximadamente 20 aeronaves realizaram pouso técnico em Amapá, no período de funcionamento durante a Segunda Guerra.

Contudo, em questão de pouco tempo, a Base Aérea de Amapá ganhou outras incumbências, diferentes das competências inicialmente atribuídas a ela. Ficou também com a responsabilidade de patrulhar a Costa Oceânica do Atlântico próxima de sua localização, com

para localizar submarinos dos países do Eixo, em especial os alemães. Essa patrulha se deu utilizando como suporte os dirigíveis à base de hidrogênio, conhecidos como Zepelins.

Contando com o apoio dos Zepelins, as forças armadas dos EUA instaladas na Base Aérea de Amapá, localizaram submarinos de bandeira alemã. No dia 15 de abril de 1943, o piloto Tenente Robertson, localizou o *archimidi*, submarino italiano, atacando-o- com bombas. Esse episódio é assim narrado por Cavlak e Granger (2014, p. 71):

Em 15 de abril de 1943 se deu a primeira batalha, quando o avião pilotado pelo Tenente Robertson avistou o submarino italiano *Archimedi*. Mesmo com dez horas de voo e com a intenção de voltar para a base, Robertson conseguiu jogar quatro bombas no submarino, o suficiente para danificá-lo seriamente, embora não lograsse afundá-lo. O Tenente comunicou-se então com outro avião, pilotado pelo Capitão Gerard Bradford, que alcançou o submarino atingido e lançou sobre ele mais 4 bombas. Dessa feita a embarcação não aguentou e acabou afundando em menos de 6 minutos, matando 59 tripulantes. Dias depois, um marinheiro foi encontrado vivo na Ilha de Bailique, sendo preso e interrogado pelas autoridades.

Com cerca de três meses após esse bombardeio ao navio *archimedi*, outro submarino, dessa vez de origem alemã, o U-590, foi monitorado em incursões de 200 milhas da costa amapaense. O responsável pela descoberta foi a aeronave denominada Catalina PBY-3. Após um acirrado bombardeio e uso de metralhadoras, o submarino sucumbiu aos ataques dos países aliados nas saliências nortistas, afundando em questão de minutos. Nesse evento registrou-se a morte de 40 tripulantes, sendo que 4 conseguiram sobreviver.

Em outro dia de patrulha do litoral, o avião chamado de VP-94 atacou o U-662, submarino avistado a 100 milhas do litoral. Diante da resistência do submarino alemão, foram solicitados reforços, atendidos com a ida ao local do avião PBY-3. Depois de realizarem um longo tiroteio com o apoio de metralhadoras, eles conseguiram afundar o submarino alemão e desta feita, deixaram um saldo de 70 tripulantes mortos e 5 sobreviventes. O torpedeamento dos U-borts alemães na costa litorânea do Amapá ilustram a dinâmica que essas operações desenvolveram na região. Na mesma direção, cabe lembrar que, geograficamente, esta era a Base Aérea norte-americana em território nacional, mais próxima de territórios sob influência das nações do Eixo.

Em 1940, a França era dominada pela Alemanha e por consequência, sua possessão colonial da América do Sul - Guiana Francesa- automaticamente também passou a sofrer influências do domínio alemão. Nessa condição de território sob influência do Eixo, a Guiana Francesa convive com a incerteza. Já na Conferência Pan-americana de Havana, que ocorre entre os dias 21 e 31 de julho de 1940, acorda-se que qualquer país fronteiriço a territórios europeus no continente americano, tinha autorização para invasão. É provável que nos planos

futuros de Vargas, a anexação da Guiana francesa fosse uma realidade, sendo a Base Aérea de Amapá primordial para a garantia efetiva dessa possibilidade.

Nos primeiros meses do ano de 1943, o conflito bélico mundial teve batalhas decisivas na Europa. A batalha de Stalingrado, vencida com muito sacrifício pelos Aliados, tendo a União Soviética a frente, é decisiva para os rumos da guerra, nela chegou-se a registrar a impressionante rendição de cerca de 90 mil soldados, além do recuo do exército nazista para Berlim. Em outro ponto do conflito, no norte da África, em meados do mesmo ano, aconteceu a debandada dos militares alemães. Com isto, a importância estratégica do litoral brasileiro, guarnecido pelas Bases militares norte-americanas, se perde e estas Bases são esvaziadas.

Não convivendo mais com o risco sério de uma invasão nazista vinda pela Guiana Francesa, permanece àquela altura a ameaça de invasão de regiões consideradas periféricas, como era o caso do Amapá. Assim, essa foi uma das condições chave para a decisão tomada pelo presidente Getúlio Vargas, em decretar a criação do Território federal do Amapá em 13 de setembro de 1943 e outros quatro territórios federais em áreas consideradas estratégicas para a segurança de fronteiras. Aproveitando a pujança econômica vivenciada no local e a infraestrutura herdada, a Cidade de Amapá, é escolhida para Capital, mas o quadro de decadência instalado com a saída dos norte-americanos, provoca o retrocesso social do local e antes mesmo da instalação, a capital muda para a cidade de Macapá.

O pleno funcionamento da Base Aérea de Amapá, limita-se temporalmente até pouco além do término dos confrontos na Europa no ano de 1945. O cessar-fogo entre as nações em conflito, fez iniciar o processo de saída dos norte-americanos das suas unidades militares montadas com o propósito da Guerra. Assim, era preciso proceder à desativação das bases montadas, já que não havia mais a necessidade de empreender tantos esforços para segurança do continente americano. Como a soberania nessas áreas competia às autoridades militares dos Estados Unidos, isso impossibilitava uma ação por parte do governo brasileiro, no sentido de fazer um planejamento mais adequado que pudesse dar prosseguimento à manutenção dessas áreas, bem como que fosse capaz de dar continuidade ao crescimento econômico, permitindo a fixação dos moradores.

Nunes Filho (2013) em pesquisas de campo realizadas nas Bases Aéreas norte-americanas no Norte do Brasil, observa que as bases militares de Belém-PA e São Luís- MA continuaram a operar com voos civis e militares após Segunda Guerra Mundial. Já as bases de Igarapé Açu – PA e Amapá-AP forma completamente abandonadas pela FAB, possivelmente porque as mesmas perderam a importância militar dentro do contexto local e regional. Importa mencionar ainda que, por motivos que incluem o fato de ter sido preterido enquanto

Capital do Território Federal do Amapá pelo município de Macapá, a área não se desenvolveu suficientemente para se firmar como centro urbano da região. Esta condição de poucos atrativos, não somente de ordem militar, como de inviabilidade social e econômica da região, desfavoreceram a continuidade de sua operacionalidade.

Frente a este quadro, alguns projetos foram aparecendo como alternativas para reutilização dos espaços físicos abandonados pela falta de função militar da Base Aérea de Amapá. No ano de 1947, o Governo Federal autorizou o uso dos espaços físicos da mesma para pôr em prática projetos de educação, voltados para o desenvolvimento econômico da região, atendendo a sugestão advinda do Governo do Território Federal do Amapá. Na sua proposta, o Governo Territorial pretendia usar as instalações da Base Aérea do Amapá, para o funcionamento da Escola de Integração Agrícola de Amapá. A medida visava criar oportunidades aos estudantes de se profissionalizarem como operadores agrícolas e assim, seguirem estudos em técnicas agrícolas no Pará. Em complementação, o governo criou o Fomento Agrícola do Cruzeiro, responsável em auxiliar colonos no uso da terra e nos equipamentos técnicos. Pretendia-se, dessa maneira, fomentar as atividades agrícolas da região, algo primordial na economia do município de Amapá.

Todavia, os relatos de moradores e trabalhadores da Escola de Integração Agrícola, expressam as boas condições de funcionamento dessa referida escola, da década de 1940 até meados da década de 1970, mas também apontam que com a crise econômica que o país atravessava nesse período, as Escola de Integração Agrícola de Amapá e do Fomento Agrícola do Cruzeiro tiveram as suas atividades encerradas, gerando grande prejuízo àquela população.

Figura 2 - Instalações de militares da Base Aérea de Amapá¹³



No período que se estende desde a década de 1970 até meados dos anos 1990, a Base Aérea de Amapá sofreu com o abandono e a depredação, ocasionados pela ação do tempo e falta de cuidados, sobretudo em virtude da inexistência de políticas públicas voltadas para valorização desse patrimônio cultural do Estado. No lugar da imponente área militar existente no período conflituoso, restaram apenas algumas construções em estágio avançado de destruição ou em ruínas, ainda que se leve em consideração a baixa qualidade das edificações levantadas no período.

Na esfera política, o Amapá como um Território Federal, desde sua criação tem uma forte ligação com o Governo Federal, mas em 1988, galgou à condição de Estado, referendado pela nova Constituição da República. No entanto a eleição de Aníbal Barcelos como primeiro governador eleito pelo voto direto é vista com certa modéstia, no que se refere as possibilidades de mudanças democráticas para o recém-nascido Estado, pois o próprio já havia sido governador indicado pelo governo dos militares na década de 1970.

¹³ Arquivo pessoal do autor. Registro fotográfico da Base Aérea de Amapá realizado em 27 de Julho de 2009.

As aspirações de mudanças são mais bem admitidas a partir da eleição de uma frente de políticos que se dispunham a fazer oposição ao Regime civil-militar. Esta frente partidária conseguiu eleger em 1994, o Senhor João Alberto Capiberibe ao Governo Estadual, que por sua vez fez uma gestão pautada no, por ele próprio nomeado, Programa de Desenvolvimento Sustentável do Amapá (PDSA). As diretrizes desse programa eram compostas por diversas políticas que valorizavam a construção do desenvolvimento econômico, aliado às riquezas humanas e naturais existentes na Amazônia, sem, no entanto, que a mesma fosse degradada com essas atividades.

Figura 3 - Torre de atracação de Dirigíveis¹⁴



No contexto criado pelo PDSA “o Governo do Estado, visando a preservação do Patrimônio Histórico Amapaense, resolveu criar na antiga Base Aérea do Amapá, um Museu a céu aberto, sobre a Segunda Guerra Mundial, afim de que as novas gerações não percam de vista a magnitude do que foi aquela Organização militar.” (GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ, 1997, p. 5). Assim, para que viabilidade desta investida fosse concretizada, foi montado um grupo de trabalho dentro da fundação de Cultura do Governo do Amapá, o qual

¹⁴ Arquivo pessoal do autor. Registro fotográfico da Base Aérea de Amapá realizado em 26 de Maio de 2018.

era encarregado de averiguar possíveis bens para conservação física e o resgate social da memória da Base Aérea do Amapá. Este grupo de trabalho gerou três relatórios, um no ano de 1997 e dois em 1998. Nesses relatórios constavam o indicativo para a criação do “Museu a céu aberto da Segunda Guerra Mundial” na área da antiga Base Aérea de Amapá.

Mais tarde, passando a ser conhecido popularmente como o Museu da Base Aérea de Amapá, o local recebeu várias intervenções para que pudesse se adequar, minimamente, às condições de funcionamento de museológicas. As principais mudanças foram a restauração do prédio que durante a Segunda Guerra Mundial funcionou como Posto médico, passando a ser um local de exposição permanente sobre a história da Base Aérea de Amapá; a restauração do prédio do gerador de energia e seus três motores; a construção de uma pousada e implantação de curso de inglês para alunos atuarem como guia-turísticos. Outros serviços foram a limpeza, capinação, pintura e identificação das instalações do local por meio de placas.

Dessa maneira, erguido no sítio histórico que funcionou como base para as operações de guerra dos países aliados, este Museu teve uma efêmera funcionalidade, registrada entre os anos 1998 até 2009. Outro dado interessante é o fato de que neste período, o Governo do estado também investiu em outros locais de valorização e preservação de patrimônios históricos, sendo então criados o Museu Sacaca, o Centro de Cultura Negra e o esboço de projeto para a criação do Museu dos Povos Indígenas. O Museu da Base Aérea do Amapá constituiu-se, portanto, em herança deixada pela Segunda Guerra Mundial aos amapaenses, em um reconhecimento da grandeza deste evento para a História Local.

2. MEMÓRIAS DO MUSEU DA BASE AÉREA DE AMAPÁ

O objetivo deste capítulo é analisar as memórias surgidas pela construção de um Museu – oficialmente denominado de Museu a céu aberto da Segunda Guerra Mundial- que foi criado na área da antiga base aérea militar de apoio às ações de guerras dos países Aliados durante a Segunda Guerra Mundial, na região do atual município de Amapá-AP.

Figura 4 - Prédio-sede do Museu a céu aberto da Segunda Guerra Mundial¹⁵



As motivações da implantação de um Museu a céu aberto, no qual seu acervo é composto pelas memórias produzidas por um período histórico, e que notadamente acusa a presença de forças militares estrangeiras em solo brasileiro, é um elemento que desperta debates historiográficos interessantes. Popularmente rebatizado como Museu da Base Aérea de Amapá, esse Museu não conseguiu lograr êxito na sua proposta de se tornar um espaço de memória deste período, por algumas variáveis, as quais pretendo discutir melhor nessa dissertação. Contudo, antes mesmo de nos lançarmos nessa empreitada de conhecer os meandros do processo que culminou com a musealização dos espaços que restaram da Base

¹⁵ Fotografia do Museu da Base Aérea de Amapá. Arquivo do autor. Registro realizado em Maio de 2018.

Aérea de Amapá e o latente abandono deste projeto, é necessária uma reflexão destes locais que conservam e pesquisam e comunicam memórias e histórias.

2.1 Museu: percurso histórico de um conceito

O ICOM- *International Council of Museums*, vinculado à UNESCO, foi criado em 1946, com a proposta de ser um órgão não governamental dedicado a elaboração de ações de Museus em âmbito mundial. Suas principais atividades estão relacionadas com a: 1) cooperação e intercâmbio profissional; 2) difusão de conhecimento e aumento da participação do público em Museus; 3) Formação de pessoal; 4) Prática e promoção da ética profissional; 6) Atualização de padrões profissionais; 7) Preservação do patrimônio mundial e combate ao tráfico de bens culturais. O museu, na compreensão de tal órgão é "uma instituição permanente, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público e que adquire, conserva, investiga, difunde e expõe os testemunhos materiais do homem e de seu entorno, para educação e deleite da sociedade." (ICOM, 2007, p. 2).

Embora a criação de um órgão internacional de regulamentação, cooperação e difusão de Museu, como é o caso do ICOM, tenha surgido apenas em meados do século XX, dentro do contexto pós Segunda Guerra Mundial, o Museu é uma instituição secular, a qual, por meio do hábito de colecionar, demonstração o obstinado desejo do homem em possuir, guardar e venerar objetos e coisas do seu cotidiano. Trata-se de uma vontade humana de perpetuar-se no tempo, por motivos que vão desde o afetivo, passando pelo cultural ou mesmo em seu caráter utilitário.

No que concerne a etimologia da palavra, trata-se de um vocábulo originário da Grécia Antiga, o *Mouseion*, utilizado para designar o local de estadia das nove musas – filhas de Zeus com Mnemósine – que representaria a Memória. Cada uma das nove filhas possuía uma qualidade específica, que acreditava-se auxiliar os homens em seus momentos de medo, tristeza, dor e aflição. As nove musas eram: “Calíope, a rainha das musas, inspiradora da poesia épica e da eloquência; Polínia, a musa da poesia lírica; Erato, da poesia erótica e da elegia; Clio, da História; Euterpe, da música; Tália, da comédia; Melpóneme, da tragédia; Terpsicore, da dança e Urânia da astronomia.” (CAMPOS, 1965, p. 11)

Interessante notar que cada uma das nove divindades, que habitavam o templo *Mouseion* simbolizavam uma área da ciência, da arte ou letras, na tradição mitológica. Tais templos se caracterizavam, entretanto, muito mais como locais de pura contemplação, entretenimento ou diversão, pois embora estimulassem as artes, a literatura e os estudos

científicos, voltavam-se para a admiração dos que lhe visitavam. Da característica do templo *Mouseion* emerge uma das funções mais denotadas dos Museus: a possibilidade de encantar seus frequentadores pela admiração e curiosidade, pois ainda hoje, “*as musas, donas da memória absoluta, imaginação criativa, e presciênciia, com suas danças, músicas e narrativas, ajudavam os homens e esquecer a ansiedade e a tristeza.*” (Suano, 1986, p. 10).

Figura 5 – Apolo e as musas Guerra Mundial¹⁶



No início da era cristã, o desenvolvimento econômico gerado na dinastia dos Ptolomeus, no Egito, propiciou a formação na Cidade de Alexandria, da famosa biblioteca elaborada pelo matemático Erastótenes. A criação dessa instituição, marca o reaparecimento do Museu em um sentido ampliado, pois tal como toda biblioteca, que se caracteriza por ser um centro difusor e fomentador do conhecimento enciclopédico, com livros e laboratórios de pesquisas, também possuía atributos de museu, com jardins botânicos, áreas de animais e observatórios. Assim sendo, a criação de uma biblioteca em Alexandria, com sua proposta de armazenar não só livros, como foi dito anteriormente, mas também outras compilações de

¹⁶ Foto: reprodução. Pintura óleo sobre tela, intitulada Apolo e as musas, de Heinrich Maria Von Hess. 1826. Dimensões: 245 cm, 449 cm. Localizada atualmente em Neue Pinakothek. Retirado do site: www.alamy.pt/foto-imagem-alemanha-baviera-munique-o-novo-museu-pinakothek-neue-pinakothek- Acesso em 20/07/2018.

temas diversos, remodelou a concepção de Museu que passou a ser entendido não mais como instalação física e sim como a publicação de uma compilação de qualquer natureza.

No período medieval, se destaca uma visão de mundo sob grande influência da Igreja Católica. O museu, nessa época, passou a ser compreendido como local em que deveria ser conservada a produção intelectual do homem, bem como as obras artísticas. Dessa forma, muitos príncipes e reis, doaram ou tiveram seu patrimônio absorvido pelas ordens eclesiásticas e o museu serviu então, como veículo reproduutivo da igreja, que propagava a ideia da adoração, mas que também utilizava-se disso para a disseminação da fé cristã.

Na efervescência do movimento renascentista europeu, os Museus ressurgem consagrados pelo modismo surgido entre os cidadãos socialmente bem posicionados de colecionar objetos e obras artísticas. Este foi o período do afloramento da curiosidade e da revolução do olhar sobre humanidade, uma vez que produtos diretos dos avanços científicos e do humanismo renascentista, bem como das grandes navegações, que revelaram o novo mundo (América) para a Europa, mostraram ao homem que havia muito mais a conhecer do que se poderia imaginar. Dessa feita, coleções iniciadas por príncipes desde o século XIV, foram sendo abastecidas nos dois séculos seguintes, por objetos e obras artísticas de povos da antiguidade, tesouros e outras curiosidades advindas do continente americano ou asiático e do desenvolvimento da arte da época renascentista, em que artistas foram financiados por famílias da nobreza. Diante disso, reforça-se o simbolismo de poder político econômico empregado ao colecionismo.

Convém complementar que o período renascentista promoveu para além das coleções principescas. Foi nesta época que disseminaram-se os Gabinetes de curiosidades e as coleções científicas, que em sua maioria eram denominadas de Museus. Sobre os gabinetes de curiosidades, destaca-se que objetivavam simular a realidade da natureza em gabinetes. Para isso, eram agrupadas por estudiosos, uma variedade de espécies, objetos e seres exóticos trazidos de locais diversos e distantes. Não havia uma organização criteriosa e dessa maneira, é possível vislumbrar a natureza caótica criada nesses locais. No decorrer dos anos, as coleções foram se especializando, sendo organizadas com critérios mais definidos, o que acabou por possibilitar que esses locais deixassem a condição de curiosidades e avançassem no sentido da pesquisa científica, já por volta dos séculos XVII e XVIII.

De acordo com a ICOM (2007) boa parte das coleções formadas no período renascentista, foram propulsoras do que concebemos como Museu nos dias de hoje. Contudo, é preciso lembrar que estas coleções estavam restritas a uma pequena parcela das pessoas: os proprietários das coleções, parentes e amigos mais próximos, pois o acesso ao público em

geral era negado. A possibilidade de acesso ao grande público aos espaços especializados em coleta, preservação e salvaguarda de objetos, somente seria uma realidade quando do surgimento dos Museus nacionais, no final do século XVIII.

Atualmente, os Museus permanecem, em grande parte, com as acepções originalmente advindas da mitologia grega, como por exemplo a contemplativa e de entretenimento, bem como outras adquiridas no percurso do tempo, como a de salvaguardar, colecionar e preservar. Vale ressaltar, porém, que a noção atual de Museu floresceu sob grande influência da Revolução Francesa, no que concerne ao aspecto de preservação. Ocorre que a criação de normas técnicas e jurídicas para a proteção do patrimônio francês foram garantidas ainda nas instâncias revolucionárias e dessa garantia antecipada se seguiriam procedimentos preservacionistas no século XIX. Segundo Choay (*apud* JULIÃO, 2006, p. 20), isso ainda implicaria dois processos distintos:

O primeiro, cronologicamente, é a transferência dos bens do clero, da coroa e dos emigrados para a nação. O segundo é a destruição ideológica de que foi objeto uma parte desses bens, a partir de 1792, particularmente sob o Terror e o governo do Comitê de Salvação Pública. Esse processo destruidor suscita uma reação de defesa imediata [...].

Para que se lograsse êxito de preservação em sua totalidade do patrimônio tornado nacional pela conjuntura da Revolução Francesa, o qual era bastante diverso, houve a necessidade de elaboração de procedimentos metodológicos ao seu inventário e gestão. Outra medida tomada, diz respeito à tomada dos objetos como patrimônios da nação, ou seja, pertencentes ao povo. Disso decorreu a aquisição de novas funções ao Museu: como os objetos foram transferidos para espécies de depósitos à espera do público, ou seja, o povo, o Museu tornou-se o espaço que permitiria instruir esse público. Contudo, à exceção do Louvre, a política de difusão de civismo e a história a partir da efetivação de Museus em todo território francês não passou de uma pretensão fracassada.

A consolidação, entretanto, da concepção de Museu moldada pela Revolução Francesa se efetivaria no século XIX, o qual marcou o nascer de importantes Museus pelo continente europeu: O Museu Real na Holanda (1808); Museu do Prado em Madri (1810); O *Altes Museum* de Berlim (1852); O Museu Britânico em Londres (1753), entre outros que, uma vez pensados para estimular pedagogicamente o conhecimento histórico, em especial no que tange a formação de suas nacionalidades, lançaram as bases para legitimação simbólica dos estados nacionais que emergiam. Cabe ressaltar que, embora estes Museus tenham sido montados com objetos recolhidos aleatoriamente de coleções pertencentes em sua maioria, à realeza e tornados bens nacionais, preciosos objetos advindos das colônias europeias em outros

continentes também figuraram em seus acervos. O desbravamento realizado pelo colonizador europeu caminhou em sintonia com a realização de estudos, já que as expedições científicas que adentraram as terras colonizadas tinham como foco central o levantamento de dados sobre os recursos naturais disponíveis, perfil das populações, da botânica, animais minérios, entre outros. Muitos estudos desses formaram coleções dos Museus na Europa. O Brasil, foi um campo aberto estas expedições científicas, sendo que os chamados naturalistas, empreenderam muitas pesquisas e escreveram diversos estudos detalhados, os quais foram enviados para a Europa. Assim, relevantes coleções foram montadas no decorrer do século XIX, a partir da flora e da fauna tupiniquim, constituindo então, acervos encontrados nos Museus do velho mundo.

O século XIX também demarca o nascimento das primeiras instituições voltadas a museologia no Brasil. Esse processo histórico se desencadeou com a chegada da corte portuguesa na metrópole colonial da América, o Brasil. A presença da corte portuguesa no Rio de Janeiro proporcionou vivenciar um pequeno surto cultural na Cidade. Na relação das ações culturais promovidas por iniciativa Real, destaca-se a criação, em 1818, do Museu Real (atualmente rebatizado de Museu Nacional). Para que o Museu Real abrisse, o próprio príncipe regente, D. João VI, fez a doação de uma coleção de História Natural. Ainda pelos anos 1800, outras entidades museológicas seriam iniciadas: o Museu do Exército (1864), o Museu da Marinha (1894), o Museu Paranaense (1876), o do IHGB da Bahia (1894), além do Museu Paraense Emilio Goeld (1871) e o Museu Paulista (1894), que se diferenciam dos demais por terem o viés etnográfico em sua formação. Sobre essa característica dos Museu Emílio Goeld e do Museu Paulista, assim, se pronuncia Julião (2006, p. 21-22):

Ao lado do Museu nacional, os Museus Paraense Emilio Goeldi e Paulista, alinhavam-se ao modelo de Museu etnográfico, que se difundiu em todo o mundo, entre os anos 1870 e 1930. Caracterizados pelas pretensões encyclopédicas, eram Museus dedicados à pesquisa em ciências naturais, voltados para a coleta, o estudo e a exibição de coleções naturais, de etnografia, de paleontologia e arqueologia. Os três Museus exerceram o importante papel de preservar as riquezas locais e nacionais, agregando a produção intelectual e a prática às chamadas ciências naturais, no Brasil, em fins do século XIX, tinham como paradigma a teoria da evolução da biologia, a partir da qual desenvolviam estudos de interpretação evolucionista social, base para a nascente antropologia. Ao buscarem discutir o homem brasileiro, através de critérios naturalistas, essas instituições contribuíram, decisivamente, para a divulgação de teorias raciais no século XIX.

Os Museus no Brasil durante o século XIX e as três primeiras décadas do século XX, foram formados em acordo com o estabelecido mundialmente sobre museologia: o caráter celebrativo da história nacional e o viés encyclopédico e científico, o que significa dizer que esses Museus foram fundados seguindo o estabelecido pelas concepções dominantes

preestabelecidas nos maiores e mais valorizados Museus da Europa. Em outras palavras, as recém-nascidas instituições museológicas brasileiras, foram formadas pela concepção enciclopédica, a qual privilegiava a diversidade de aspectos do saber, e, muito embora não fosse o foco central, paralelamente voltava-se aos aspectos enaltecedores da Cultura e História Nacional, o que resultou em contribuições à simbologia do país.

Contudo, Regina Abreu (1995) destaca que foi somente com a criação do Museu Histórico Nacional (MHN), no ano de 1922, que o aspecto nacional se destacou, museologicamente falando, no Brasil. Somente com o MHN que a tradição enciclopédica dos Museus foi abandonada em face à propositura de ser um Museu consagrado à história, à pátria, ou ainda, que pudesse promover a representação do nacional, utilizando cultura material para tanto. Nesse sentido, é possível visualizar os objetivos de sua criação: nasceu para ser um local de ensino para o povo, abordando fatos e personagens históricos, incentivando a tradição e o civismo, elementos de coesão e progresso da nação. Ainda sobre a criação do Museu Histórico Nacional Vieira afirma que:

Ao final da Exposição comemorativa Centenário da Independência, o então presidente da República Epitácio Pessoa, criou em 1922, na Cidade do Rio de Janeiro, O Museu Histórico Nacional, que passaria a ser administrado por Gustavo Barroso. Na História dos Museus brasileiros, o Museu Histórico do Rio demarcou a mudança de perspectiva funcional desses espaços. Os Museus enciclopédicos, como o Paulista de Von Lhering, que buscava reunir todo o conhecimento humano, enquanto local de ensino e produção científica, foi substituído por espaços vinculados às temáticas da brasiliade. (VIEIRA, 2017, p. 152-153)

Pensado por intelectuais como Gustavo Barroso, mas incentivado e patrocinado pelo Estado-Nação, o MHN, na prática, foi mais que um local destinado ao conhecimento. Sua constituição abrange a função de agência legitimadora e propagadora da pretensa História Oficial, ajudando a consolidar uma historiografia iniciada pelo Instituto Histórico e Geográfico brasileiro e baseada no perfil factual de objetos, obras e narrativas das grandes elites nacionais e sua marcha evolutiva do País. Este modelo de Museu, no entanto, culminaria como exemplo a outros a serem criados no território nacional, além de contribuir para o surgimento do curso de museologia em 1932, oferecido no próprio local.

Vários Museus foram então criados no Brasil após a década de 1930 em diversas e distintas regiões do Brasil. O curso desenvolvido sobre museologia no Museu Histórico Nacional, foi o principal responsável por essa multiplicação em nível nacional. Evidente que por essa condição, os Museus surgidos após a implantação do curso de museologia, seguiriam as diretrizes emanadas daquele que os consolidou. Assim, é possível destacar que temos uma museologia pautada na fixação da ideia da memória nacional, agindo como modelo de

integração e coesão social. Ou melhor dizendo, os Museus, seus acervos e exposições museológicas são criados partindo de uma concepção que se baseia em critérios para se projetar a ideia de uma identidade nacional, reforçando a construção do “ser nacional”, o que prejudica e relega à condição secundária as variantes regionais, com seus possíveis conflitos e diferença. No que tange à aquisição de acervos, a linha museológica que se propaga, prioriza a aquisição dos objetos, marcadamente das classes sociais dominantes. Estes objetos de origem elitista fazem parte das exposições museológicas, que assim postas, promovem a história factual, enaltecendo o personalismo, e com forte viés dogmático em detrimento à análise mais reflexiva dos fatos históricos, pautada na criticidade das pessoas que por ventura busquem esses locais.

É impossível não demarcar dentro da conjuntura museológica do País o caráter de “construir uma Brasilidade”, ou seja, de se criar uma narrativa acerca da história nacional. Somente a partir da década de 1970, com os esforços de teóricos e instituições, alinhados ao que se convencionou chamar de Nova Museologia, em âmbito internacional, esta condição começa a ser alterada. Emerge uma nova conceituação que permitir que os Museus sejam pensados e vistos como *loci* de reflexão e troca de saberes. Corroborando com tal afirmação, Vieira (2017, p. 158) destaca que:

[...] os Museus tornaram-se instituições a serviço da sociedade, ligadas às intenções de preservar, salvaguardar e difundir o patrimônio cultural, através de suas funções educativas, com a finalidade de facilitar o contato do público visitante com o conhecimento presente nos Museus. Esta necessidade apareceu com a chegada da “aceleração da História” quando as perdas dos remanescentes do passado se fizeram notar, com a noção de perda coletiva de referências da sociedade diante das transformações do presente.

A Nova Museologia busca, portanto, se opor a perspectiva tradicional de Museus, na qual o museu produz conhecimento para a sociedade em geral e é um local de difusão de cultura. A ideia é ir contra a percepção museológica antiga onde se produz para uma cultura de elite. Ainda no final do século XX, o Museu ganha novos contornos mais identificados com a cultura de massa contemporânea. O Museu de Arte Moderna de Nova Iorque (MoMA) é um espaço museológico que representa tal perspectiva, pois está inserido na busca pelo espetáculo e grandes exposições. Segundo Filho (2006, p. 95), atualmente, “a massificação dos Museus gera uma enorme procura turística pelos locais museológicos, o que não necessariamente significa um público capacitado a compreender as dinâmicas da arte expressas.” O Museu, portanto, torna-se um elemento de comunicação cultural, envolto na era do fluxo de informações, pessoas e capital.

O Museu no século XXI representa novos olhares com a inserção da tecnologia na metodologia dos espaços museológicos, sobretudo a *internet*. Na visão de Filho (2006, p.14), essa nova configuração dos espaços museológicos requer:

novas maneiras de expor e divulgar, solicitam abordagens diferenciadas que considerem e entendam os novos meios e também os novos públicos envolvidos. Não se trata de levar o Museu para a internet numa tentativa de reproduzir uma visita ao espaço expositivo por meio de tecnologias. O conhecimento da tecnologia é muito importante, mas não é ela que nos dará as soluções: ela oferece possibilidades que podem ou não ser exploradas. É preciso pensar o novo espaço, entender como as coisas ali se dão, avaliar como as pessoas se relacionam nele, perceber qual é o papel da imagem na cultura contemporânea, tendo sempre como chão, ou ponto de referência, propósitos claramente definidos.

Os Museus atualmente devem levar em consideração como são as culturas contemporâneas, especialmente com o uso de tecnologias como elemento adicional da vida social. A utilização da *web* tem que servir como elemento de informação e comunicação desses espaços na sociedade. Ademais, a imagem digital tem que ser compreendida como uma nova forma de visualizar a arte. Por fim, a curadoria, autoria e leitura precisam se adequar às novas dinâmicas digitais, que agregam todos esses componentes de forma integrada e não dissociada como nas formas tradicionais dos séculos anteriores.

2.2 O Museu da Base Aérea de Amapá: a luta pela preservação da memória no Amapá

A década de 1980 foi bem agitada no que consiste aos direcionamentos e rumos políticos do País. Ficou registrado na História Nacional, que após o afunilamento da crise vivida pelo regime militar instalado em 1964, seu esgotamento deu-se por encerrado no ano 1985, com o advento da Nova República e a elaboração de uma nova carta constituinte. Batizada de Constituição Cidadã pelo próprio presidente da Assembleia nacional constituinte, no ato de sua promulgação, em 05 de outubro de 1988, o novo texto constitucional brasileiro foi escrito para assegurar direitos e garantias sociais essenciais ao exercício pleno da cidadania e estabelecendo mecanismos legais para que fossem cumpridos tais direitos.

Para além dos já mencionados e inegáveis avanços na garantia de direitos e cidadania, que a constituição de 1988 nos trouxe, minha abordagem sobre ela aqui se estabelece com o objetivo de avalizar em seus artigos 14 e 28¹⁷ a aspiração de um antigo desejo de autonomia administrativa e política para as terras “do outro lado do Amazonas.” Isso porque foi a

¹⁷ O Artigo 14 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da Carta constitucional da República Federativa do Brasil de 1988 transformava o Território Federal do Amapá em Estado do Amapá. Já o Artigo 28 da mesma Carta Magna fixou a data da posse de seu governador e vice governador.

promulgação da nova constituição que oportunizou ao Amapá avançar até o último degrau para a sua estadualização. Assim, finalizada a sua condição de Território Federal e já figurando como Estado, o Amapá chegou a tão almejada autonomia político-administrativa e nesse novo patamar passou a eleger seus representantes através do voto direto. Dessa forma, embora já viessem experimentando as urnas em eleições para vereador e prefeito de Macapá e para os representantes do então Território Federal do Amapá à Câmara dos Deputados, os amapaenses puderam ser convocados agora, para escolherem, de forma inédita, 24 deputados estaduais, 3 senadores e o Governador do Estado, em eleição ocorrida em 03 de outubro de 1990.

Na disputa ao Palácio do Setentrião, nenhum dos candidatos atingiu o percentual de 50% dos votos válidos, o que exigiu o segundo turno entre os dois primeiros colocados: Aníbal Barcelos (PFL) e Gilson Rocha (PT). Os dois blocos que se formaram na disputa estadual representavam duas linhas políticas visivelmente antagônicas, uma apoiada por Gilton Garcia que representava o governo estadual, e outra por Joao Capiberibe, prefeito de Macapá. Cabe mencionar ainda que essa polarização também apontava o jogo de interesses entre o presidente da república Fernando Collor de Melo, que apoiava o candidato Aníbal Barcelos e o ex-presidente José Sarney, um dos senadores recém-eleito do novo Estado, que apoiou o candidato da coligação liderada pelo Partido dos Trabalhadores - PT. No dia 25 de novembro de 1990 se encontraram novamente nas urnas, e a disputa foi vencida pelo candidato Aníbal Barcelos da coligação Frente liberal de reconstrução (PFL, PRN, PL, PSC, PSD, PST), com um total de 59.289 votos, que representava 67,02 pontos percentuais em desfavor de 29.172 ou 32,98% dos votos registrados para Gilson Rocha, candidato que liderava a Frente pela libertação do Amapá, coligação composta pelos seguintes partidos: PT, PSB, PSDB, PCB e PCdoB.

O comandante Barcelos, como era reconhecido popularmente o então primeiro governador eleito pelo voto direto dos amapaenses, no início da década de 1990, era um antigo conhecido do meio político amapaense. Com profissão dedicada a carreira militar da Marinha brasileira, na qual detinha a patente de capitão de mar e guerra, o mesmo chegou ao Amapá como o último governador nomeado pelo regime militar ainda ano de 1979. Entretanto, é de bom devir considerá-lo como político astuto, pois mesmo com o encerramento do regime militar e consequentemente o fim de seu governo à frente do Território Federal do Amapá, conseguiu sobreviver na política local, primeiramente, elegendo-se deputado constituinte para o mandato de 1986 a 1990. Em seguida, como descrito

anteriormente, conseguiu articular uma campanha vitoriosa, tornando-se o primeiro governador escolhido pelo voto direto dos amapaenses.

Como Barcellos sempre teve uma intima ligação com os governos militares, é comum avaliar seu governo como um período de poucas alterações no quadro sócio-político e econômico que o Estado do Amapá havia vivenciado na condição de Território, ou seja, a primeira eleição direta para governador do Estado, definiu o nome de um ex-aliado dos governos militares, o que, de certa forma, manteve a linha de governo orientada em dar prosseguimento a política de gestão advindas do período que os governos militares indicavam o governador do Território Federal do Amapá.

Passados quatro anos desde a sua primeira eleição para governo estadual, ao povo do Amapá foi dado o poder de nova escolha para seus representantes. Neste contexto, emergiu um grupo histórico de oposição à política de Aníbal Barcelos, numa composição partidária que reuniu o Partido Socialista Brasileiro- PSB, Partido dos Trabalhadores- PT, Partido Democrático trabalhista- PDT, Partido Comunista do Brasil- PCdoB e Partido Verde- PV, a qual, com forte apelo popular indicado no próprio slogan de campanha “tudo por nossa terra,” sagrou vitorioso João Capiberibe, derrotando adversários que tinham apoio do senador José Sarney e do governador Aníbal Barcelos. O fato de eleger-se derrotando candidatos apoiados por políticos de grande prestígio deu a João Capiberibe o reconhecimento de primeiro governador popular eleito. Já no que compete à sua administração, essa foi marcada pela implantação do discurso de um novo paradigma de gestão pública, voltado para as especificidades sociais, políticas e econômicas da região, bem como, a preocupação em valorizá-las.

O somatório de todas as ações governamentais da gestão de João Capiberibe formou o Programa de Desenvolvimento Sustentável do Amapá- o PDSA. As diretrizes que fundamentam tal programa, foram retiradas do que se propôs na Conferência Mundial do Meio Ambiente, a Eco-92, ocorrida na Cidade do Rio de Janeiro e também apoiada na chamada Agenda 21, isto importa aceitar, de forma ampla, que, não se nega a necessidade de se desenvolver, mas é preciso que esse desenvolvimento se estabeleça em harmonia as causas ambientais, sociais e econômicas. Em outras palavras, o PDSA, propunha em suas matrizes, prioritariamente, ações que levassem à valorização comparativa, à sustentabilidade, à equidade social, ao regime de parceria com a sociedade civil, à descentralização de atividades e à municipalização de ações governamentais como forma de descentralizar a gestão. Nesse contexto de valorização da relação humana com a natureza, da sustentabilidade, do “olhar” mais atencioso às questões “nossas,” se destaca entre os órgãos que compõem a estrutura

administrativa do governo, o Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Amapá – IEPA, uma vez que é voltado para manter o diálogo entre os saberes científicos e os saberes populares vindos das comunidades tradicionais.

O IEPA tornou-se então, uma agência fomentadora voltada a Ciência em nível estadual, estimulando, apoiando e realizando pesquisas cujas fontes se constituem na biodiversidade da Amazônia e seus moradores. Desde o período de sua implantação, é possível verificar uma busca aos aspectos fundantes da identidade amapaense, através da valorização de espaços criados para este sentido. Nesse ínterim incluem-se as ações políticas de apoio aos Museus já existentes e a criação de outros espaços congêneres, por parte do Governo Estadual e assim, no ano de 1997 é criado, como parte integrante da estrutura do IEPA, o Centro de pesquisas Museológicas. As alterações trazidas pela implantação desse centro buscavam dinamizar as atividades museológicas do Estado.

Assim, mesmo considerando-se ser essa uma preocupação que já perdurava décadas, somente com essas medidas na década de 1990, promovidas a partir deste novo olhar, que foi possível presenciar alguns avanços, dentre os quais destaco: a incorporação do Museu de História Natural e do Museu de Plantas Medicinais, criando o Museu Sacaca. Outra medida que merece ser mencionada foi o incentivo a estudos de viabilidade para que se fossem implementados outros Museus no Estado. Nesse movimento, surgiram ações que levaram à criação do Museu dos Povos Indígenas no Oiapoque, à exposição a céu aberto do Museu Sacaca e à revitalização do Museu Joaquim Caetano da Silva, demonstrando o empenho do Governo à fomentação de Museus. Uma ação governamental com viés de aproveitamento de espaços potenciais a Museus no Amapá, diz respeito aos estudos para transformar a antiga Base Aérea militar de apoio às ações dos Estados Unidos da América e países que formavam o bloco dos Países, os chamados Aliados, durante Segunda Guerra Mundial, no município de Amapá-AP.

2.3 Das ruínas ao Museu: memórias da Base Aérea de Amapá

Atualmente, existem muitos debates sobre a concepção de Museu trazida na expressão “lugares de memórias”. Tal conceito é uma contribuição advinda de Pierre Nora, pensador francês do século XX, que entre outros textos, escreveu: Entre História e Memória: A problemática dos lugares. O autor, em sua argumentação, afirma que esses ditos “lugares de memória” são monumentos, instituições, rituais entre outros congêneres elaborados com o objetivo de salvaguardar uma memória oficial. Esta denotação é bem contrária ao que se pode

relatar das sociedades em que a memória era algo mais vivido no dia-a-dia e a sua preservação se dava pelos próprios grupos sociais. (NORA, 1993)

Seguindo sua argumentação, Nora (1993) afirma que os lugares de memória surgem quando a memória se transforma e vira produto da organização voluntária, intencional e seletiva. Sendo assim, tais lugares estariam no reconhecimento de que não há memória espontânea, ou seja, ao se acumular qualquer objeto, documento ou vestígio sobre o que já aconteceu, a intenção de quem o faz é assegurar e provar a veracidade do ocorrido. Dessa necessidade de se criar “lugares de memórias”, o autor conclui que há estímulo ao aparecimento de instituições como Museus, arquivos e bibliotecas, sendo, portanto, a finalidade destes lugares pautada em salvaguardar a memória que ora, deixou de ser múltipla e coletiva, para ser a memória transformada em oficial e sacralizada. Assim, importa aceitar que a memória gerada nas instituições museológicas é voluntária e seletiva, mas é importante frisar a possibilidade de seus usos e abusos, a partir de interesses de grupo.

Conforme discutido anteriormente, os Museus são formados por memórias, no entanto, é preciso cuidado para não transformá-los em instrumento de manipulação, cujo objetivo seria sacramentar uma memória hipoteticamente como verdade, tal como ocorreu com os Museus constituídos para mostrar a “história da nação.” Cabe salientar ainda, que a conotação mais política dada à memória, se avolumou ao surgir em cena o debate sobre o multiculturalismo, que motivou as reivindicações das chamadas “minorias” de estabelecerem suas memórias. (Rios; Ramos, 2010).

ISENTANDO-SE de qualquer conflito acerca da origem da memória, quer do nacionalismo ou do multiculturalismo, Rios e Ramos (2010), creditam mais importância ao fato de que as memórias tanto advindas da glorificação de golpe de estado quanto as que procuram estabelecer a lembrança de uma memória defendida pelos direitos humanos, são amostras construídas de sentidos do passado, não sendo papel da História preservar ou valorizar essas memórias, mas “[...] (re) pensar sobre os modos pelos quais as pessoas, em determinadas circunstâncias, assumem certas maneiras de configurar o passado, o presente e o futuro” (RIOS; RAMOS, 2010, p. 221).

Na década de 1960, na tentativa de tornar mais democráticas as informações e estudos, emergiu uma nova conceituação sobre a função e concepção de museologia. Em síntese, como defende Mendes (1999) aparecem diversas tendências no campo dos Museus. Essas modificações são assim enumeradas pelo Mendes (1999).

- a) uma enorme diversificação de tipos de Museus, com algumas soluções bastante inovadoras, no âmbito da chamada nova museologia (ecoMuseus, Museus

dinâmicos, centros de ciência, exploratórios, centros de interpretação, etc.); b) a valorização do continente, isto é das estruturas, dos edifícios, e não apenas do conteúdo (coleções ou objectos). Entre muitos outros, o Museu Guggenheim, de Bilbau e o Museu de Arte Contemporânea, de Niterói (Rio de Janeiro - Brasil) são exemplos conhecidos; c) o desenvolvimento de métodos e técnicas de conservação, designadamente no âmbito da conservação preventiva, com o recurso a especialistas em vários domínios científicos, inclusive das ciências experimentais; d) uma atenção redobrada ao Museu como «espaço de comunicação», por um lado, e como instituição educativa, por outro. (MENDES, 1999, p. 677)

A “nova museologia” apresenta, portanto, os espaços museológicos com diversidades de propostas, tais como, os ecoMuseus, Museus dinâmicos, centros de ciência, etc. Essa nova roupagem da museologia proporciona novos conhecimentos e experiências nos espaços não-formais de educação. A própria ideia de Museu a céu aberto da Base Aérea de Amapá busca se inserir nessas modificações conceituais iniciadas nos anos de 1960.

Doravante são inegáveis os acontecimentos que impulsionaram uma nova visão dos Museus, principalmente no século XX. Não menos importante, é preciso ressaltar tais acontecimentos, potencializaram a proliferação de Museus. Nesse ínterim, na década de 1990, como já mencionado anteriormente, o Estado do Amapá era um painel de transformações, com um espírito voltado para ressignificação de valores próprios, bem como encontrava-se em um momento de imersão de uma nova conceituação governamental, consagradas no que passou a ser o *slogan* do Governo: o PDSA.

É neste governo que buscou se balizar pelas diretrizes do desenvolvimento sustentável que, espaços voltados a cultuar as coisas próprias do “ser amapaense” firmaram-se como políticas públicas. Nesse sentido, várias ações encampadas pelo governo estadual foram tomadas, com vias à preservação e reconhecimento de lugares considerados cruciais e de valor histórico. Numa análise rápida, é possível concluir que o Amapá gozou de uma “revolução” no que diz respeito ao trato com seu patrimônio Histórico nos anos do Governo de João Capiberibe, na última década do século passado.

A proposta de reaproveitar os espaços deixados pela antiga base de apoio às operações militares de norte-americanos na Segunda Guerra Mundial – a Base Aérea de Amapá – é uma dessas ações políticas desenvolvidas pelo governo à época e que bem ilustram a preocupação que havia em estruturar o patrimônio histórico e cultural do Estado. É que se pode depreender do seguinte trecho extraído do relatório anual das atividades “abril a dezembro de 1998” do Projeto de Transformação da Base Aérea de Amapá em Museu a Céu aberto da Segunda Guerra Mundial, capitaneado pela Secretaria de Estado da Infraestrutura do Governo do Estado do Amapá:

O Governo do Estado do Amapá, visando a preservação e a conservação do patrimônio histórico e artístico amapaense, resolveu criar na antiga base área de amapá, um Museu a céu aberto, sobre a segunda guerra mundial, afim de que as novas gerações não percam de vista a magnitude do que foi aquela organização militar no contexto das nações unidas, transformando-a num monumento vivo, que muito representará para a memória do povo amapaense. (GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ, 1998, p. 2)

Os trabalhos para implantação do que viria a ser o Museu ora em apreço foram iniciados por meio de estudos de viabilidade para a implantação. Para que tal empreitada se realizasse em sua plenitude algumas medidas de cunho administrativo tiveram que ser tomadas, sendo que o primeiro passo dado nessa direção, foi o estabelecimento da equipe responsável por conduzir as atividades da possível instalação. A equipe foi então composta por trabalhadores de diferentes segmentos e tinha a incumbência de levantar dados iniciais, estando, portanto, autorizada a deslocar-se até o Município de Amapá, fato que ocorreu no período em 29 e 30 de julho de 1997. A responsabilidade coordenativa dessa equipe ficou delegada à Fundação de Cultura do Amapá (FUNDECAP), órgão do Estado responsável pela promoção da cultura do Estado na época.

É válido destacar que a tarefa desse grupo de trabalho se mostrou bem complexa, considerando-se a quantidade de membros que possuía. Era formada por apenas 3 membros, a saber: Fernando Pimentel Canto, assessor cultural da FUNDECAP; Adervan Lacerda, Diretor do Museu Joaquim Caetano da Silva, e Mauricio Rangel, que era o cinegrafista da Assessoria de Comunicação. (GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ, 1997, p. 2). Contudo, faço o registro de que essa pequena equipe foi aguardada com anseio pelos moradores do município de Amapá, ou pelo menos das autoridades locais, que eram inconformados com o descuido com aquele patrimônio histórico. No decorrer da viagem da equipe a secretaria municipal de educação e cultura da cidade Amapá, à época, indicou que circulava na cidade de Amapá uma conversa de que “quando a base foi desativada pelos americanos, eles teriam enterrados toda a prataria e utensílios de cozinha num buraco perto da base aérea”. (GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ, 1997, p. 4). Isso demonstrou o quanto aquele lugar ainda mexia com o imaginário popular. No que se refere aos objetivos da viagem destaco o primeiro relatório gerado, o qual assim se pronuncia:

- a) atender à solicitação da secretaria municipal de educação e cultura de Amapá, no que se refere as informações prestadas pelo morador da Base aérea Francisco (Neném) Assunção Lemos sobre o enterramento de prataria e utensílios de cozinha no local quando da desativação da Base pelos americanos.
- b) recolher subsídios e retornar as providencias para a possível implementação do Museu a céu aberto da segunda guerra mundial na Base Aérea de Amapá. (GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ, 1997, p. 1)

Embora sejam considerados os esforços empenhados pela equipe enviada à Base aérea de Amapá, não se pode negar o caráter limitado dessa viagem, a julgar pela produção resumida do relatório de viagem apresentado. Nas conclusões de tal relatório, por exemplo, em concordância com o que o Iphan já havia constatado, no que tange aos aspectos arquitetônicos do lugar em 1995, foi destacado que os espaços dali careciam de reformas, pois as estruturas sofriam com a ação do tempo e do abandono. Em outro ponto do relatório, verifiquei o desejo da equipe em “resgatar” o valor histórico das memórias existentes nas pessoas que vivenciaram o período ou que dele obtiveram conhecimento, por meio da oralidade, dos relatos de pais e pessoas mais idosas, em vistas à criação de um possível Museu no local. Para tanto, era imprescindível a atuação de uma equipe multiprofissional apta a gerenciar e orientar ações nas áreas de pesquisas na área da História, da museologia, da arquitetura e da arqueologia, uma vez que, segundo o citado relatório: *“tudo está por ser feito, embora exista alguns depoimentos e pistas para a reconstituição histórica da Base.*

(GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ, 1997, p. 4). O relatório finaliza com o tópico “sugestões e providências” sobre o qual destaco aqui os seguintes objetivos:

- 1- Reunir todo o material já existente a partir dos estudos feitos na área física da Base aérea tais como a topografia (SEINF) e a aerofotografia (COMARA, Belém – PA).
- 2- Formar equipe técnica especializada ligada ao departamento Histórico e cultural da FUNDECAP e museólogo, Historiador e arquiteto, etc. que possa circular favoravelmente entre as instituições governamentais (órgãos do GEA, prefeitura de Amapá, Ministério da Aeronáutica e Exército e Embaixada dos Estados Unidos da América) afim de que possa implementar a curto prazo o Museu.
- 3- Mandar limpar a área visando futuros contatos com empresas de turismo para visitação do local.
- 4- Publicar *folders* sobre a Base enfocando sua História e exuberância natural.
- 5- Capacitar jovens do lugar visando a prestação de informações turísticas e a conscientização sobre a qualidade do material espalhado e sua preservação para o futuro acervo do museológico.
- 6- Solicitar ao Governo do Pará. Ao Comando militar da Aeronáutica na Amazônia e a Embaixada americana no Brasil documentos históricos referentes a Base Aérea.
- 7- Elaborar projeto técnico sob gerenciamento da FUNDECAP para implantação do Museu afim de captar recursos financeiros junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BIRD. (GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ, 1997, p. 4)

Este primeiro relatório foi fechado no dia 02 de setembro de 1997, e embora não tenha possibilitado maiores avanços no quadro de adversidade que o local apresentava, foi primordial para execução da etapa posterior. Tal etapa, então, buscando dar continuidade aos trabalhos de transformação da Base Aérea em Museu, criou o “Projeto de transformação da Base Aérea de Amapá em Museu a céu aberto da Segunda Guerra Mundial” ligado ao Departamento de saneamento e desenvolvimento urbano da Secretaria de Estado da Infraestrutura/ GEA.

Visando cumprir a necessidade de complementar os trabalhos realizados na primeira viagem a Base Aérea de Amapá, realizou-se outra expedição ao local nos dias 01 e 03 de abril de 1998. Faziam parte da equipe: Alfredo Oliveira (Gerente do Projeto de Transformação da Base Aérea em Museu), Fátima Maria Pelaes (Arquiteta da Secretaria de Estado da Infraestrutura), Nels Nixon Damasceno Nascimento (Agente de cinematografia) e Reginaldo Costa Viana (Motorista). Entre os objetivos dessa equipe, além do recolhimento de subsídios para a transformação da Base aérea em Museu, estava a missão de verificar a situação física e jurídica das terras ocupadas pelos norte-americanos, bem como indicar os legítimos proprietários, cadastrar as pessoas que habitavam os antigos prédios da Base Aérea (aproximadamente 70 famílias), bem como o realizar o registro fotográfico da área. (GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ, 1998, p. 2)

As ações desenvolvidas nessa etapa do projeto de transformação da base aérea de Amapá em museu, deram origem ao relatório de viagem do ano 1998. Nele consta que foi possível realizar o contato com alguns antigos moradores da Base aérea, com os operadores da INFRAERO, administradores da Base Aérea e responsáveis pelo controle de voos à época, e com os responsáveis pelos serviços de reformas de prédios do Centro aero regional militar da Aeronáutica da Amazônia (COMARA). O resultado dessa viagem e do relatório deram origem, até aquele momento, apenas à montagem de uma estrutura informativa do projeto de criação do Museu da Base aérea de Amapá, sem, contudo, considerar o aprimoramento e complementação advinda de outras contribuições que ajudariam a sanar as dificuldades. (GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ, 1998, p. 2)

A criação da gerência de projeto responsável pela transformação do que restou da Base Aérea de Amapá em Museu, possibilitou um dinamismo maior no que tange aos impedimentos oriundos dos meios burocráticos-administrativos e legais. Durante todo o ano de 1998 é registrada uma intensa mobilização do Gerente-geral, senhor Alfredo de Oliveira, em vistas a cumprir expediente na busca de subsídios que revelassem a construção daquele aparato de guerra no Amapá. A sintaxe dos trabalhos realizados no período gerou o documento dessa gerência intitulado “Relatório anual de atividades.” Assim, na avaliação da própria Gerência de projeto da época das pesquisas que geraram esse relatório, a procura por informações sobre a construção e operação da Base Aérea de Amapá se mostrou extremamente trabalhosa, sem que lograsse o êxito almejado. Havia um certo inconformismo e frustração com a falta de documentação histórica por parte da equipe de Governo, o que resultou em pesquisa feito à diversos órgãos que pudessem ajudar a compreender a história

por traz daquele patrimônio. A seguir pontuo o que os relatos dessa pesquisa puderam, ou não, pinçar.

O relato do dia 14 de maio de 1998, expressa bem esse sentimento negativo, pois traz o relato da visita técnica realizada à Base Aérea da Cidade de Parnamirim, Estado do Rio Grande do Norte. A mesma contou com apoio técnico do Museólogo João Batista Gomes de Oliveira (FUNDECAP) e do Arquiteto Daniel da Silva Sousa (SEINF/GEA) e tinha como meta, a coleta de informações sobre a construção e o funcionamento de um possível Museu no lugar, semelhante ao que se pretendera fazer no Amapá. Mas, a informação da operacionalidade do Museu não procedia. (GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ, 1998, p. 5)

No dia 16 de maio de 1998, a visita se realizou no Primeiro Comando Aéreo Regional (Belém-PA). Dessa vez, se objetivava ter informações históricas e documentais para viabilizar a ideia do Museu a ser criado em Amapá, uma vez que essas instalações ficaram sob essa jurisdição, após a saída dos norte-americanos. Entretanto, nada foi encontrado que se referisse a Base aérea de Amapá, no período da Segunda Guerra Mundial. (GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ, 1998, p. 6)

O prosseguimento da pesquisa se deu com a ida a Embaixada do Estados Unidos da América, (ocorrida no dia 13 de julho de 1998) e no Ministério das relações exteriores (No dia 14 de julho de 1998). Em ambas visitas foram protocolados pedidos de documentações sobre a Base aérea de Amapá, junto aos órgãos competentes daquele País (EUA). Tendo como resposta o comprometimento de encaminhar as solicitações.

Em vários outros órgãos e instituições que poderiam possuir documentações históricas ou referências à Base Aérea de Amapá, como o Instituto Histórico da Aeronáutica, a Fundação Biblioteca Nacional, o Museu Aeroespacial, o Centro Cultural do Pará, as tratativas se mostraram frustradas, isto é, sem que houvesse qualquer alteração sobre pistas que levassem a conhecer sobre a construção e o funcionamento da base militar norte-americana no Amapá, o que deixou os trabalhos do grupo responsável em montar o Museu na base aérea de Amapá, inconclusivo como podemos perceber nos relatórios.

O projeto do Museu a céu aberto da Segunda Guerra Mundial, apesar da dificuldade de documentação histórica deste empreendimento de Guerra na Amazônia, avançava mesmo em meio a tal complexidade, pois a equipe conseguiu mapear os donos das terras desapropriadas pelo Governo federal, para a construção da Base pelos norte-americanos, junto ao Instituto de Terras do Pará, o que já representava um avanço. Outra ação valorosa para o objetivo de implantação do Museu, ocorreu em 15 de setembro de 1998, com a expedição de

ofício do Governo do Amapá ao Primeiro Comando Aéreo Regional do Pará. Esta expedição solicitava a cessão de um dos prédios, para que fosse restaurado e servisse de sede ao Museu, abrigando objetos, documentos e montagens de exposições. Como já havia sido acertado verbalmente de maneira positiva a doação do prédio em questão, simultaneamente a essa tarefa, já se vinha aplicando medidas restaurativas no mesmo.

A discussão sobre o relatório de atividades do 1998, de forma implícita, colabora para entendemos que a criação do Museu da Base Aérea é também parte de uma vontade política da administração estadual, pois, muito embora fosse preciso uma investigação científica mais específica, prolongada e detalhada, a determinação do governo estadual em criar o espaço museológico no local, levou à restauração do antigo prédio em que funcionou o posto médico do exército americano, ao mesmo tempo em que se buscava fontes históricas. Uma vez restaurado, esse prédio serviu de edifício-sede para o Museu da Segunda Guerra Mundial.

Conforme observado, muitas adversidades foram encontradas pela equipe gerencial do projeto de transformação da base em Museu, sendo que a principal delas se concentrou na busca de dados que melhor referenciassem historicamente o engenho de guerra construído em Amapá. Faltavam registros em documentos que possibilissem a inclusão de mais detalhes sobre a presença dos EUA nas terras Tucujús, durante o segundo conflito bélico mundial do século passado. Aliás, pelo que se pode concluir, nos relatos deixados pela gerência do projeto é que houve grande empenho em percorrer os caminhos que levassem aos documentos oficiais, numa clara preferência por fontes históricas “mais fidedignas.”

No que se refere ao funcionamento do Museu, o mesmo foi inaugurado no ano de 1999, funcionando plenamente por pouco mais de meia década, período em que manteve a gestão estadual do governo proponente. Dessa maneira, mesmo com a existência de dificuldades na condução dos trabalhos devido a escassez de registros históricos, foi possível, ao menos sinalizar a importância histórica patrimonial da base aérea. Na realização da pesquisa ora apresentada, pude dialogar com os agentes públicos que estiveram à frente do projeto do Museu da Base Aérea, afim de “garimpar” elementos que ajudassem a descrever o efetivo abandono do projeto depois de criado, contudo os diálogos se mostraram infrutíferos, pois, realizei um levantamento sobre os profissionais responsáveis pela gerência do projeto, bem como agentes políticos e administrativos da época na perspectiva de viabilizar entrevistas com estes sujeitos para tentar elucidar as motivações e causas do esquecimento do Museu, mas os membros que foram encontrados e convidados a responder algumas indagações, não se posicionaram. Mesmo sendo enviados os questionários via *e-mail*, rede social *facebook* e outras mídias, permaneceu o silêncio. Assim, estacionado por hora, me firmei nos órgãos

oficiais, como a Secretaria Estadual de Cultura, órgão que suplantou a FUNDECAP. Entretanto, poucas informações foram obtidas, já que não se tinha documentação da época da implantação do Museu da Base Aérea de Amapá. Todavia, de forma surpreendente, tive a notícia de que havia uma gerência no Museu, a qual me dirigi, mas não houve alteração do cenário de falta de informações que se configurava. Apesar da equipe administrativa, o Museu encontra-se num vertiginoso processo de abandono e esquecimento, provocado em parte pelo sucateamento e falta de zelo e políticas públicas. Sobre esse quadro, a pesquisa buscou verificar junto aos entrevistados, as pessoas do município, as possíveis razões para tal situação, dentre as quais foram destacadas: a distância do museu de um centro urbano maior, garantindo mais mobilidade a possíveis visitantes; a falta de uma educação sensível ao patrimônio histórico; a ausência de populares na construção e constituição do Museu; o desinteresse das gestões administrativas do Estado do Amapá que se seguiram, que não tinham interesse em dar prosseguimento ao projeto em questão, por ser classificado como um projeto vinculado como bandeira político partidária da gestão anterior.

3. O ENSINO DE HISTÓRIA E O MUSEU DA BASE AÉREA DE AMAPÁ: DESAFIOS E POSSIBILIDADES

O ensino de História no Brasil é descrito pela historiadora Circe Bittencourt (1992/1993) como tendo uma trajetória marcada por alterações propositais ao longo do tempo, considerando-o ainda como um campo de duelo entre políticos e profissionais. Para esta autora, embora o ensino escolar de história tenha sido presente nas primeiras escolas do país, sua importância sempre foi uma variável desde o século XIX até os dias atuais. A autora acrescenta em sua argumentação que no Brasil, em todo o curso do século XX, ou seja, tanto no governo democrático como o ditatorial, reservou-se ao ensino de história os conteúdos atrelados aos propósitos do Estado. Somente a partir do final da década de 1990, foi perceptível o surgimento de variadas propostas para tornar o ensino de História mais significativo no mundo das tecnologias, seus ritmos diversos de apreensão do presente e seu intenso consumismo, o qual desenvolve, no público escolar, expectativas utilitárias muito acentuadas (BITTENCOURT, 2015, p. 99).

O estudo realizado aqui concentra-se em umas dessas propostas surgidas para gerar um novo sentido ao Ensino de História: o uso de Museus históricos no ensino escolar de História. A motivação para a escolha deste tema faz parte de um acúmulo de inquietações, nascidas da prática docente do Ensino Fundamental e Médio das redes públicas do Estado do Amapá. Não obstante, junto a tais inquietações, a participação no Mestrado Profissional em Ensino de História gerou a possibilidade de investigar o uso do Museu da Base Aérea de Amapá. Nesse sentido almejo, com a construção deste terceiro capítulo, refletir sobre o Ensino Escolar de História e suas interações pedagógicas com uso de Museus e para tanto, o mesmo foi construído privilegiando uma discussão sobre a origem da História como disciplina escolar, passando pela inclusão de metodologias alternativas, como é o caso do uso de espaços musealizados e, por fim, apresentando a descrição dos dados empíricos, colhidos junto à comunidade escolar do município de Amapá, precisamente na Escola Estadual Vidal de Negreiros.

3.1 O Ensino de História: trajetória histórica e desafios do uso de Museus como alternativa metodológica

A constituição da História como disciplina escolar inicia-se na França no século XIX, o ensino da disciplina se caracteriza por dois significados: a origem da nação e a mudança no

país. O autor François Furet (*apud* NADAI, 1993, p. 144) advoga que esses adjetivos marcam o processo de ensino em solo francês, onde os objetivos são dois: por um lado, construir uma narrativa histórica sobre a genealogia da nação Estado; por outro lado, possibilitar uma alternativa de modificação das estruturas sociais.

Nesse sentido, o Brasil procurou fomentar as bases do ensino de História calcado nas sociedades europeias do vigente período. Após conquistar a sua independência política em relação à Portugal e aprovar a sua primeira Constituição, na década de 1820, os atores políticos começaram a construir a genealogia da nação, sobretudo com a criação de instituições imperiais, como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e o Colégio D. Pedro II. Segundo Cezar (2004, p. 11). Assim, o surgimento do IHGB marca o começo da pesquisa histórica no país, com a finalidade de apresentar um mito fundador ligado ao passado europeu e português. Nesse momento, o Ensino de História passa pela coadunação entre os saberes acadêmico e escolar, como define Abud (2007, p. 109), para o qual a história ensinada nos espaços escolares pretende manter uma ligação umbilical com a origem europeia, assim, excluem-se os personagens históricos indígenas e negros. Essa assertiva se constata quando os pesquisadores do IHGB se tornam os professores do Colégio D. Pedro II, como por exemplo, com Varnhagem, que mantém a linha fundadora do IHGB no ensinamento em espaços escolares do Império.

Ademais, em termos metodológicos, pode-se dizer que o Ensino de História no século XIX se marca pela utilização de métodos mnemônicos com sentido progressivo e linear, e o uso da memorização das grandes datas nacionais do Império. Bittencourt (2005, p. 85) aponta que os professores utilizam “[...] o estudo da História Universal, utilizava mapas e uma linha cronológica para auxiliar os alunos na resposta às perguntas sobre os principais acontecimentos de cada século”.

Portanto, o ensino de História no Brasil durante o século XIX, agiu, primeiramente, com a finalidade de narrar uma história sobre o mito fundador do Estado-nação recém independente, especialmente com a sobreposição de uma história herdeira da civilização ocidental e europeia. Em segundo lugar, tinha a característica de metodologia factual, memorizadora e mnemônica, pois procurava forjar uma identidade sobre o cidadão escolarizado com o foco em pessoas conscientes acerca dos elementos genealógicos do Estado Imperial.

A chegada do século XX agregou novos elementos ao ensino de história, especialmente com debates sobre a formação da nacionalidade e identidade nacional brasileira (ABUD, 1998). As transformações republicanas sobre as instituições imperiais chegaram nas

reformas instituídas entre as décadas de 1920 e 1930, com o objetivo de formar cidadãos brasileiros carregados do sentimento de nacionalidade. Dentre os elementos de transformação reformadores percebe-se a ideia de que a História, nos espaços escolares, deveria possuir características de patriotismo baseadas na uniformização do pensamento social. Em outras palavras, o objetivo do Ensino de História republicano era:

[...] um instrumento ideológico para a valorização de um corpus de ideias, crenças e valores centrados na unidade de um único Brasil, num processo de uniformização, no qual o sentimento de identidade nacional permitisse a omissão da divisão social, a direção das massas pelas elites e a valorização da “democracia racial”, que teria homogeneizado num povo branco a população brasileira. (ABUD, 1998, não paginado)

O Ensino de História ganha novos contornos no regime político republicano e a assunção dos elementos militares na hierarquia social traz novas finalidades em relação ao período monárquico, pois não há mais a necessidade de forjar um mito fundador do Estado-nação, mas sim aperfeiçoá-lo por meio de novas ideias. A unidade nacional é a peça de coesão para evitar que as fissuras sociais sejam pensadas pelos cidadãos brasileiros, sobremaneira as problemáticas da desigualdade social, do analfabetismo, dentre outras. Dessa feita, apesar de ganhar nova roupagem, ainda existiam rastros do período monárquico, aliados ao republicano. Tem-se que o ensino de História, em termos metodológicos manteve até certo ponto, uma estrutura mnemônica, factual e memorizadora. Nesse sentido, havia a ênfase na valorização do excesso de informações em sentido cronológico, destacando os grandes heróis nacionais, especialmente as novas almas republicanas, tais como Tiradentes, Duque de Caxias, dentre outros. Porém, não se pode desconsiderar novas inserções de métodos no período, como propõe Abud (1993, p. 168), ao argumentar que nos programas de ensino de 1931, existia uma necessidade de recomendação da utilização de iconografias e das novas tecnologias no ensino de história.

Na segunda metade do século XX, o Ensino de História passou por novas transformações no Brasil e então, como defende Guimarães (2015, p. 37) o período compreendido entre 1945 até a ditadura civil-militar introduziu diversas alterações nas concepções da história ensinada. Para a autora, após a aprovação da Leis de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) em 1961, há uma necessidade dos atores políticos de inserir a educação moral e cívica com o objetivo de redimensionar o papel da disciplina história nos espaços escolares. Nesse contexto, após quase um século de prática, o Ensino de História sofreu um atrofiamento a partir da valorização dos Estudos Sociais, onde se fundem as disciplinas de História e Geografia. Tal processo se aprofundou com os novos atores políticos de 1964, os

militares, que tinham como meta para o Estado “[...] se preocupar enormemente com a necessidade de revigorar o ensino de educação cívica sob a ótica da doutrina de Segurança Nacional, tendo como contrapartida a descaracterização e o esvaziamento do ensino de história nas escolas de 1º grau” (Idem, ibidem). Essa finalidade busca reduzir o papel crítico da História nos espaços escolares, porque o contexto se caracteriza pelo autoritarismo político, no qual o questionamento não é uma das possibilidades do Ensino de História.

Além da orientação acima apontada, o Ensino de História no período civil-militar sob a roupagem dos Estudos Sociais, manteve em sua concepção metodológica a linha da análise dos grandes fatos, personagens e heróis do novo regime vigente (FONSECA, p. 56, 2006). Ao mesmo tempo, com a criação de uma nova disciplina, surgem outros métodos para o Ensino da História. No caso dos Estudos Sociais existe uma dificuldade em delimitar os diversos eixos do conhecimento histórico a ser ensinado, ainda que houvesse a percepção de ensinar as crianças a partir do seu desenvolvimento biológico. Para Bittencourt (2008, p. 75), desenvolveu-se, então método ativo, o qual situa:

[...] a criança e seu centro de interesses como pontos de partida – na concepção de Delgado de Carvalho e dos demais seguidores, contemporâneos nossos, dessas propostas -, fundamentam-se em Herbart e em Dewey. [...] O importante nas atividades ou no *método ativo* é a criação de uma atmosfera pedagógica, para formar, a partir da escola, um indivíduo socialmente eficiente para o sistema.

A perspectiva metodológica do ensino de História, sob a roupagem da disciplina Estudos Sociais, buscava dar condições para o aluno desenvolver-se de acordo com a sua idade e seu o conhecimento histórico. Algumas dessas práticas negam a possibilidade do ensino de História para as crianças, até pelo menos a segunda parte do Ensino Fundamental. Portanto, afirma-se que o ensino de história sofreu alterações profundas em sua estrutura e prática na segunda metade do século XX, especificamente com a necessidade do Estado em inviabilizar a sua efetividade nos espaços escolares, fosse através da criação de novas disciplinas como Educação Moral e Cívica, fosse por meio do esvaziamento da História ao se fundir com Geografia e criar os Estudos Sociais.

O fim dos anos de 1970 e início dos anos de 1980 trouxeram algumas mudanças no ensino de História, pois o relaxamento do autoritarismo político e a transição do regime civil-militar para a democracia reconfiguraram mais uma vez essa área. Para Guimarães (2015, p. 48), existia uma luta dos diversos movimentos sociais organizados no seio da educação pela reinserção da História e Geografia na Educação Básica. Segundo a autora, as reformulações dessas ações trouxeram as seguintes consequências:

[...] Em primeiro lugar, os estudos sociais permanecem nas quatro primeiras séries do 1º grau. Em geral, continuam sendo ministradas pelo professor polivalente e desvalorizadas em relação às outras disciplinas. A história passa a ser tratada como disciplina autônoma nas ultimas séries do 1º grau e amplia seu nível de 2º grau. O conteúdo da história ensinada tem assumido diferentes imagens nos diversos espaços onde se processam os debates, as discussões e as reformulações, visando revalorizá-la como campo de saber autônomo fundamental para a formação do pensamento dos cidadãos. (GUIMARÃES, 2015, p. 50)

A revitalização da disciplina História no currículo formal é um dos aspectos primordiais do período indicado. Além disso, há novos debates em torno do que ser ensinado e como ser ensinado para os alunos. Assim, a crescente ampliação das estruturas teóricas da História, tal como a História Cultural e a História Social, possibilitou reconfigurar as narrativas históricas ensinadas nos espaços escolares. Para além da história factual e dos grandes heróis nacionais, ampliou-se a escala dos personagens históricos para aqueles que foram marginalizados e excluídos. Houve, portanto, a discussão em torno da História tradicional e a História Nova, sendo que esta última trouxe uma gama de possibilidades teóricas e metodológicas para o ensino de história. Na História Nova, analisa-se o tempo de forma diversa, através de seus ritmos e espaços próprios em contrapartida a história linear dos períodos anteriores, há também uma crescente valorização de fontes diversas, orais, audiovisuais ou iconográficas. Finalmente, entende-se que a área do ensino de história se refaz com outra roupagem, sendo que a década posterior pretendeu complementar tal processo.

Nos anos de 1990, o ensino de história emergiu em novas transformações a partir dos debates que surgem da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB/1996), e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN). Para a pesquisadora Guimarães (2003, p. 29), o tempo histórico em que esses documentos foram aprovados se configurou pela relação intrínseca entre Educação, Cultura, Memória e Ensino de História. Não é um acaso dizer que as legislações citadas anteriormente se configuraram pela normatividade do ensino de culturas marginalizadas, como as indígenas e as africanas. Os PCN vão mais fundo ao apresentar a necessidade da valorização da diversidade cultural nos espaços escolares. Assim, essa pluralidade é uma das características alcançadas nos documentos oficiais dentro da área do ensino de história nos anos de 1990. Ademais, esses PCN preveem a prática em sala de aula da transversalidade entre a História e as outras disciplinas.

Para Neto (2007, p. 65), a transversalidade traz para o ensino de história uma série de mudanças em sentido didático-pedagógico e conceitual. No primeiro aspecto, faz-se necessário repensar como trabalhar a História e as outras disciplinas levando em consideração obstáculos como o espaço na grade curricular escolar, o rechaço dos professores quanto ao

trabalho interdisciplinar, dentre outros. No segundo aspecto, advoga-se pela superação do modelo de história linear e cronológica, para uma forma mais transversal na qual a comunidade escolar tenha protagonismo na escolha dos temas (NETO, 2007, p. 67). Dessa forma, os alunos se tornam agentes da história ao se sentirem protagonistas desse mundo, ainda que conceitual, mas distante da realidade dos períodos anteriores no qual eles se sentiam distantes dos tempos dos heróis, mitos e grandes eventos.

Em relação aos métodos, os PCN se organizam em torno de dois elementos. O primeiro elemento é o diálogo entre o conteúdo e o método. O segundo elemento “[...] é que os atuais métodos de ensino têm de se articular às novas tecnologias para que a escola possa se identificar com as novas gerações, pertencentes à “cultura das mídias” (BITTENCOURT, 2008, p. 107) o que significa dizer que o ensino de história deve se relacionar com os diversos suportes tecnológicos, tais como computador, telefone, vídeo, dentre outros. A finalidade dessa interação é aproximar a aprendizagem histórica da cultura dos alunos, caracterizando-se, então pela intensa conexão com os instrumentos tecnológicos midiáticos. Para a pesquisadora Zamboni os avanços na área de ensino de história dizem respeito às novas linguagens incorporadas no campo, como a literatura e a utilização de estudos de história local. A autora estatiza que:

na década de 1990, pensadores como Chartier, Darton, Guinzburg, Benjamim, Castoriades, Thompson e outros nacionais como Capelato, De Decca, Lenharo, Contier, deram à propostas de ensino que usavam a literatura como uma fonte documental e necessária na construção de um cenário de época, isto é, corno uma nova linguagem para o ensino de História. Outra proposta muito presente nos currículos foram os estudos referentes à História Local através da recuperação das tradições e memórias das pessoas e dos lugares. Os atuais estudos de História Local buscam a recuperação das identidades locais, das coletivas, a identificação e aceitação das diferenças, das aproximações e dos distanciamentos. (ZAMBONI, 2005, p. 13-14)

O aporte desses novos signos permite, por um lado, uma maior riqueza de análise das aulas de história ao aproximá-la da história da literatura, uma vez que esses dois campos de estudo constroem juntos uma relação dialógica positiva e por outro permitem a busca pelas narrativas históricas mais próximas do cotidiano dos discentes. Finalmente, pode-se dizer quais são as perspectivas que o ensino de história teve, de forma geral, nos anos de 1990: em primeiro lugar, o saber escolar com a sua própria lógica de funcionamento; em segundo lugar, a diversidade de temáticas nas linguagens de ensino; em terceiro lugar, a junção entre o ensino do método e conteúdo em forma uníssona; em quarto lugar, ultrapassar a diferença dicotômica entre ensino e pesquisa; em quinto lugar, o entendimento que docentes e discentes são agentes da história; e em sexto lugar, a diversificação das fontes no ensino de história

(NADAI, 1993, p. 159-160). Esse conglomerado de proposições encontra-se como herança do período dos anos de 1990 para o posterior nos anos 2000, com os seus avanços e retrocessos para o campo de ensino de história.

O ensino de história do século XXI assume novas facetas e debates. Além das heranças dos períodos anteriores, o campo se fortalece com outras características, já que, segundo Silva e Fonseca (2010, p. 14), o ensino de história tem sido objeto de estudos na relação entre ensino e aprendizagem em história, a Cultura escolar com seus saberes e práticas, especialmente com a reflexão acerca da produção escolar como conhecimento próprio e robusto. Nessa lógica, pode-se dizer que a produção científica se refez ao repensar a formação continuada dos professores de história em âmbito de pós-graduação nos mestrados profissionais. A necessidade de aliar saberes acadêmicos e escolares fez com que surgisse a dinâmica da construção de diversos produtos, como por exemplo, textos dissertativos, roteiros históricos, softwares educativos, etc. Neles, as reflexões entre os diversos campos do ensino de história dialogam de forma diversificada e plural, como as narrativas históricas, os saberes históricos no espaço escolar e a Educação patrimonial.

Para além dessa nova roupagem, o ensino de história tem em sua agenda o aprofundamento de uma tendência metodológica chamada Educação Histórica. Nela, existe uma preocupação com a aprendizagem histórica das crianças e adolescentes a partir da busca pela consciência histórica. Destacam-se nessa metodologia os estudos de Jörn Rüsen, traduzidos no Brasil por estudiosos como Maria Auxiliadora Schimidt, Estevão Rezende ou Marilene Cainelli. Os documentos oficiais aprovados no período anterior, como os PCN, pedem que a aprendizagem histórica procure tornar os alunos aptos a analisar, observar e interpretar as diversas situações históricas nos tempos, sendo claros em pedir para que o aluno não seja um pequeno historiador. (PERES, 2016, p. 15).

Quanto aos documentos oficiais, considero oportuno dizer que existe uma revisão no currículo de História, especificamente a partir da produção da Base Nacional Comum Curricular. Tal revisão se realiza sob diversas disputas e confrontos, que caracterizam a tentativa de concretizar essa Base comum curricular, o que ratifica a luta sobre o que deve ser ensinado pelo professor de história. Algumas correntes mais conservadoras propõem que a história valorize a herança ocidental e europeia, ainda que não sejam claros em afirmar no documento oficial. Em sentido contrário, outras correntes mais progressistas, denunciam o excesso do estudo das civilizações greco-romanas, e o esquecimento das análises acerca das culturas indígenas e africanas. Esse confronto ainda segue latente, porque não existe um ponto de diálogo entre as correntes sobre o que deve ser ensinado no presente currículo em reforma.

Em sentido metodológico, os processos encontrados no Ensino de História em grande medida recebem heranças do período anterior. As tecnologias midiáticas se expandiram com a chegada ampla da sociedade em rede, o que significa dizer que aplicativos como *whatsapp*, *sites*, *podcasts* e buscadores, tornam-se elementos constantes na prática metodológica dos professores de história.¹⁸ Por outro lado, Bittencourt (2008, p. 277) propõe a análise dos procedimentos metodológicos utilizados no ensino de história mais contemporâneo. A estudiosa defende a utilização do patrimônio histórico e dos “lugares de memória”, com a ênfase na escolha de lugares diversos nas cidades, objetivando evitar que os monumentos sejam apenas aqueles instituídos pelas esferas de poder. Ademais, a autora defende que:

O importante é saber explorar historicamente qualquer “lugar”, fazer um direcionamento do “olhar” do aluno, levando-o a entender o que são *fontes históricas* não escritas: as construções, os telhados das casas, o planejamento urbano, as plantações, os instrumentos de trabalho, as informações obtidas pela memória oral de pessoas comuns. (BITTENCOURT, 2008, p. 280)

As orientações da pesquisadora acerca do patrimônio histórico e os “lugares de memória” são importantes para o entendimento dessa metodologia recorrente no ensino de história nos últimos tempos. Assim, faz-se necessário um debate sobre patrimônio cultural e educação patrimonial, com a finalidade de apresentar os Museus como opção metodológica para o ensino de história.

O conceito de patrimônio cultural, atualmente, é amplo e diversificado pela bibliografia especializada. Nos anos de 1970, a Organizações das Nações Unidas (ONU), por meio da sua agência para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), lançou uma convenção para a preservação do patrimônio mundial, cultural e natural, a qual originou documento, que tipifica e define o conceito de patrimônio cultural. Assim, temos três categorias a considerar: os monumentos, os conjuntos e os sítios. Eles são definidos da seguinte forma:

¹⁸ Os produtos criados nos diversos Mestrados Profissionais em Ensino de História refletem a dinâmica desses instrumentos metodológicos citados no texto acima. Sobre o aplicativo *whatsapp*, verificar: LOPES, C. **O ensino de história na palma da mão: o whatsapp como extensão da sala de aula**. Dissertação (mestrado Profissional em Ensino de História), Universidade Federal do Tocantins, Araguaína, p. 126, 2016. Acerca da utilização de *podcast's* no ensino de história, ver: SOUZA, R. **Usos e possibilidades do podcast no ensino de história**. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, p. 106, 2016. Em relação ao uso de *sites*, olhar: ZILIOOTTO, B. **Provocações crônicas: A construção de um site educativo para repensar a escola, a disciplina de história e as Áfricas**. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História), Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, p. 126, 2016. Sobre os buscadores de pesquisa: ARAÚJO, M. **A utilização do mecanismo de busca do google na pesquisa e no ensino de história: explorando possibilidades**. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História), Universidade Federal de Tocantins, Araguaína, p. 134, 2017.

- Os monumentos: obras arquitetônicas, esculturas ou pinturas monumentais, objetos ou estruturas arqueológicas, inscrições, grutas e conjuntos de valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência, - Os conjuntos: grupos de construções isoladas ou reunidas, que, por sua arquitetura, unidade ou integração à paisagem, têm valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência, - os sítios: obras do homem ou obras conjugadas do homem e da natureza, bem como áreas, que incluem os sítios arqueológicos, de valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico. (UNESCO, 1972, p. 2-3)

A criação de um conceito por uma organização internacional, nos anos de 1970, demonstra que o contexto internacional inicia um amplo debate em sua agenda acerca do que é um patrimônio cultural e a sua possível preservação em âmbito global. No Brasil, o diálogo sobre patrimônio cultural ganha força especialmente pelas instituições governamentais criadas para tal fim, como é o caso da criação do Instituto do Patrimônio Histórico e Cultural (IPHAN) em 1937. Essa dinâmica histórica nacional se constitui com a Carta Magna de 1988, ao estabelecer a proteção do patrimônio cultural, bem como seu conceito. No artigo 216, temos a seguinte definição de patrimônio cultural brasileiro:

[...] bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (BRASIL, 1988, p. 1)

Dessa forma, a legislação nacional máxima coloca uma multiplicidade de patrimônios culturais brasileiros, e dentre as tipologias, aparecem os Museus. O país se articula nas dinâmicas mundiais de preservação e valorização do patrimônio cultural, mas o patrimônio cultural não remete apenas àquilo que é definido pelas instituições governamentais em âmbito externo ou interno. Para Selano (2016, p. 35), o patrimônio cultural é o momento de afirmação de grupos sociais dentro da sociedade no qual está localizado, isto é, pode-se dizer que seja o espaço onde ocorre uma luta simbólica pela instituição da memória a ser salvaguardada. Como dito por Bittencourt (2008), o patrimônio cultural deve ser diverso e plural, com a possibilidade do alunado compreender que diversos espaços são constituídos de memórias, ainda que não sejam celebrados pelos órgãos governamentais.

A partir dos anos de 1980, a concepção de patrimônio cultural chega aos espaços escolares, constituindo a chamada educação patrimonial, que segundo Selano (2016, p. 36), visa capacitar os alunos em sua leitura cultural do mundo, no que ele chama de “alfabetização cultural.” Tal qual o processo de leitura e escrita, nesse fenômeno o aluno necessita ser

estimulado para o reconhecimento de diversos espaços e lugares patrimoniais. Assim, o discente conquista uma ampla formação cultural, ao mesmo tempo que consegue ganhar uma formação de cidadania mais consistente. Nessa descoberta, uma das formas de auxiliar o letramento cultural do aluno é a apresentação dos Museus ao seu universo. O Museu passa por transformações importantes a partir dos anos de 1980, de uma instituição vista como um espaço dos discursos oficiais e das elites, torna-se um local que gera grande interesse entre os meios de comunicação e a cultura de massa. A pesquisadora Dos Santos (2004, p. 54), afirma que o papel do Museu é ser um

[...] espaço da preservação da cultura das elites e do discurso oficial, teria sido substituído por uma instituição que se abre aos meios de comunicação de massa e ao grande público. O autor oferece-nos um diagnóstico da transformação do papel social dos Museus em sociedades contemporâneas e abre um leque de possibilidades e desdobramentos às práticas expositivas. (Dos Santos,2004)

Nessa roupagem que os Museus ganham na sociedade contemporânea, inicia-se seu diálogo com a escola e o ensino de história. Nesse diálogo, o debate se forma entre as áreas do patrimônio cultural e a educação patrimonial. Para Horta (apud Selano, 2016, p. 37), os Museus refletem o procedimento de descobrimento dos patrimônios culturais, com o conhecimento, a apropriação e a valorização de sua herança cultural. Afirma-se que os Museus são, portanto, instrumentos metodológicos no ensino de história com o objetivo de educar os alunos culturalmente nas dinâmicas dos patrimônios culturais.

Nessa perspectiva, os professores de história devem perceber quais são as possíveis interações entre esses espaços de memória e os discentes. Para Costa (2016, p. 50), o docente deve utilizar-se dos vestígios materiais, objetos museais e monumentos históricos para explicar de forma racional os diversos interesses que cercam a construção desses lugares de memória. Ele diz que ao “[...] professor de história cabe educar o olhar para além do deleite estético superficial, ensinar o aluno a buscar as representações explícitas e as ocultas naquele pedaço materializado de história que está diante dele. [...]” (COSTA, 2016, p. 50).

Sendo assim, uma forma de utilizar as fontes não escritas como os Museus no ensino de história é através da problematização das dinâmicas escondidas entre os grupos sociais ao entorno da construção, manutenção e preservação dos Museus. Em relação ao Museu amapaense dedicado à Segunda Guerra Mundial, ressalto que retoma as memórias da base aérea estadunidense, proporcionando ao professor de história a possibilidade de articular estratégias de uso que visem compreender os fatos históricos que envolvem tal lugar.

A construção histórica desse espaço, por volta da década de 1930 a 1940, leva a perguntas problematizadoras que devem perpassar pelos atores sociais envoltos nos interesses

da constituição desse local em um espaço tradicionalmente periférico no Brasil. Fazer tal análise implica atentar para as interligações entre grupos econômicos e políticos em cenário interno e externo. Quais são os interesses que marcaram a construção da Base Aérea do Amapá na primeira metade do século XX?

Outro fato que considero importante destacar diz respeito à reapropriação da Base Aérea como espaço museal na segunda metade do século XX. O docente em história deve apresentar para os alunos perguntas norteadoras que envolvam relações com grupos sociais que articulam essa nova utilização do lugar como um espaço de memória. Por que determinados grupos sociais pretendem transformar a Base Aérea em espaço institucionalizado sob a configuração de Museus.

As estratégias metodológicas para o ensino de história através dos Museus necessitam enfatizar um aspecto importante da relação entre alunos e patrimônio culturais: a observação. O docente, em uma construção dialógica com o discente, precisa dar subsídios para que este consiga desenvolver a capacidade de observação. Tal capacidade pressupõe uma das bases do conhecimento, algo importante a ser considerado no processo de ensino e aprendizagem. O professor deve ensinar os alunos a desenvolver um olhar e pensar capaz de emitir questões acerca do patrimônio cultural analisado, no caso o Museu. Sobre essa questão, assim se pronuncia Costa (2016, p.51):

Os alunos devem ser ensinados e levados a fazerem as perguntas ao objeto e construírem suas narrativas. E é neste processo que a construção dos conceitos é realizada de maneira mais consolidada e interiorizada, pois o aluno se apropria da capacidade de pensar hipóteses e alternativas interpretativas.

A observação, nesse sentido, permite que aconteça o levantamento de hipóteses, interpretação e questionamentos, por isso, é fundamental que o professor de história consiga evitar que o Museu se torne um elemento tão somente decorativo. Nas incursões de campo ao Museu, deve-se incentivar a atitude proativa do aluno em relação ao patrimônio cultural, para que dessa forma seja exercitado o entendimento dos alunos quanto à relação entre lugares de memória e as lutas dos grupos sociais por determinados interesses. Assim, o aluno leva uma carga de conhecimento construído nos espaços escolares acerca do objeto museológico com o rechace às práticas educacionais que percebem o espaço enquanto um lugar de entretenimento.

Mais um aspecto de estratégia metodológica para a utilização dos Museus no ensino de história, é a capacidade de empatia histórica e de presentificação do passado. Os Museus e os lugares de memória são espaços que possuem potencial para que se desenvolva a habilidade de empatia histórica. O termo empatia histórica significa um nível de alteridade

que o aluno necessita estabelecer com os personagens históricos. Para Costa (2016, p.54), a alteridade é uma maneira de os alunos conseguirem compreender o universo histórico dos Museus e, especialmente, como eles se constituíram historicamente. O autor defende que:

[...] o exercício da alteridade, é levar o aluno a colocar-se no lugar daquelas pessoas que viveram no passado, é se colocar no lugar do agente histórico e sentir suas preocupações, dificuldades, objetivos e limitações. Para tanto se devem abandonar as ideias do presente, as concepções e referências contemporâneas e buscar pensar como pensavam aquelas pessoas.

Sendo assim, a função do professor de história é estimular nos alunos na compreensão de outros tempos históricos, no caso da Base Aérea do Amapá e a experiência museológica, a relação dos alunos com o sentido sensorial de tocar os objetos e os vestígios do passado são essenciais para que ocorra efetivamente esse fenômeno. Assim, a chegada dos discentes aos espaços museológicos com a integração e diálogo com os objetos mantidos do período da Segunda Guerra Mundial são fundamentais para o entendimento do fato histórico.

Por outro lado, o processo de presentificação do passado é o fenômeno em sentido contrário a empatia histórica, no qual os personagens históricos fazem a transição do tempo passado para o presente. Através da linguagem, o docente precisa fazer com que o aluno se sinta em uma experiência presencial dos acontecimentos históricos representados nos Museus, isto é, sente-se a necessidade de produzir no discente um efeito de estar em contato com os personagens históricos que atravessam o passado para o presente, assim:

Segundo Gumbrecht, a linguagem é capaz de proporcionar esta experiência de presentificação do passado. Seja através dos textos literários ou do discurso narrativo o receptor sente diante de si, ou mesmo em si, as coisas do passado. É a diminuição da distância que o tempo, na cultura ocidental moderna, coloca entre o presente e o passado. (COSTA, 2016, p. 56)

O fenômeno de presentificação do passado, portanto, está relacionado com a experiência sensorial entre o aluno e o Museu, onde o segundo com seus objetos e vestígios deve trazer à tona as narrativas, os personagens e os enredos históricos do tempo passado para o presente. O professor de história é o ponto central dessa relação, porquanto ele deve ser o nexo entre as partes com a sua capacidade de diminuir a distância temporal em seu exercício profissional, ele precisa que revelar os acontecimentos históricos contextualizados, resgatar personagens históricos e construir uma trama sobre a Segunda Guerra Mundial e o papel da Base Aérea do Amapá nesse processo histórico. Em resumo, o professor é o elemento de ligação entre aqueles que atravessam o passado para o presente, na presentificação do passado.

A utilização do patrimônio no ensino de história deve possuir uma estratégia de atuação (COSTA, 2016, p. 58). Os lugares de memória, como os espaços museológicos, são caminhos para uma efetiva aprendizagem histórica. Contudo, para que tal aprendizagem ocorra é necessário que um caminho metodológico seja percorrido. O trabalho ora exposto utiliza as etapas metodológicas do guia básico de educação patrimonial, conforme se observa a seguir:

Etapas	Recursos/Atividades	Objetivos
1) <u>Observação</u>	exercícios de percepção visual/sensorial, por meio de perguntas, manipulação, experimentação, medição, anotações, comparação, dedução, jogos de detetive ...	<ul style="list-style-type: none"> • identificação do objeto/função/significado; • desenvolvimento da percepção visual e simbólica.
2) <u>Registro</u>	desenhos, descrição verbal ou escrita, gráficos, fotografias, maquetes, mapas e plantas baixas ...	<ul style="list-style-type: none"> • fixação do conhecimento percebido, aprofundamento da observação e análise crítica; • desenvolvimento da memória, pensamento lógico, intuitivo e operacional.
3) <u>Exploração</u>	Análise do problema, levantamento de hipóteses, discussão, questionamento, avaliação, pesquisa em outras fontes como bibliotecas, arquivos, cartórios, instituições, jornais, entrevistas.	<ul style="list-style-type: none"> • desenvolvimento das capacidades de análise e julgamento crítico, interpretação das evidências e significados.
4) Apropriação	recriação, releitura, dramatização, interpretação em diferentes meios de expressão como pintura, escultura, drama, dança, música, poesia, texto, filme, vídeo.	envolvimento afetivo , internalização, desenvolvimento da capacidade de auto expressão, apropriação, participação criativa, valorização do bem cultural.

Fonte: HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999, p. 9.

Das etapas metodológicas sugeridas acima, a observação e exploração são dois elementos fundamentais na experiência do ensino de história com o uso de metodologia museológica. Elas têm por finalidade desenvolver habilidades nos alunos de identificação, percepção, análise e interpretação sobre o patrimônio cultural envolvido, no caso a Base Aérea do Amapá. O professor de história tem que atingir uma estratégia de atuação que desenvolva tais habilidades, que por um lado a observação tem a meta de compreender os objetos museológicos e assim ganhar mais percepções visuais e simbólicas acerca da Segunda Guerra Mundial, por outro lado a exploração tem a finalidade de expansão das capacidades de análise e entendimento crítico, além da compreensão das evidências e significado históricos.

3.2 Descrição do objeto e unidade escolar estudada

Como destacado nas argumentações apresentadas anteriormente, o campo do Ensino de História escolar ao longo dos anos se modificou e excluiu práticas que fomentavam uma educação pouco reflexiva (memorização, predominância por datas, nomes de heróis e/ou de grandes batalhas, dentre outros), para ser mais inclusiva e atenta à pluralidade de vozes, atores e versões de um mesmo episódio da História.

A demanda imposta por essas mudanças descarrega no profissional docente responsável pela disciplina uma demanda por inovações didáticas, propícias a responderem satisfatoriamente tais exigências. Nesse cenário, o docente de história que investe no ensino pautado pela análise crítica e o primor reflexivo, isto é, por um viés alternativo ao comumente usado nos meios escolares, passa a usar os espaços não-formais, como os patrimônios, acervos e Museus, como elementos facilitadores no ensino-aprendizagem e contributivos em suas práticas educativas.

Como já referimos anteriormente, esse estudo se encontra vinculado na área de Ensino de História, na linha de pesquisa de Saberes Históricos em Diferentes Espaços de Memória, que inclui a utilização dos Museus como parte das reflexões para uma aprendizagem histórica mais diversa e plural. Essa pesquisa se inicia com a preocupação em buscar entender a relação entre o Ensino de História e o Museu criado nas ruínas da antiga Base Aeronaval Norte Americana da Segunda Guerra Mundial em Amapá-AP. O trabalho registra um recorte sobre o objeto de pesquisa: de forma ampla, tem a pretensão de analisar como e de que forma o Museu da Base Aérea de Amapá é aproveitado pelo Ensino de História no município (Amapá) que abriga uma base militar de atividades marítimas e aéreas dos países aliados durante a Segunda Grande Guerra.

Sabe-se, contudo, que as propostas de trabalho no Ensino de História que visam analisar o papel que os Museus podem oferecer como elemento de aprendizagem histórica, ainda não ganharam destaque nos estudos historiográficos. Entretanto, a julgar pela ampla utilização feita pelas escolas de educação básica desses mecanismos de aprendizagens, que buscam nesses espaços de memórias ampliar conhecimentos trazidos das salas de aula, os Museus e, principalmente Museus históricos tem se transformado em locais promotores de um ensino escolar reflexivo. É prudente demarcar que Museus são instituições de educação não-formal, diferentes da instituição escolar, mas que em muito pode contribuir para o desenvolvimento da área.

Motivado pelas reflexões trazidas sobre Museus e Ensino de História, bem como também pela constatação da existência de um Museu no município de Amapá-AP, ocorreram as indagações de como o Ensino de História pode se relacionar com o Museu da Base Aérea de Amapá, bem como, de que forma os professores de História podem utilizá-lo para ministrarem o conteúdo Segunda Guerra Mundial, mantendo a memória e narrativa histórica acerca da presença estadunidense, a partir da implantação e do funcionamento da Naval Aire Amapá na década de 1940.

Destaco então algumas outras indagações que balizam o estudo ora apresentado: os professores de história disponibilizam o Museu como potencial laboratório ilustrativo para suas aulas? Como essa ação é aproveitada pelo processo de ensino e aprendizagem em história? Até que ponto é mais motivador falar da Segunda Guerra Mundial em formato contextual através de características regionais próximas aos discentes? Em resumo, o trabalho tem como foco central conhecer a comunidade escolar que detém grandes possibilidades de realizar um trabalho diferente sobre a temática da Segunda Guerra Mundial, com alternativa metodológica distante da prática habitual da valorização dos grandes feitos, batalhas e heróis, onde o docente se esforça em usar seus discursos no sentido dos campos de guerras na Europa, e nos dois polos antagônicos da guerra, o Eixo e os Aliados.

Figura 6 – Escola Estadual Vidal de Negreiros¹⁹



¹⁹ Arquivo do Autor. Registro fotográfico realizado em 17 de Maio de 2018.

No sentido de responder aos citados questionamentos, bem como verificar a possibilidade fazer uso da Base Aérea de Amapá como recurso pedagógico, parti para a pesquisa de campo que foi realizada na Escola Vidal de Negreiros. Essa unidade escolar, localizada no município de Amapá se tornou ideal para o propósito da pesquisa, tanto pela localização como pelo fato de que ali haveria a possibilidade do trabalho com a história oral, já que os habitantes convivem com as histórias do patrimônio histórico em questão.

Sobre a instituição escolar que abrigou a pesquisa, temos as seguintes informações:

A ESCOLA ESTADUAL VIDAL DE NEGREIROS, situada à Avenida Desiderio Antônio Coelho, nº 470, Bairro sete mangueiras, foi criada por meio do Decreto nº 10/65-GAB, publicado no Diário Oficial da União nº 130, ano I, de **22/02/1965**, iniciou suas atividades escolares em março do ano de 1965, tendo como primeiro Diretor o Padre **LUIS DE DAVID**. (ESCOLA ESTADUAL VIDAL DE NEGREIROS, 2018, p. 1, grifo do autor)²⁰

Atualmente, a escola faz parte da rede estadual de ensino do Estado do Amapá como porém, ao que tudo indica, a sua criação possui uma influência da Igreja Católica, uma vez que os seus primeiros diretores foram religiosos como o padre Mario Dehe (1966), que exerceu funções administrativas no ambiente escolar. Nesses anos iniciais a escola denominava-se Ginásio Normal Rural de Amapá e possuía uma média de 85 matrículas anuais no ensino ginásial normal rural, tendo esse número duplicado no início da década de 1970. É por esse período também, no ano de 1971, que o espaço escolar é rebatizado como Ginásio Vidal de Negreiro, já funcionando em suas dependências próprias, após hospedar-se no Prédio do Grupo Escolar Veiga Cabral.²¹

De acordo com os dados do censo escolar²² (2016), a escola oferta a seguinte infraestrutura: água filtrada de poço artesiano, energia da rede pública, esgoto da rede pública, lixo destinado à coleta periódica, acesso à internet e a alimentação escolar. Também possui os seguintes equipamentos: computadores administrativos e para uso discente,

²⁰O decreto que cria a atual escola Estadual Vidal de Negreiros é baixado pelo governo do Território Federal do Amapá no Diário oficial da União em 22/02/1965.

²¹Esses dados foram pesquisados em maio de 2018 junto a coordenação pedagógica da escola e do documento escolar citado acima.

²²O Censo Escolar é um levantamento de dados estatístico-educacionais com mostrarem de âmbito nacional realizado anualmente realizada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Verifica desde o número de matrículas e rendimento dos alunos até a infraestrutura das escolas e funções docentes. Os dados são fornecidos pelas próprias escolas, públicas e privadas, e redes de ensino estaduais e municipais. Tem como finalidade subsidiar a elaboração de análises, diagnósticos, planejamento do sistema educacional do país e a definição e monitoramento das políticas públicas que promovam a melhoria do ensino de qualidade no país. As informações foram extraídas do seguinte local: <<https://www.escolas.inep.gov.br/censo-escolar/2016/28315-escola-estadual-vidal-de-negreiros>>. Acesso em: 12/07/2018.

televisão, videocassete, aparelho DVD, antena parabólica, copiadora, impressora, projetor multimídia (Datashow), câmera fotográfica/filmadora. No que se refere ao espaço escolar, a instituição se organiza da seguinte forma: possui 17 salas de aulas sendo 14 utilizadas para esse fim, sala da diretoria, sala dos professores, laboratório de informática, laboratório de ciências, sala de recursos multifuncionais para atendimento educacional especializado (AEE), quadra de esportes coberta, cozinha, biblioteca, sala de leitura, banheiro dentro do prédio, piscina, cisterna, fossa asséptica, dependências e vias adequadas a alunos com deficiência ou mobilidade reduzida, sala de secretaria, banheiro com chuveiro, refeitório, dispensa, auditório, pátio coberto e área verde. Atualmente a escola supracitada é administrada contando com o apoio dos seguintes profissionais: 1 diretora escolar, 1 diretora adjunta, 1 secretário escolar, 1 pedagoga, 24 professores do Ensino Fundamental e Médio, 8 serventes, 4 merendeiras, 1 agente de portaria, 1 datilógrafo e 7 motoristas de transporte escolar. Conforme documento da escola, ela está composta assim:

No corrente ano letivo de 2018, a **ESCOLA ESTADUAL VIDAL DE NEGREIROS**, ministra o **ENSINO FUNDAMENTAL (6º ano ao 9º ano)** distribuído em 05 turmas **com 153 alunos** e o **ENSINO MÉDIO (1ª, 2ª e 3ª série)** distribuídas em 16 turmas **com 460 alunos**; Totalizando assim: **613 alunos**. (ESCOLA ESTADUAL VIDAL DE NEGREIROS, 2018, p. 2, grifo do autor)²³

Para realizar a amostragem desse estudo, trabalhamos com as turmas do 9º ano do Ensino Fundamental (2 turmas) e as da 3ª série do Ensino Médio (4 turmas) da Escola Estadual Vidal de Negreiros. Essa escolha se deve por alguns algumas condicionantes que não surgiram de forma aleatória: em primeiro lugar, por serem séries finais de cada seguimento/ciclo de estudos, o que, em tese, garante respostas mais bem elaboradas sobre o entendimento dos conceitos utilizados durante a pesquisa; e em segundo lugar, a possibilidade de os alunos possuírem habilidades e competências mais sistematizadas. Contudo, a condição predominante para essa escolha se deve ao fato de que essas duas turmas têm previstas em seus conteúdos programáticos²⁴ a temática da Segunda Guerra Mundial. Assim, conclui-se que as chances, tanto da presença, como também de buscar alternativas metodológicas, em caso de ausência do caráter regional nos livros didáticos, possibilita que a Base Aérea de Amapá traga às aulas um novo olhar sobre o conflito mundial da década de 1940. Como diz os documentos curriculares para o Ensino Fundamental, nos conteúdos do 9º ano:

²³Os dados foram pesquisados em maio de 2018, em conversas livres do autor com a coordenação pedagógica da escola.

²⁴Os conteúdos que referimos aqui estão presentes na diretriz curricular em vigor.

[...] aborda-se a história republicana do Brasil até os tempos atuais, incluindo as mudanças ocorridas após a Constituição de 1988, e o protagonismo de diferentes grupos e sujeitos históricos. **O estudo dos conflitos mundiais e nacionais, da Primeira e da Segunda Guerra, do nazismo, do fascismo**, da guerra da Palestina, do colonialismo e da Revolução Russa, entre outros [...] (BRASIL, 2018, p. 416, grifo nosso)

A última versão da Base Nacional Comum Curricular para o Ensino Fundamental lançada em 2018 defende os conteúdos acima descritos para o 9º ano do Ensino Fundamental. No grifo destacado, mostra-se que a pesquisa proposta se ampara na legislação vigente.

Somente a partir da terceira ida a escola-campo²⁵, é que mantive os primeiros contatos com os alunos das citadas turmas, mas, com o fim do ano letivo de 2017, encerrado nos primeiros dias de janeiro de 2018, surgiu uma nova situação-problema: os alunos em sua maioria já não estão na mesma etapa, pois os alunos do 9º ano do Ensino Fundamental prosseguem em sua maioria para o Ensino Médio e os que cursam a 3ª série do Ensino Médio concluem os estudos da Educação Básica no ano letivo de 2018. Portanto, já não estão nos anos cuja a temática da Segunda Guerra Mundial aparece como conteúdo curricular.

Diferentemente do que se observa entre os alunos que mudaram de ano/série escolar, de um ano letivo para outro, no que se trata aos profissionais da escola, mantém-se o mesmo quadro de professores do ano de 2017 para 2018, o que ajuda na condução dos trabalhos de pesquisa, pois os professores de história já estão cientes das linhas gerais da pesquisa, inclusive porque eu já havia disponibilizado a cópia do projeto da pesquisa aos professores de História e Geografia, à coordenação pedagógica, e à direção escolar. A finalidade dessa ação é que o plantel de funcionários do espaço escolar pesquisado tenha conhecimento acerca das ações de pesquisa pretendidas para os meses subsequentes.

A constatação dessa situação-problema, narrada anteriormente, envolve alunos que ora avançariam de uma série para outra, durante a realização da coleta de dados, o que exigiria uma nova análise sobre a proposta que se pensa para a pesquisa, até então prevista para ser colocada em prática na escola. Assim, a pesquisa pode compreender a realidade daquela unidade escolar e de suas relações com o Museu da Base Aérea, isto é, após a fase diagnóstica, em um segundo momento haveria a possibilidade de ampliação do debate sobre o tema para aquela comunidade escolar, com a implementação de minicursos e oficinas sobre o assunto da Segunda Guerra Mundial.

²⁵Ao todo, no percurso de tempo entre agosto de 2016 e maio de 2017, são realizadas 4 viagem até a sede da Cidade de Amapá, Base Aérea de Amapá e Escola Estadual Vidal de Negreiros. A terceira viagem se dá em 27 e 28 de Outubro de 2017.

A intensão de se propor uma atividade com alternativa metodológica para desenvolver a temática da Segunda Guerra Mundial, fazendo o aproveitamento do que é disponibilizado nas antigas instalações da Base Aérea americana no Amapá, se constitui como uma oportunidade de apresentar tal tema para além da abordagem tradicional, a qual focaliza as grandes e decisivas batalhas comandadas pelas nações imperialistas do momento. A presença de um Museu que retrata um período histórico tão importante para o mundo, gera oportunidade ímpar aos professores e alunos da Escola Estadual Vidal de Negreiros.

No entanto, o trabalho de ensino escolar com o uso de espaços não-formais como os Museus, para gerar um resultado satisfatório necessita de uma demanda extra de planejamento e disponibilidade de tempo. Nesse sentido, as oficinas programadas tinham justamente, o foco de melhorar as necessidades surgidas no uso dessa demanda. Porém, foi preciso considerar as alegações feitas pelos professores de história daquela unidade escolar, que ponderaram ser necessário dedicar um tempo maior para desenvolver a oficina pretendida, tempo esse escasso haja vista que é preciso cumprir o extenso conteúdo programático.

Outros fatores também se impunham para a necessidade de readequar a proposta de pesquisa, além da dificuldade imposta pelo avanço de ano/série, também existia a indisponibilidade de tempo para a realização de atividades que visassem a reflexão sobre o tema, como se pretendia realizar com as oficinas. Para que seja realizada, uma oficina precisa de organização razoável que gira em torno de 30 a 40 horas de execução em média. Dessa forma, para que seja efetivada, é importante um mínimo de quatro a cinco semanas de trabalho, o que corresponde a quase meio bimestre do calendário escolar. Não menos importante, ainda havia os problemas de ordem estrutural que demandavam recursos humanos e financeiros.

Frente às adversidades encontradas na escola-campo, para que a proposta inicial da pesquisa fosse colocada em prática, tomei uma postura menos intervencionista, buscando não sugerir projeto-proposta, no qual o mesmo seria aplicado na escola-campo, logo com a aferição dos dados pesquisados. A decisão de realizar essas mudanças, contudo, não afasta a pesquisa do objetivo principal, que é compreender o processo de abandono e esquecimento do Museu da Base Aérea, através da análise de sua apropriação ou não pelo Ensino de História nas escolas públicas no Município do Amapá. Enfim, optou-se por traçar um viés que tornasse possível o entendimento da relação entre espaços não-formais (Museu) e o campo de Ensino de História. Os detalhes e resultados da pesquisa realizada com os professores e alunos da Escola Estadual Vidal de Negreiros são expostos no próximo tópico.

3.3 Dados recolhidos

Conforme já foi reiterado anteriormente, os dados empíricos desta pesquisa foram extraídos após cinco viagens a escola-campo e ao Museu da Base Aérea de Amapá, realizadas entre novembro de 2016 e maio de 2018. Permito-me dizer que muitas eram as minhas indagações em cada visita ao espaço não-formal de educação, porém concluí que o ambiente escolar selecionado possuía qualidades que possibilitavam maiores vantagens em relação a outras realidades do Ensino de História, como o fato da cidade de Amapá ter abrigado eventos históricos singulares para a construção do atual Estado do Amapá e por sediar um Museu histórico, algo incomum para maioria dos municípios brasileiros. Mais que isso, o Museu fora construído visando dar vazão a uma memória que consagra elementos que juntam a História em seus níveis locais, nacionais, entrando na esfera transnacional.

Propõe-se nessa seção discorrer acerca de reflexões sobre práticas educacionais mais consistentes no que se refere, não somente ao uso de Museus, como também a sensibilidade de um “aprender” História mais criativo e estimulante. Para tal, de forma metodológica, utilizam-se as leituras sobre o Ensino de História, relacionando-as aos dados coletados no ambiente escolar da pesquisa. Para que não seja perdida, deixa-se bem nítida a pretensão, que se concentra em conhecer as relações que o Ensino de História mantém com o Museu da Base Aérea de Amapá, em especial observância quando se trabalha a temática da Segunda Guerra Mundial, tema esse que foi o precursor da criação do Museu em questão.

Os dados referentes a essa investigação foram registrados na quinta visita a campo, ocorrida entre os dias 15 e 19 de maio de 2018. A definição dessa data, ocorreu a pedido da unidade escolar pesquisada, mais especificamente dos professores de história, que tinham o assunto Segunda Guerra Mundial abrindo o 2º bimestre do calendário escolar.

Durante os quase dois anos de pesquisa, manteve-se o contato com a escola campo, através de sua gestão escolar, coordenação pedagógica e docentes de história. Contudo, o maior elo se fez com os professores, os quais manifestaram bastante entusiasmo com a proposta que seria desenvolvida naquele ambiente escolar. De antemão, explicitou-se aos professores de História, as linhas gerais em que a pesquisa estava assentada, ressaltando, que a mesma possui o viés contributivo, ou seja, busca melhorar o ensino escolar de história com metodologias e/ou suporte didático-pedagógicos diferenciados. Sem deixar de salientar as possibilidades que se tinha no local pela existência do Museu da Base Aérea de Amapá, que dá a chance ao discente de perceber no seu território local características e dinâmicas do espaço mundial.

Nesse viés, mantive o cuidado de não tornar a busca pelos dados uma sessão condenatória entre o “certo” ou “errado” na prática docente dos profissionais daquela escola, deixando claro que o mais interessante que seria a busca de condições que tornassem possível um aprendizado sobre a História da Segunda Guerra Mundial partindo da realidade dos alunos envolvidos na pesquisa. Destaco que busquei estrear embasado nos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino de história (1998), que fazem referência a visitas em Museus, que envolvam alunos devam ser parte do ensino por serem espaços:

[...] de preservação e divulgação da memória. [...] os alunos podem conhecer e estudar processos de preservação, conservação, montagem de exposição, critérios de seleção das obras expostas, os profissionais envolvidos no trabalho, as pesquisas realizadas a partir desses acervos etc.[...]. Sob esse aspecto, o contato e a observação de documentos possibilitam vivências e reflexões significativas nos alunos sobre o tempo e a história, a memória e sua preservação. (BRASIL, 1998, p. 91-92)

Devido ao processo de supressão realizada no projeto de pesquisa, o qual visava primeiramente estabelecer condições para o uso de Museus no Ensino de História aos professores da Escola Estadual Vidal de Negreiros, debates mais teóricos com os profissionais que estão envolvidos na pesquisa não puderam ser efetivados. A discussão de conceitos é essencial para o avanço em qualquer construção de uma proposta que envolva o ensino e aprendizagem histórica. No caso em estudo, é uma preocupação constante, desde suas primeiras formulações.

Até então, eu havia construído a pesquisa seguindo duas hipóteses principais: a primeira é um pressuposto de que o universo escolar específico possui um relativo potencial para experiências enriquecedoras no Ensino de História permeado pelo uso de espaços não-formais de educação; e o segundo pressuposto, em complementação ao primeiro, é que a escola não aproveita o potencial de possibilidades que podem ser exploradas e transformadas em experiências enriquecedoras nas aulas de história. Sem precisar me alongar nessa seara, percebi a necessidade de executar ajustes na investigação com o ponto central em realizar um estudo de caso.

Desde as primeiras incursões realizadas na escola, busquei ser mais bem perceptível que nossas apostas podem ser ofertadas e utilizadas no Ensino de História escolar através do Museu no município de Amapá, isto faz concluir que existe espaços de reconsideração reflexiva. Essas primeiras reflexões do objeto de estudo são essenciais para remodelar os objetivos até então almejados, ao invés de focar nas buscas de possíveis causas para o desuso do Museu por professores de forma mais contundente, dispensa-se esforços para melhorar o trabalho já realizado pelos profissionais daquele educandário, a fim de criar condições de

ensino mais significativas no qual o Museu é um importante subsídio metodológico ao docente.

Em outras palavras, constata-se que é mais viável propor a construção de uma proposta conjunta, uma vez que a condição limitada do funcionamento do Museu da Base Aérea de Amapá, é um entrave para qualquer ação pedagógica pensada por professores. Ou seja, os problemas de operacionalidade que possui, em muito prejudicam qualquer análise, que porventura fosse lançada nesse sentido. Por fim, declina-se em ofertar uma atividade aos profissionais da educação, onde seja discutida teoricamente o Ensino de História e os espaços não-formais de educação como os Museus. O debate é necessário, mas que além dos problemas de inviabilidade elencados acima, que já foram relacionados antes, ainda é preciso centralizar nas práticas pedagógicas com maior profundidade.

Em termos práticos, a pesquisa passou a ser direcionada no sentido de conhecer aquela realidade escolar no que tange sua relação Museu-Segunda Guerra Mundial-Ensino de História. Para tanto foi escolhido como procedimento de recolha de dados o questionário semiestruturado, o qual foi aplicado aos alunos em conjunto com o professor da turma. Tal questionário continha um total de dez questões, divididas entre perguntas de múltipla escolha (8 quesitos) e dissertativo-argumentativas (2 quesitos) e foi pensado com o intuito de compreender de que forma os discentes estabeleciam um relacionamento dialógico entre espaços museológicos, o conflito mundial e ensino de História.

Em termos quantitativos, as turmas estudadas tinham um total de 215 alunos. Os questionários foram respondidos em dias diferentes, e em consonância, aos horários que os professores ministram suas aulas. Mesmo contando com esse total de discentes, foram respondidos somente 96 questionários, efetivamente. Cabe ressaltar que o quantitativo total de estudantes correspondia a todos os alunos matriculados no ano letivo em questão, mas no período da coleta de dados, esse número foi reduzido devido questões como transferência de alunos para outras unidades e evasão escolar.

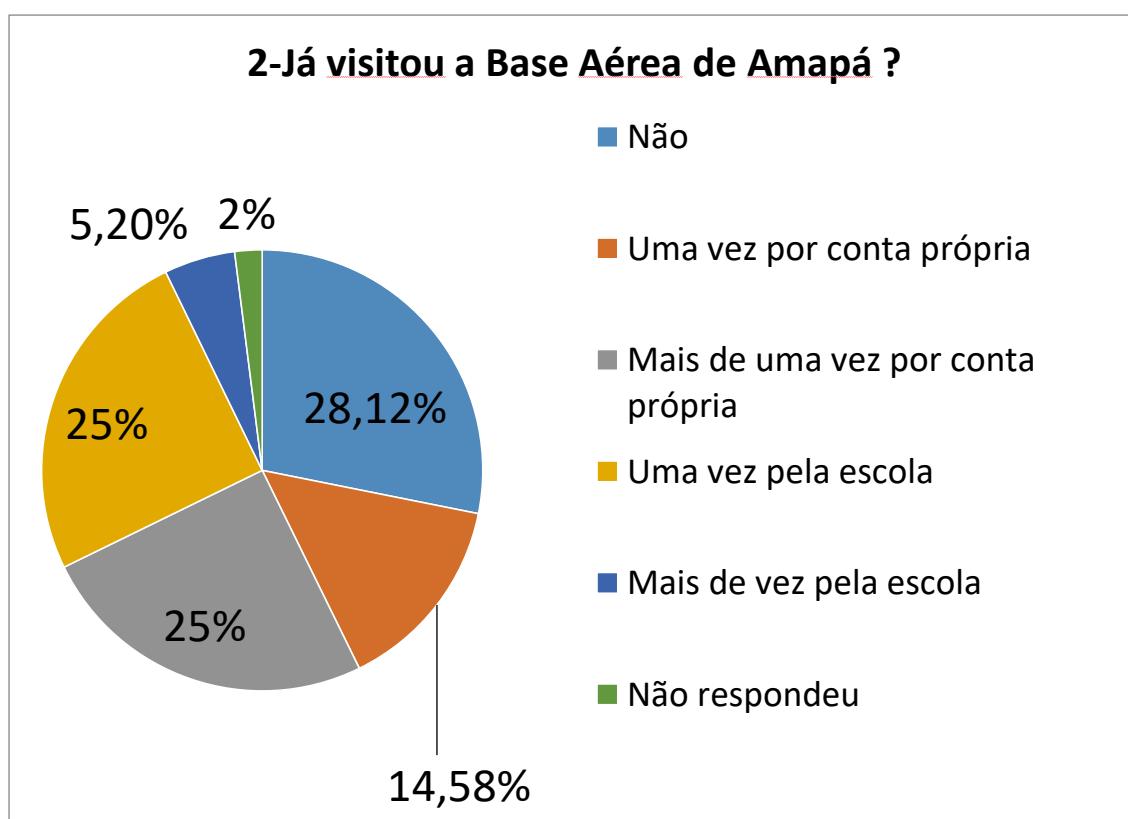
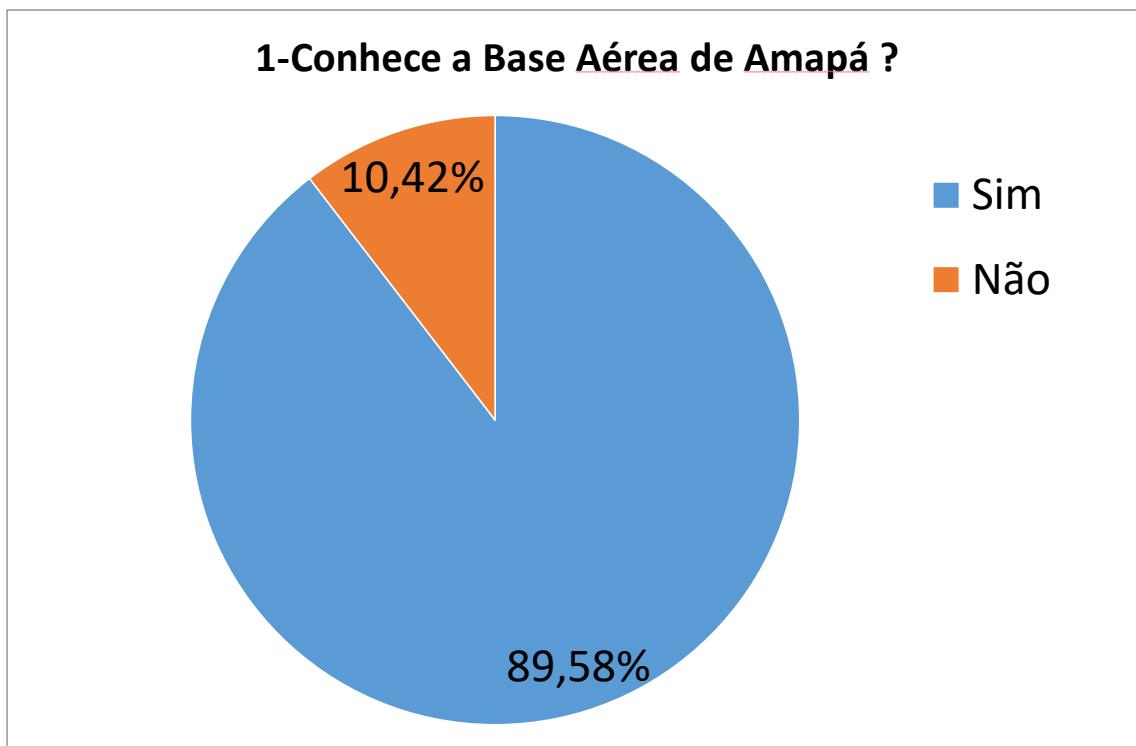
Também é necessário esclarecer que havia alguns alunos que dependiam de transporte escolar, e na ocasião da aplicação dos questionários não se fizeram presentes por conta de problemas com esse transporte. Somente em alguns poucos casos houve a negativa dos alunos em responder. Quanto às respostas dadas, percebi que as questões dissertativas-argumentativas não receberam o mesmo cuidado nas respostas, sendo que alguns alunos as deixaram em branco.

Destaco aqui que as perguntas foram elaboradas no sentido de criar um perfil mais conciso da realidade escolar pesquisada. Seguem as questões do questionário em apreço: 1)

Conhece a Base Aérea de Amapá? 2) Já visitou o Museu da Base Aérea de Amapá? 3) Sabendo que a Base Aérea de Amapá guarda parte da História amapaense, a preservação do local é? 4) O que o Museu mostra? 5) O que te chamou mais atenção no Museu da Base Aérea de Amapá? 6) Você se sentiu mais incentivado/ interessado por História, pela visita que fez ao Museu da Base Aérea a gostar mais de História? 7) Sua visita ao Museu fez você buscar explicações sobre a II Guerra Mundial? 8) Você já tinha ouvido falar que a Segunda Guerra Mundial também reservou ao Amapá uma participação através da base aérea? 9) Qual a sua opinião sobre a importância do Museu da Base Aérea para aprender a História do Amapá durante a Segunda Guerra Mundial? 10) Escreva o que você já ouviu de seus responsáveis sobre a Base Aérea do Amapá.

As questões apresentadas nos questionários para os alunos, podem ser agrupadas em três grupos distintos, conforme a intenção em observar como é o relacionamento do Ensino de História em Amapá com o Museu da Base Aérea de Amapá. Assim, o primeiro grupo de perguntas apresenta indagações aos alunos com o intuito de revelar seus conhecimentos sobre a Base Aérea de Amapá e de que forma se apropriaram desse saber; o segundo grupo de perguntas almeja abstrair a ideia que estes alunos têm no que concerne a Museus, sendo que também foram instigados a pensar a realidade local; por fim, no terceiro grupo de perguntas, se são questões levantadas reflexões e análises da relação dialógica entre Ensino de História de Amapá e Museu. Dessa maneira, as perguntas foram feitas para que houvesse a reflexão sobre a necessidade de estreitamento do ensino escolar de Amapá com aquele espaço não-formal de educação: a Base Aérea de Amapá.

No que se refere às indagações feitas no sentido de entender o conhecimento dos estudantes sobre a Base Aérea de Amapá, foram propostas as seguintes perguntas: conhece a Base Aérea de Amapá? e, em caráter complementar a essa questão, foi perguntado: Já visitou a Base Aérea de Amapá? as respostas dadas pelos alunos podem ser melhor visualizadas nos gráficos a seguir.



As informações desses dois gráficos demonstram que a Base Aérea de Amapá é um tema recorrente no Ensino de História escolar local, e assim, contrariando os prognósticos, constatei que, de alguma forma, os alunos têm sido assistidos com as informações basilares advindas dela. Um dado relevante que também é aferido do segundo questionamento é

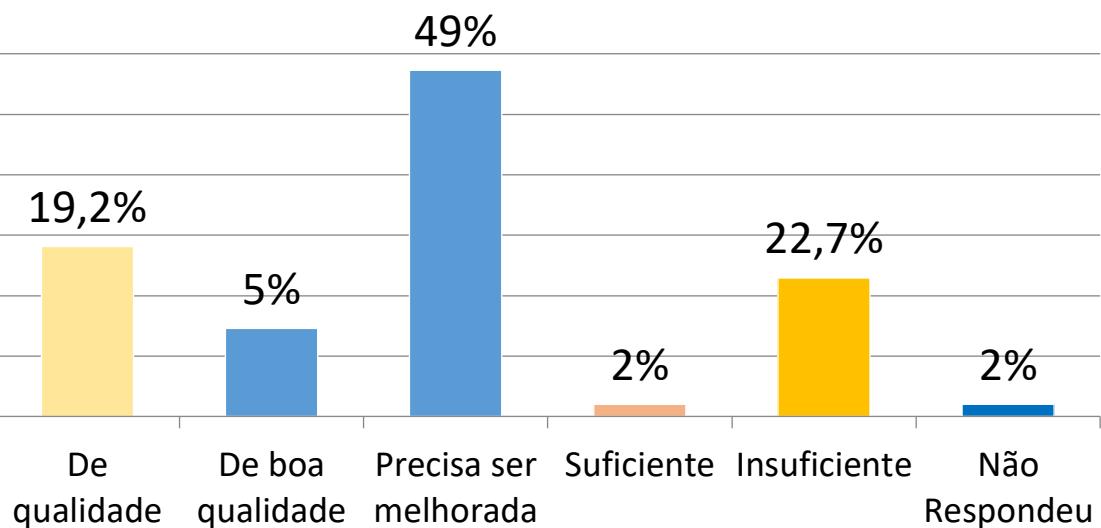
concernente aos estímulos que a escola vem promovendo para que a Base Aérea de Amapá seja reconhecida como marco histórico do lugar, uma vez que um pouco mais da metade dos entrevistados reconheceram que através da iniciativa escolar descobrem o local, sendo que pelo menos 28% já realizaram essa “ida” promovida pela escola mais de uma vez.

Nesse sentido, pode-se dizer que faz parte das preocupações dos docentes da escola manter atividades que chamem a atenção de seus alunos para os cuidados necessários com o patrimônio histórico do lugar, sobretudo para que possa ser melhor preservado, conhecido e reconhecido. Em que pese o fato, ao somar os resultados, o segundo gráfico aponta que 92,6% dos entrevistados assumiram já ter realizado visita a Base Aérea de Amapá. Esse percentual comparado ao da primeira pergunta é superior, onde 89,59% afirmaram conhecê-la. Os dados não trazem um consenso numa primeira análise, tornam-se conflitivos, pois admite-se que aquela pessoa que faz uma visitação, torna-se conhecedor do local, logo, o número de quem conhece e de quem visita deve ser o mesmo, e nunca o de quem visita ser maior do que aquela pessoa que conhece. É possível concluir que isso se explica em parte, pela concepção que os alunos entrevistados têm do vocábulo “conhecer,” ou seja, alguns entenderam que o conhecer é mais do que somente visitar um local, sendo preciso estudos mais específicos e explicativos sobre aquele lugar.

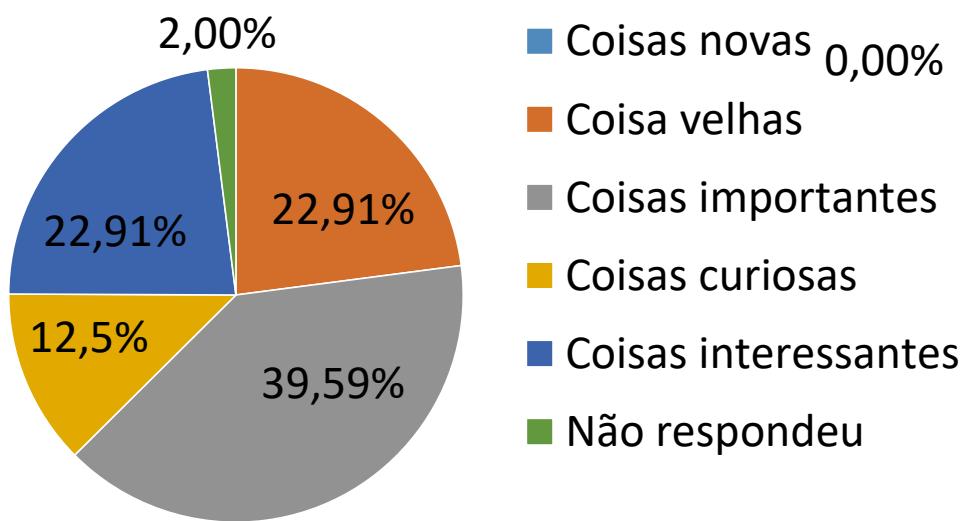
Em outra dimensão analítica, foram lançadas perguntas para ajudar a formar uma compreensão sobre a concepção de “Museu” dos alunos pesquisados. Faz parte do interesse também, nesse grupo de perguntas, que os alunos observassem e reconhecessem a realidade em que os patrimônios históricos, no caso, a Base Aérea de Amapá, são costumeiramente relegados pelas políticas públicas. Novamente, duas inquirições foram destacadas para coletar essas informações almejadas, são elas: Sabendo que a Base Aérea de Amapá guarda parte da História amapaense, como é a preservação desse local? E o que um Museu mostra?

Nessas duas perguntas, foram disponibilizadas cinco opções de respostas para cada uma. Objetivamente, objetivava-se que os alunos expressassem seus conceitos prévios sobre as instituições responsáveis pela preservação, salvaguarda e difusão de objetos e memórias que são os Museus. Na outra, notadamente, havia a preocupação de saber que reflexões sobre preservação e salvaguarda de objetos museais os entrevistados poderiam ter a partir da escala local, isto é, como refletiam sobre preservação de patrimônios históricos tendo como elemento comparativo as instalações da Base Aérea de Amapá. Os resultados podem ser visualizados nos gráficos a seguir:

3-Sabendo que a Base Aérea de Amapá guarda parte da História Amapaense, a preservação do local é...



4- O que um museu mostra ?



Chama bastante atenção o percentual (22,91%) de alunos entrevistados que ainda permanecem com a visão caricata atribuída aos Museus, de serem locais depositários de coisas velhas, em desuso ou mesmo que os Museus não passassem de antiquários. Essa é uma

visão que precisa ser combatida, por meio de práticas metodológicas que valorizem o papel dos Museus no Ensino de História, como é o caso da educação patrimonial.

Em contraste a essa visão mais tradicional que os Museus adquiriram, houve aproximadamente 40% de alunos que demonstraram um certo conhecimento sobre a educação patrimonial. Esses consideravam que Museus são locais em que estão preservados objetos de significados importantes. No mesmo sentido, um grupo de alunos apontou que Museus guardam coisas interessantes (22,91%), o que, convenhamos, é bem próximo da expressão “importante”, expressada anteriormente. A soma das duas respostas produz um percentual de 62,5% de entrevistados que demonstram compreensão mais atual e elaborada para o conceituar os Museus. Sem pestinhar, 12,5% de entrevistados responderam que os Museus servem para guardar curiosidades, o que se vincula às propostas dos gabinetes de curiosidades, pensadas como modelos de Museus na transição da Idade Média para a Idade Moderna.

No tocante ao gráfico que abarca informações das percepções dos entrevistados referentes aos cuidados e preservação da Base Aérea de Amapá, para 49% dos alunos, essas condições não estão de acordo com o bom funcionamento que é esperado para com os patrimônios históricos. Somados a esses alunos que admitem que é preciso dispensar reforços às políticas de preservação e valorização, tem-se o percentual de 22,7% que apontam ser “insuficientes” a preservação realizada no local.

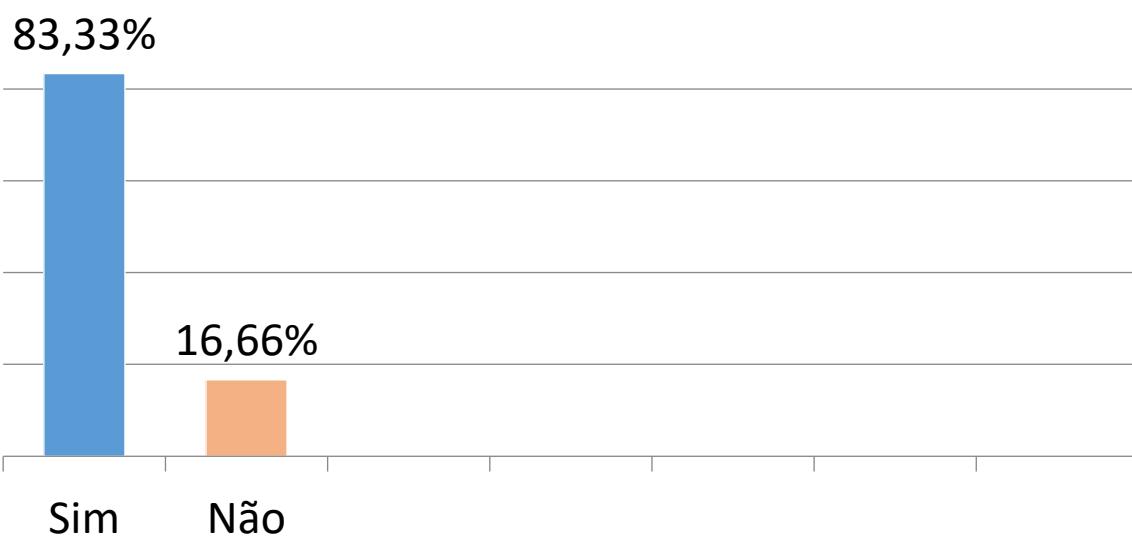
Em outras palavras, 71,7% dos alunos manifestaram preocupação quanto a preservação do que o Museu da Base Aérea ainda procura salvaguardar como herança patrimonial da passagem de norte-americanos no Amapá durante a Segunda Guerra Mundial. Essas duas indagações visavam verificar as concepções que os alunos já trazem consigo sobre memórias em Museus, e como refletem sobre o caso concreto com o qual estão em contato próximo, que é o espaço não-formal criado em Amapá.

Ao considerar a necessidade de mudanças quanto a preservação do local, os alunos demonstraram são cientes das questões que envolvem a natureza dos patrimônios históricos e a importância desses para qualquer sociedade. Vale destacar que é impossível não relacionar essas concepções internalizadas encontradas nas respostas dadas pelos alunos, como o fruto do trabalho sistemático desenvolvido pelos espaços escolares. No caso da Escola Estadual Vidal de Negreiros, campo de estudo dessa pesquisa, observei que a preocupação com o patrimônio histórico cultural, representado pela Base Aérea, estava presente nas ações pedagógicas durante o decurso do ano letivo, com a proposição de atividades e projetos escolares.

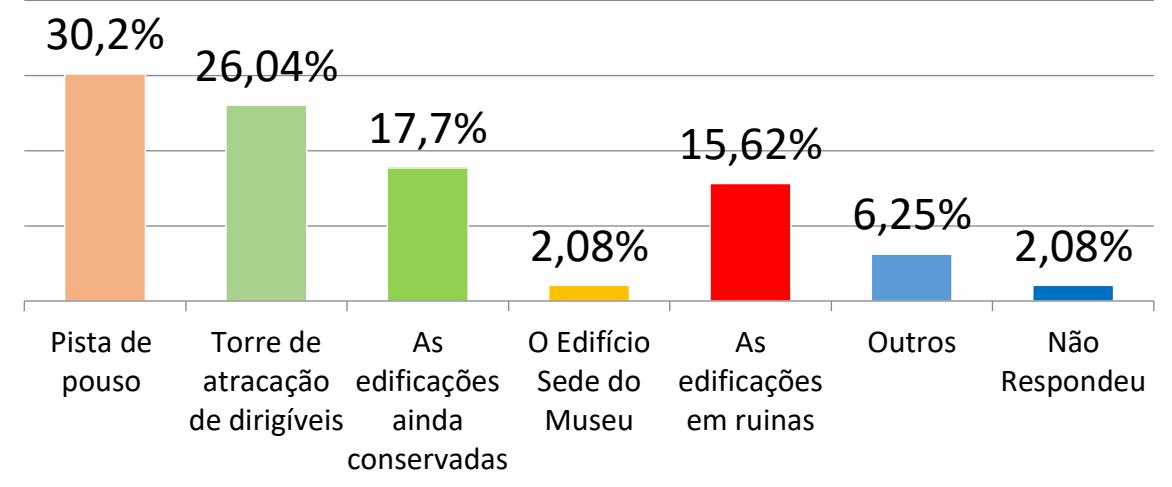
No que concerne ao questionário aplicado para os alunos do 9º ano do Ensino Fundamental e 3ª série do Ensino Médio, destaco que continham indagações que buscavam conhecer as relações que os entrevistados passaram a possuir, a partir de suas inserções no Museu da Base Aérea. Outra preocupação que se buscava refletir nos questionários aplicados era o de analisar que caminhos podem ser dados para as informações obtidas pelo Ensino de História sobre a temática da Segunda Guerra Mundial, utilizando-se do que é disponibilizado no espaço não-formal (Museu da Base Aérea). Para essa finalidade, foram elaboradas quatro perguntas de múltipla escolha.

As perguntas com as quais se tinha o interesse de conhecer o relacionamento do Ensino sobre a Segunda Guerra Mundial com o Museu da Base Aérea de Amapá foram as seguintes: Já tinha ouvido falar que a Segunda Guerra Mundial também reservou ao Amapá uma participação através da Base Aérea de Amapá? O que mais chamou sua atenção no Museu da Base Aérea de Amapá? Vejamos no gráfico abaixo como foram respondidos esses questionamentos:

8-Já tinha ouvido falar que a II Guerra Mundial também reservou ao Amapá uma participação através da Base Aérea de Amapá ?



5-O que mais chamou a atenção no Museu da Base Aérea de Amapá ?



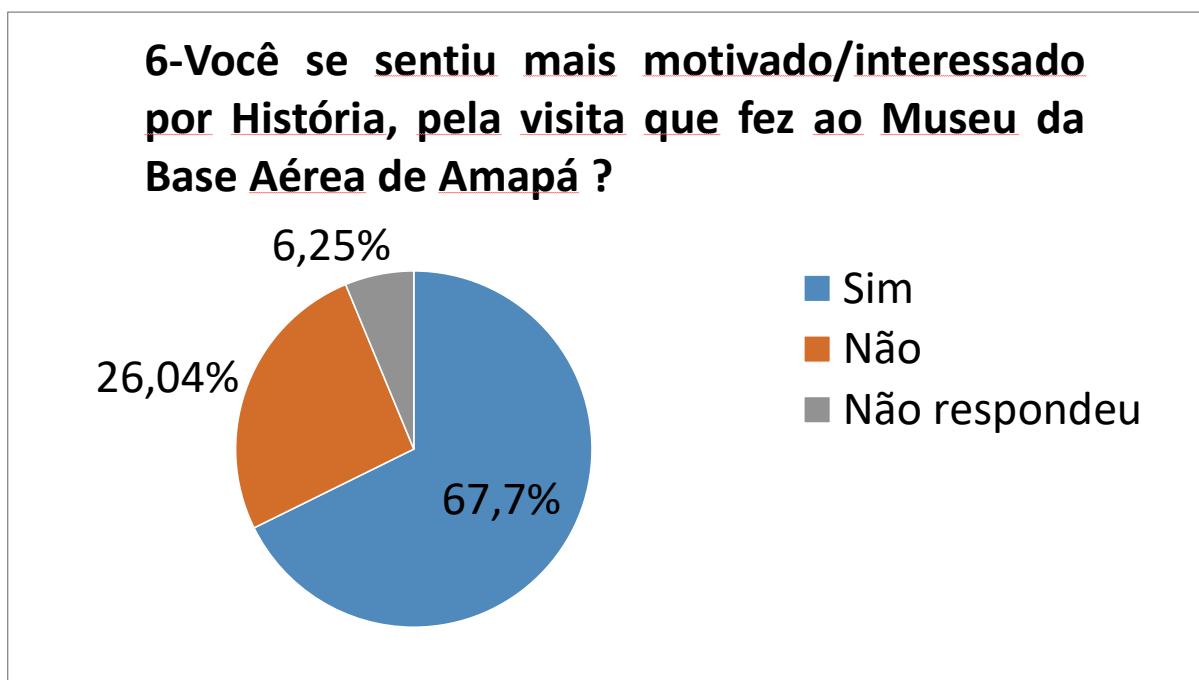
Sobre o primeiro gráfico dessa terceira etapa da aplicação dos questionários, constatou-se que os alunos relacionam a Base Aérea de Amapá com o tema da Segunda Guerra Mundial, ou seja, para a ampla maioria (83,33%), a afirmação de que as terras amapaenses foram usadas para os esforços de guerra durante o conflito mundial na década de 1940, não é nova. Mesmo assim, vale considerar o elevado o percentual de 16,66% de entrevistados que admitem não saberem da funcionalidade da Base Aérea no conflito bélico.

No que consiste ao segundo gráfico que tinha a finalidade de elucidar as percepções sobre os ambientes escolares com o Museu, a pergunta levada aos alunos foi pensada para que respondessem o que mais chamava a atenção no Museu da Base Aérea. Foram ofertadas 5 possibilidades de respostas e deixado espaço para que os alunos pudessem citar outras opções que não figurasse na lista ofertada. Numa análise mais ampla, os entrevistados privilegiaram a indicação das opções que trazem como respostas os locais mais conservados e, portanto, mais visíveis aos mesmos. Foram elas: a pista de pouso (30,2%), a torre de atracação de zepelim (26,04%), as edificações ainda conservadas (17,7%). Contudo, 15,62% indicaram que o que os mais impressionou no local foi o fato de verem as casas e estruturas do lugar em ruínas.

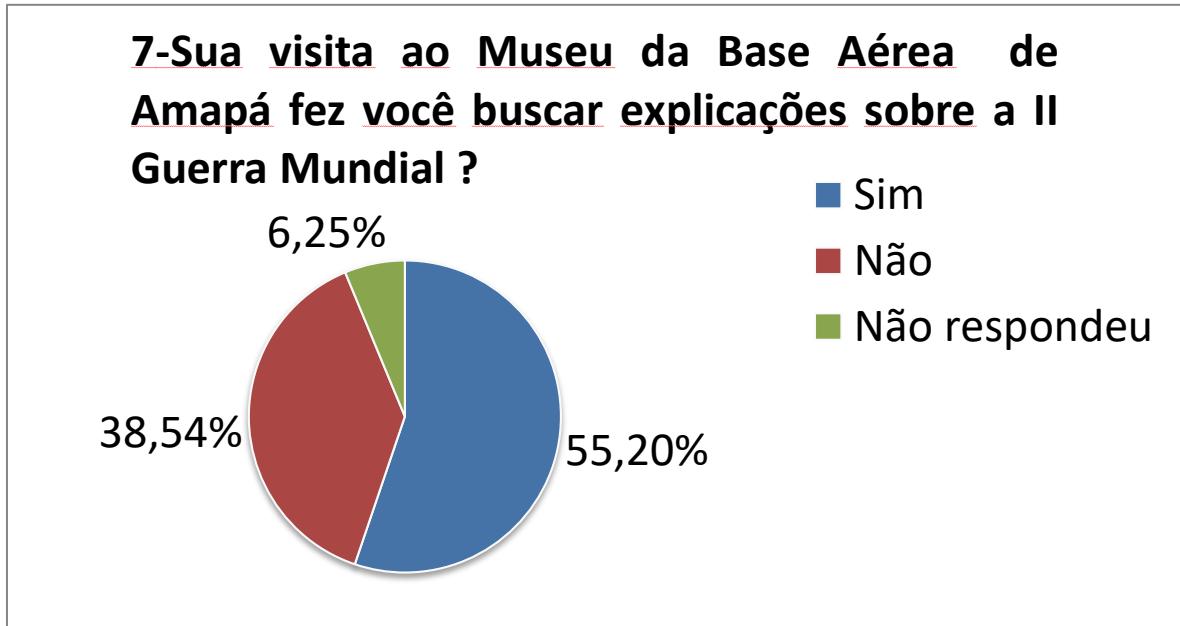
Concluindo, é possível compreender que ao indicarem as estruturas que permanecem mais próximas de como foram construídas, os alunos emanam sinais de que o exposto pelo Museu é parte integrante de sua história e sua identidade, ou seja, aceitam aquilo como parte de sua herança e, como tal, acabam por temer a perda dessa herança pela passagem do tempo.

Entretanto, ao passo que assimilam a perda de seus referenciais, acabam por internalizar aquela memória indissociavelmente a própria lembrança pessoal.

Para finalizar, os dois últimos gráficos se configuram por serem um balizamento para compreender a capacidade de usar as antigas estruturas da Base Aérea de Amapá como material didático. Em síntese, busquei compreender de que forma a experiência com a Base Aérea de Amapá pode ser motivadora e instigadora para os discentes, levando-os ao interesse à pesquisa. Nos dois gráficos a seguir, temos os dados de respostas dos alunos, sobre esses questionamentos:



Assim é que o gráfico 6 nos mostra que os que declararam mais vontade e estímulos em buscar informações após a ida ao Museu constituem 67,7% dos entrevistados. Isso é bem significante para compreensão e apostar no uso dos Museus como ferramenta metodológica para o Ensino de História, com a finalidade de cativar a atenção de alunos, e também melhorar o ensino e aprendizagens históricas dos discentes.



Corroborando, nesse último gráfico, reafirma-se a possibilidade de usar estímulos para que o aluno chegue a um patamar de buscador de informações completivas. O percentual de 55,20% de entrevistados assumindo que buscaram informações para além das informações repassadas pelo professor, é uma aposta que precisa ser considerada como uma opção de melhoria para o Ensino de História.

As informações nascidas dessa pesquisa foram relevantes para balizar qualquer ação proativa em relação ao Museu do município como ferramenta metodológica no Ensino de História. Ela permitiu perceber que nas respostas dos discentes, há uma noção geral de conhecer, cuidar e preservar aquelas estruturas originárias da Segunda Guerra Mundial, pois são espaços que contam a história do lugar mais íntimo e próximo da realidade dos alunos. Ao propor a abordagem do tema na sala de aula, a Escola Estadual Vidal de Negreiros visa sanar a invisibilidade histórica que é tratada dentro do Ensino de História, além de almejarem tomadas de decisão de seus alunos.

De maneira geral professores vêm sendo mais desafiados a promoverem aulas motivadoras, através das quais o aluno seja instigado a buscar mais conhecimentos a partir da escola. O professor de História vem realizando experiências inovadoras em seu cotidiano docente, desafiado diariamente a desenvolver práticas metodológicas mais instigantes, as quais possam despertar nos discentes um maior interesse para com o conhecimento histórico escolar. Assim, espera-se que percebam a importância da disciplina em seu cotidiano, bem como que os professores busquem cada vez mais despertar a curiosidade quanto aos estudos históricos.

Nesta tentativa de motivar os alunos, tem-se debatido o uso significativo dos Museus e outros espaços de memória como elementos contribuintes para um Ensino de História de melhor qualidade, mais motivador e que supere a abordagem tradicional da História, pois, esses espaços devem ser considerados detentores das memórias sociais. O uso de Museus para o Ensino de História pode se tornar relevante, mas é preciso que se avance do seu caráter contemplativo como é comum perceber nas já rotineiras “idas aos Museus,” promovidas pelas escolas, deixando de lado uma potencialidade de possibilidades se “olhado” mais criticamente.

Compreende-se que aproveitar a História da Base Aérea de Amapá e valorizando suas memórias nas instituições de ensino do Amapá pode levar à mudança do quadro de desconhecimento e a ignorância histórica acerca do patrimônio local. Também ressalto que, ao ser abordado o tema da Segunda Guerra Mundial, este deve ser tomado como uma oportunidade de demonstrar ao aluno que a História é feita por pessoas simples e desconhecidas. Sendo assim, é primordial um ensino de História escolar pautado em metodologias que possibilitem a inserção crítica de memórias, inclusive os patrimônios locais, para que assim se garanta a valorização da História Local.

Sabe-se da falta de compromisso governamental com os patrimônios históricos culturais, fruto do descaso com a “coisa pública” e da concepção histórica de que o passado seria algo acabado e longe da realidade. Contrariamente a isso, afirmo que a História Local oportuniza que vozes marginalizadas sejam ouvidas por meio de um Ensino de História, que considere o patrimônio cultural e suas memórias como elemento essencial para a formação de alunos críticos e consequentemente, cidadãos conscientes. Nesse cenário, os professores têm a responsabilidade de ensinar uma História que inclua o discente, pois somente assim o Ensino de História vai adquirir o caráter de aprendizagem histórica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa, fruto final do Mestrado em Ensino de História, tornou-se uma oportunidade de pensar uma prática já bastante observada pelos professores de História pelo país, que se trata do uso das memórias em Museus como atrativos ao aprendizado dos conteúdos ministrados nas aulas. Ao longo desses dois anos de investigação, e estimulado pela existência de um Museu histórico importante no Estado do Amapá, questionei-me sobre a possibilidade do Ensino escolar na cidade de Amapá/AP, possuir condições mais favoráveis para a implementação de novas perspectivas de abordagens históricas na educação escolar.

O Museu existente no município em questão – Museu da Base Aérea de Amapá –, resultou de uma proposta surgida na década de 1990, capitaneada pelo Governo do Estado do Amapá, que visualizava aquele local como um corredor de oportunidades turísticas para região. Nesse ínterim, o Governo buscava incentivar a valorização daquele patrimônio histórico, herança da presença dos Estados Unidos na região e que fora construído e equipado para servir de base de apoio aeronaval dos países Aliados, no confronto mundial ocorrido no fim da primeira metade do século XX. Conforme citado no presente estudo, a saliência nortista brasileira era estratégica para conter as incursões e pretensões nazistas fascistas no litoral do oceano atlântico e em todo o continente americano, durante o desenrolar da Segunda Guerra Mundial.

Desde o momento inicial da pesquisa já havia a noção das condições precárias de funcionamento do Museu da Base Aérea de Amapá atualmente. Sua ativação como local de preservação da memória dos tempos da Segunda Guerra Mundial neste rincão brasileiro, não foi suficiente para resguardar as estruturas dessa antiga Base Aérea, que foi transformada em exposição a céu aberto. Pude então confirmar que a instalação da exposição museológica não garantiu a capacitação de uma equipe local especializada, apta a realizar ações educativas em museologia, que somada a outros fatores de ordem administrativa, geraram entraves na sua execução plena, culminando com o abandono físico e a consequente desativação. Nos últimos 4 anos, entretanto, tímidas atitudes, advindas da Secretaria Estadual de Cultura do Amapá, vem sendo adotadas, com o intuito de reverter esse quadro de abandono. A título de exemplo dessa esparsa ação, cito a existência de uma gerencia do Museu, mesmo estando ele desativado.

É de se considerar que as adversidades presentes na constituição e funcionamento desse Museu, constituem-se como implicadores para que práticas do Ensino de História efetivadas por memórias (sendo nesse caso, memórias em Museus) sejam efetivadas. Esse

debate ocorre justamente no momento em que as reflexões sobre memórias ganham importância no cenário das metodologias de Ensino de História, pois advoga-se que essas memórias permitem que o ensino escolar seja mais significativo, plural e menos exclusivista.

Dessa forma, mesmo ciente da condição pouco provável de que o Museu da Base Aérea de Amapá oferte possibilidades de ensino e aprendizagem histórica aos estudantes, aposta-se em refletir sobre o mesmo pela necessidade de se buscar mecanismos em que o ensino escolar de História supere seu caráter linear, personificado em heróis/líderes e seus grandes feitos de guerras, fatores que embora já combatidos, ainda estão presentes nas práticas corriqueiras de profissionais docentes de História nos espaços escolares formais de educação.

Mas, se por um lado, a existência do Museu da Base Aérea em Amapá é uma potencial possibilidade ao exercício de utilizar outras alternativas que se diferenciam das tradicionais abordagens, por outro lado é sempre bom ressaltar que o pensar e o refletir dessas práticas educacionais, ancoradas pela comunicação museológica, devem primar pelo “olhar” crítico em relação ao que é exposto no Museu, assim como também deve considerar os discursos que foram e são usados para escolha do que se quer mostrar/expor ao público visitante. Em outras palavras, o professor que se propõe a ensinar História por meio de Museus, deve proporcionar a “alfabetização” dos discentes nesses espaços não-formais.

É inegável que o Museu da Base Aérea de Amapá dever ser considerado um marco de memórias e um patrimônio histórico e que a educação desenvolvida no município de Amapá tem consciência de sua importância, especialmente no que tange à revalorização do próprio município. Isso se mostra como aspecto positivo, pois no campo da preservação de bens patrimoniais, a educação é parte indissociável para que esse processo transcorra em imperturbabilidade. Nesse sentido é que foi pensada a observação realizada na Escola Estadual Vidal de Negreiros em Amapá-AP, procurando compreender como se dava a relação do Ensino de História frente aquele patrimônio histórico em acentuado processo de abandono e esquecimento. Ressaltando que àquela comunidade escolar possui um Museu que se reportava sobre o conflito bélico de maior repercussão do século XX, e que, portanto, reunia condições favoráveis para que elementos regionais fossem adicionados em uma temática da conhecida História Geral, algo que é preconizado pelas orientações curriculares vigente no País.

O início da pesquisa marcou a construção de uma perspectiva reflexiva de que o Ensino de História na referida escola-campo, não usaria/valorizava as estruturas da Base Aérea de Amapá ao abordar o tema da Segunda Guerra Mundial em seus espaços escolares.

Essa hipótese foi, contudo, refutada, já nas primeiras incursões investigativas no campo de pesquisa, pois a Escola Estadual Vidal de Negreiros, mostrou-se ciente de que a Base Aérea de Amapá é um patrimônio de importância histórica para a região, e assim, tanto a direção como professores lotados naquela unidade escolar procuravam realizar atividades sobre a temática. Cabe lembrar que os esforços para se apropriar do conhecimento contido sobre a Base Aérea de Amapá, por meio do ensino, não se resume a uma demanda advinda somente da disciplina de História em sua estrutura curricular, mas sim depende de ações integradas com professores de outras áreas, para que trabalhos focalizando os estudos sobre o conflito bélico das décadas de 1930 e 1940 sejam desenvolvidos de forma plena e efetiva.

Uma amostragem bem interessante do desenvolvimento de trabalhos escolares acerca da Base aérea de Amapá, pode ser visualizada nos questionários respondidos pelos alunos para essa investigação. Nas respostas entregues, é perceptível que os mesmos demonstram apreender conceitos-chaves sobre patrimônio histórico, preservação, conservação e importância de memórias em Museus, além de ressaltarem em sua maioria preocupações acerca da perda desses patrimônios históricos.

Contudo, apesar dos esforços empenhados por professores e pela escola pesquisada, não se pode deixar de reconhecer que a relação mantida pelo Ensino de História junto às estruturas do Museu da Base Aérea de Amapá, necessite de ajustes efetivos para que se potencializem ações educacionais mais significativas. Sem analisar as questões de ordem financeira e de recursos humanos necessários quando o professor decide fazer uso de Museus, ainda é preciso que tanto escolas como a entidade museológica estejam preparadas para lidar com essa forma de ensino e aprendizagem, bem como devem ter a consciência que os espaços não-formais, como é o caso dos museus, constituem espaços de aprender, mas com objetivos e métodos distintos pela sua condição diferente.

Assim é que os esforços do Ensino de História em Amapá-AP, no que consiste a proporcionar discussões sobre o tema da Segunda Guerra Mundial com viés do aspecto regional, são prejudicadas pelas barreiras impostas ao conhecimento científico. Os docentes alegam a escassez de documentos históricos e pesquisas como motivos para a dificuldade de problematizar o assunto em questão com a realidade regional. Isso prejudica qualquer medida tomada no sentido de promover aulas que não estejam pautadas pela visão hegemônica do conflito bélico mundial de 1940. Dessa maneira, estabelecer conexões entre o saber científico e as escolas é primordial para que as atividades que envolvam a educação por meio de Museus sejam efetivadas. No caso específico do Museu da Base Aérea de Amapá se faz necessário que as pesquisas sejam aprofundadas, para que o Museu apresente um caráter

local, deixando de possuir uma narrativa histórica que corrobora com a visão eurocêntrica de sua constituição, descrita inclusive no título original que lhe foi denominado: Museu a Céu aberto da Segunda Guerra Mundial.

Ao assumir uma narrativa museológica que realça a visão eurocêntrica da Segunda Guerra Mundial, o Museu da Base Aérea de Amapá se distancia da possibilidade de possuir uma narrativa histórica regional sobre a Segunda Guerra Mundial que valorizasse as memórias e experiências íntimas de seus moradores. A construção de uma narrativa privilegiando a participação de pessoas da localidade em um evento histórico mundial, é mais propícia de despertar o lado emocional entre os moradores. Contudo, volta-se a ponto de se necessitar de mais pesquisas sobre o tema.

A Educação, no que se refere à formação de professores sensíveis a causa patrimonial de bens históricos, como é o caso do Base Aérea de Amapá, e ao Ensino de História ancorado nas práticas educativas em Museus, é um caminho promissor de transmissão de bens culturais. Para tanto, Museus e escolas, necessitam estimular estratégias de ensino que ajudem a corroborar com a produção de identidades por meio de memórias, cientes de que mais do que o simples reconhecimento de patrimônios históricos, o mais importante é criar condições para que se reflita sobre como são construídas e para que e quem são construídas, lembradas ou esquecidas.

O Ensino de História na cidade de Amapá-AP, em muito pode se beneficiar de seu patrimônio histórico e a proposta dessa dissertação constitui um esforço no sentido de colaborar para que os alunos possam se enxergar como agentes históricos, se abstendo da visão simplista de que a História é escrita somente pelos atos de grandes personagens históricos, como generais, presidentes, dentre outros. É possível escrever uma História por ângulos e lentes mais focadas em memórias de personagens corriqueiros dos espaços locais.

Ademais, frente ao que foi exposto anteriormente, da necessidade do conhecimento científico retornar para as comunidades das quais serviram como fontes de estudos, possibilitando que o Museu da Base Aérea de Amapá se efetive como uma alternativa que melhore o Ensino de História, essa dissertação é integrada por uma parte propositiva voltada para o trabalho docente. Tratasse de um catálogo contendo iconografias da Base Aérea de Amapá, trazendo algumas experiências de práticas já desenvolvidas e sugerindo outras atividades possíveis ainda de serem realizadas por docentes da Educação Básica.

REFERÊNCIAS

Fontes Primárias

GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ. **Base Aérea de Amapá. Relatório de Viagem.** Macapá, 1997.

_____. **Base Aérea de Amapá. Relatório de Viagem.** Macapá, 1998.

_____. **Base Aérea de Amapá. Relatório de atividades do Museu da base aérea de Amapá- Abril/Dezembro.** Macapá, 1998.

_____. **Base Aérea de Amapá. Relatório fotográfico.** Macapá, 1999.

Fontes Secundárias/Bibliografia

ABUD, K. et tal. **Ensino de História.** São Paulo: Cengage Learning. 2013.

ABUD, K. O ensino de História como fator de coesão nacional: os programas de 1931. **Revista Brasileira de História, Dossiê Memória, História, Historiografia. Dossiê Ensino de História,** São Paulo, p.160-71, 1993.

_____. Formação da Alma e do Caráter Nacional: Ensino de História na Era Vargas. **Revista Brasileira de História,** São Paulo, v. 18, n. 36, não paginado, 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881998000200006>. Acesso: 20/06/2018.

_____. A história nossa de cada dia: saber escolar e saber acadêmico na sala de aula. In: MONTEIRO, A. M. F. C.; GASparello, A. M.; MAGALHÃES, M. de S. (org.) **Ensino de História: Sujeitos, saberes e práticas.** Rio de Janeiro: FAPERJ, 2007. p. 107-118.

ABREU, R. O Paradigma evolucionista e o Museu Histórico Nacional. In: **Anais do Museu Histórico Nacional.** V.27.p 7-19. Ano 1995.

ALVES, V. O Brasil e a Segunda Guerra Mundial: história de um envolvimento forçado.
Rio de Janeiro: Loyola, 2002.

ALVES JR, A. Discursos Americanos de cooperação no contexto da 2^a Guerra Mundial. 1^aed.multifoco.2014.

AMAPÁ. Lei Orgânica do Município de Amapá. **Diário Oficial do Município**, Poder Legislativo, Amapá, AP, novembro de 2003, p. 24. Disponível em: <https://editor.apapa.gov.br/arquivos_portais/publicacoes/PMA_ff289eb7a2d48c313162848b38b9df82.pdf>. Acesso: 10/07/2015.

BITTENCOURT, C. Os Confrontos de uma disciplina escolar: da História Sagrada à História profana. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 13, n. 25/26, p.193-221, Set. 92/Ag 93.

_____. **Ensino de História: Fundamentos e métodos.** São Paulo: Cortez, 2008.

_____. (Org.). **O saber Histórico na sala de aula.** 12^a ed. São Paulo: Contexto, 2015.

BRASIL. Decreto Nº 84.914, de 16 de julho de 1980. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 16 de julho de 1980, Seção 1, Página 14258.

_____. Constituição de 1988 - Constituição da República Federativa do Brasil. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 05 de outubro de 1988, Seção 1, Página 1.

_____. **Parâmetros curriculares nacionais: história/ Secretaria de Educação Fundamental.** Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/pcn_5a8_historia.pdf>. Acesso em: 14/07/2018.

_____. **Base Nacional Comum Curricular – versão final.** Brasília: MEC, 2018. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/bncc-20dez-site.pdf>>. Acesso em: 14/07/2018.

CAMPOS, V. **Elementos de museologia.** História dos Museus. 1 vol. São Paulo: Tipografia Santa Rita, 1965.

CARR, E. H. **Vinte anos de crise. 1919-1939.** Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2001.

CAVLAK, I.; GRANGER, S. Entre criação do Amapá e intercâmbios econômicos, as consequências da Segunda Guerra Mundial nas relações entre o Brasil e a Guiana Francesa. **Fronteiras & Debates**, Macapá, v. 1, n. 1, p. 67-80, 2014.

CEZAR, T. Lição sobre a escrita da História. Historiografia e nação no Brasil do século XIX. **Diálogos**, DHI/UEM, v. 8, n. 1, p. 11-29, 2004.

CORREA, A. **Segunda Guerra Mundial: As implicações sociais da Implantação e funcionamento de uma base aérea norte-americana no Amapá**. Monografia (Especialização em História), Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Minas Gerais, p. 66, 2009.

COSTA, G. **A cidade e o ensino de história: patrimônio, Museus e história local**. Dissertação (Mestrado Profissional de Ensino de História), Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, p. 146, 2016.

DOS SANTOS, M. Museus brasileiros e política cultural. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 19, n. 55, p. 53-73, 2004. Disponível em: Acesso em: 23/06/2018.

ESCOLA ESTADUAL VIDAL DE NEGREIROS. **Ofício - Histórico Escolar**. Amapá: Escola Estadual Vidal de Negreiros, 2018.

FONSECA, T. Capítulo III – Exaltar a pátria ou formar cidadão. In: _____. **História e Ensino de História**. 2ª edição, I reimpressão. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. p. 37-89.

FREITAS NETO, J. A transversalidade e a renovação no ensino de história. In: KARNAL, L (org.). **História na sala de aula**. São Paulo: Editora Contexto, 2007. p. 57-74.

GARFIELD, S. A Amazônia no imaginário norte-americano em tempo de guerra. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, vol. 29 n. 57, p. 19-55, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbh/v29n57/a02v2957.pdf>>. Acesso em: 08/07/2018.

GOMES, A. (org.). **A Invenção do Trabalhismo**. Rio de Janeiro: ED. IUPERJ, 1988.

GUIMARÃES, S. **Didática e prática de ensino de história: Experiências, reflexões e aprendizados**. 8ª edição. Campinas, SP: Papirus Editora, 2003.

_____. **Caminhos da história ensinada.** 13^a edição. São Paulo: Papirus Editora, 2015.

HOBSBAWM, E. A era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HORTA, M.; GRUNBERG, E.; MONTEIRO, A. Guia básico de Educação Patrimonial. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)/Museu Imperial, 1999. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/temp/guia_educacao_patrimonial.pdf.pdf>. Acesso em: 21/06/2018.

HARTOG, F. Tempo e patrimônio. Varia História. Vol.22 nº 36: P. 261-273,2006.

KNACK, E. Roberto Jordao. História, Ensino e Pesquisa em Museus: uma experiência no museu histórico regional. Aedos nº 12, Vol.5.2013.

ICOM. International Council of Museums Statutes – approved in Vienna (Austria), August 24, 2007. p. 1-15. Disponível em: <http://icom.Museum/fileadmin/user_upload/pdf/Statuts/statutes_eng.pdf>. Acesso em: 24/01/2018.

JULIÃO, L. Apontamentos sobre a história do Museu. In: **Caderno de Diretrizes Museológicas.** Brasília: MinC/Iphan/Departamento de Museus e Centros Culturais; Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura/Superintendência de Museus, 2006, p. 19-32. Disponível em: <http://www.cultura.mg.gov.br/arquivos/Museus/File/cadernodiretrizes/cadernodiretrizes_segundaparte.pdf>. Acesso em: 29/09/2017.

LARA FILHO, D. Museu: de espelho do mundo a espaço relacional. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação), Universidade de São Paulo, São Paulo, p. 139, 2006. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-30112006-105557/pt-br.php>>. Acesso em: 12/07/2018.

LEOPOLDI, M. A economia política do primeiro governo Vargas (1930-1945): a política econômica em tempos de turbulência. In: **FERREIRA, J.; DELGADO, L. O Brasil Republicano.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 241-281.

LE GOFF, J. História e memória. SP: Editora da Unicamp, 2003.

LOBATO, S. A Cidade dos Trabalhadores: insegurança estrutural e táticas de sobrevivência em Macapá (1944-1964). Tese (Doutorado em História), Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, p. 238, 2013. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-02102013-131130/pt-br.php>>. Acesso: 08/07/2018.

_____. Federalização da fronteira: A criação e o primeiro governo do Amapá (1930-1956). **Revista Territórios & Fronteiras**, Cuiabá, vol. 7, n. 1, p. 272-286, jan./jun. 2014.

MARTINELLO, P. **A batalha da borracha na segunda guerra mundial e suas consequências para o vale amazônico**. Tese (Doutorado em História Econômica), Universidade de São Paulo, São Paulo, p. 368, 1985.

MENDES, J. O papel educativo dos Museus: evolução histórica e tendências actuais. **Revista Disdakalia**, Lisboa, v. 029, fasc. 1 e 2, p. 667-692, 1999. Disponível em: <<https://repositorio.ucp.pt/handle/10400.14/5122>>. Acesso em: 12/07/2018.

MOURA, G. **Autonomia na dependência – A política externa brasileira de 1935 a 1942**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

NADAI, E. O ensino de história no Brasil: trajetória e perspectiva. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 13, n. 25/26, p. 144-162, 1993.

NORA, P. Entre memória e história – a problemática dos lugares. Traduzido por Yara Khoury. **Prof. História**, São Paulo, v. 10, p. 7-28, dez./1993. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101/8763>>. Acesso em: 30/10/2017.

NUNES FILHO, E. A base aeronaval norte-americana do Amapá-Brasil pós-Segunda Guerra Mundial. **Revista Portuguesa de História**, Coimbra, n. 45, p. 299-323, 2014. Disponível em <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5103998>>. Acesso em: 30/09/2016.

OLIVEIRA, J. Museus de Arte em metamorfoses. Macapá:Unifap,2014.

OVERY, R. Total War II – The Second World War. In: TOWNSHEND, C. (org.). **The Oxford History of Modern War**. Reino Unido: Oxford University Press, 2000. p. 138-157.

PAIXÃO, F. **A sombra da Segunda Guerra Mundial chega a Amazônia**. 2009, Não paginado. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/artigos/a-sombra-da-segunda-guerra-mundial-alcanca-a-amazonia/30199/#ixzz4L7l1aN3H>>. Acesso em: 21/03/2017.

PANDOLFI, D. Os anos de 1930: as incertezas do regime. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. **O Brasil Republicano**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 15-37.

PEREIRA, M. **Senta a pua! Resiliência em ambiente de aviação: a experiência do grupo de aviação de caça do Brasil na segunda guerra mundial**. Tese (Doutorado em Psicologia). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, p. 386. 2007. Disponível em: <<https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/15644/1/Maria%20Luiza%20Pigini%20Santiago%20Pereira.pdf>>. Acesso em: 08/07/2018.

PERES, M. **Produção de material didático-pedagógico para a valorização do patrimônio histórico e cultural de Tupanciretã.** Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História), Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, p. 31, 2016.

PIERUCCI, A. et al. **O Brasil Republicano, v. 11: economia e cultura (1930-1964).** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

PAIM, E. e GUIMARAES, M. **História, Cultura e Patrimônios regionais: construindo e registrando saberes e práticas.** IN: GIL, Carmen Zeli de Vargas e TRINDADE, Rhuan Targino Zaleski. Patrimônio Cultural e Ensino de História, RS, Edelbra,2014.

POLLAK, M. **Memórias, esquecimento, silêncio.** Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro: Ed UFRJ, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

POLLAK, Michael. **Memória e identidade social.** Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro: Ed UFRJ, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

PONTES, C. **A guerra no inferno verde: segundo ciclo da borracha, o front da Amazônia e os soldados da borracha.** Rewieu articles. vol.2 nº 1, p.56-67,2015.

RAMOS, F. **A danação do objeto: o museu no Ensino História.** 6^a ed. Chapecó: Argos, 2004.

RIOS, K.; RAMOS, F. O cultivo da lembrança no multiculturalismo: além da memória, mas aquém da história. In: FUNES, E.; LOPES, F.; RIBARD, F.; RIOS, K. **África, Brasil, Portugal. História e ensino de história.** Fortaleza: Editora da UFC/Expressão Gráfica e Editora, 2010, p. 216-228.

ROUSSO, H. A memória não é mais o que era. IN: AMADO, Janaina e FERREIRA, Marieta de Moraes. Usos e Abusos da Historia oral. RJ. FGV,2006.

SANTOS, F. **História do Amapá.** 6^a ed. Macapá: Editora Valcán, 2001.

_____. **História do Amapá- da autonomia territorial ao janarismo-1943-1970.** Macapá: Grafinorte, 2006.

SARNEY, J.; COSTA, P. **Amapá: a terra onde o Brasil começa.** Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 1999.

SEITENFUS, R.A.S. **O Brasil de Getúlio Vargas e a formação dos blocos: o processo do alinhamento brasileiro na Segunda Guerra Mundial.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1985.

SELANO, A. **O Museu escolar e reflexões históricas: usos e apropriações da memória no Instituto de Educação Governador Roberto Silveira.** Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História), Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, p. 101, 2016.

SILVA, M. Da “**O território imaginado”: Amapá, de território à autonomia política (1943-1988).** Tese (Doutorado em História), Universidade de Brasília, Brasília, p. 379, 2017. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/23698/1/2017_MauraLealdaSilva.pdf>. Acesso em: 09/07/2018.

SILVA, H. **1942 – Guerra no Continente.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

SILVA, M.; FONSECA, S. Ensino de história hoje: errâncias, conquistas e perdas. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 31, nº 60, p. 11-31, 2010.

SORATO, D. **Silêncios que falam, palavras que nada explicam: as narrativas históricas comparadas sobre a Questão do Amapá.** Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) – Universidade Federal do Amapá, Macapá, p. 140, 2018.

SOUZA, M. **Pássaros maquinas no Céu do Amapá.** Macapá: Cassilda Barreto, 2000.

SUANO, M. **O que é Museu.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1986. Disponível em: <https://www.academia.edu/19309484/O_que_%C3%A9_Museu_1986_>. Acesso em: 30/07/2017.

TAYLOR, A.J.P. **A Segunda Guerra Mundial.** Rio de Janeiro: Zahar, 1963.

TOTA, A.P. **O imperialismo Sedutor. A americanização do Brasil na época da Segunda Guerra Mundial.** São Paulo: Cia. das Letras, 2003.

VIEIRA, G. O Museu como lugar de memória: o conceito em uma perspectiva histórica. **Revista Mosaico**, v. 8, n. 12, p. 139-162, 2017. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/mosaico/article/view/65900/66865>>. Acesso em: 20/12/2017.

UNESCO. **Convenção para a proteção do patrimônio mundial, cultural e natural – Conferência geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.** Paris: UNESCO, 1972. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001333/133369por.pdf>>. Acesso em: 22/06/2018.

ZAMBONI, E. Digressões sobre a educação e o ensino de história no século XXI. **História & Ensino**, Londrina, v. 11, p. 7-23, jul./2005.

APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO DE ENTREVISTA

Questionário da pesquisa

Memórias de um Museu em esquecimento: a Base Aérea de Amapá e o Ensino de História

Favor marcar com um **X** somente em uma única resposta que melhor se apresente para você.

1. Conhece a Base Aérea de Amapá?

Sim Não

2. Já visitou o Museu da Base Aérea de Amapá?

<input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> 1 vez, por conta própria	<input type="checkbox"/> + 1 vez por conta própria
<input type="checkbox"/> 1 vez, pela escola	<input type="checkbox"/> Mais de 1 vez, pela escola	

3. Sabendo que a Base aérea de Amapá guarda parte da História amapaense, a preservação do local é:

<input type="checkbox"/> De qualidade	<input type="checkbox"/> De boa qualidade	<input type="checkbox"/> De muito boa qualidade
<input type="checkbox"/> Precisa ser melhor	<input type="checkbox"/> É suficiente	<input type="checkbox"/> É insuficiente

4. O que o Museu mostra:

<input type="checkbox"/> Coisas Novas	<input type="checkbox"/> Coisas Velhas	<input type="checkbox"/> Coisas Importantes
<input type="checkbox"/> Coisas Interessantes	<input type="checkbox"/> Coisas Curiosas	Outro: _____

5. O que te chamou mais atenção no Museu da base aérea de amapá:

<input type="checkbox"/> A pista	<input type="checkbox"/> A torre	<input type="checkbox"/> As casas ainda no local
<input type="checkbox"/> O edifício sede	<input type="checkbox"/> As ruínas	Outro: _____

6. Você se sentiu mais incentivado/ interessado por História, pela visita que fez ao museu da base aérea a gostar mais de História?

Sim

Não

7. Sua visita ao museu fez você buscar explicações sobre a II Guerra mundial?

Sim

Não

8. Você já tinha ouvido falar que a segunda guerra mundial também reservou ao Amapá uma participação através da base aérea?

Sim

Não

9. Qual a sua opinião sobre a importância do Museu da Base Aérea para aprender a História do Amapá durante a Segunda Guerra Mundial?

10. Escreva o que você já ouviu de seus responsáveis sobre a Base Aérea do Amapá?

APÊNDICE B - ENTREVISTAS E DEPOIMENTOS ORAIS

ENTREVISTA 01

ENTREVISTADO: Ilka Morais Sarmento (Professora e moradora da Escola da Base Aérea).

LOCAL/DATA: Escola Estadual Vidal de Negreiros, 16/05/2018.

PROJETO DE PESQUISA: Memórias de um Museu em Esquecimento- A Base Aérea de Amapá e o Ensino de História. **TRANSCRIÇÃO:** Arleno Amoras. **DATA:** 15/06/ 2018.

Trabalhei na Escola da Base Aérea a parti de 1988, trabalhei 3 anos lá trabalhei em 88,89, 90, no final dos anos 90 eu vim para cá... na época que eu trabalhei... tinha bastante gente da época da Segunda Guerra lá, tinha bastante pessoas idosas. A família Assunção ainda morava lá, o seu Nenê com esposa e seu Paulo com Angelita, seu Paulo Assunção com a dona Angelita que eram uma daquelas famílias que moravam lá no Carapeta que era o vilarejo. Eles contavam muita coisa pra gente que...a Base Aérea era tipo um quartel para cá, onde está hoje os barracos e eles tinham que morar retirados, nesse lugar hoje que a gente chama, até hoje, Carapeta... por isso que tem as estradinhas, que tem as mangueiras antigas, tudo dos moradores antigos. Eles contavam muita coisa bonita ... diziam que, tem um barraco lá...que hoje mora um senhor, um rapaz chamado Dario, digo o filho do seu Dário, pois esse já morreu... que afirmava que tem uma banheira dentro de um prédio... que diziam eles, os moradores antigos que quando os soldados vinham, que traziam algum soldado morto eles lavavam dentro da banheira (risos). Eles diziam que isso acontecia. E tinha muitos alunos, bastante famílias e naquela época também, a época que eu trabalhei lá ...os aviões de grande porte eles ainda pousavam ali ... tinha a COMARA que vinha trazer material pra eles ... tinha um pessoal da FAB que estava muito presente na Base Aérea... então...eles ainda pousavam, os alunos iam para lá pedi alimentos...lá pelo porto e tudo mais e depois que foi que eles deixaram de virem, ficou só vindo aquele avião de pequeno porte da FAB... que vinha trazer dinheiro pro banco, a senhora lembra Prof. Aurea? Que vinha trazer dinheiro pro banco vinha trazer as coisas que era pra ... facilitava para ele chegar mais rápido aqui para nós e também eles vinham buscar pessoas que adoeciam né ... o meu marido ele pegou duas caronas num búfalo pra Belém ... Antes eles traziam fatores... só que eles levaram depois ... eles levaram todos esses materiais... eles levaram. O que faltou mesmo para a Base Aérea eu acho que foi conservação da nossa parte, eu digo nossa por que eu sou amapaense... da própria comunidade zelar...que até naquela época a gente ainda tinha os ... grandes vultos, como o pai da professora (referindo-se a prof. Aurea), como outros e outros que podiam, e a gente poderia

ter construído uma História, não é professora? ouvindo e construindo uma história com eles, guardando a memória. – interlocutor: E a criação do museu a senhora não acha que incentivou para isso? - Olha, o museu eu até fiquei feliz na época. Mas como a gente diz ... falta, as vezes, estímulos pra gente. Tem que correr atrás ...aí entra governo, sai governo e aí, a gente percebe que falta mesmo é um estímulo para as pessoas uma valorização de fato do acontecido, Por que a nossa Base Aérea ela é esquecida se a gente não abrir os olhos a gente vai perder toda a História por que daquela época tem um senhor antigo que é o seu Martinho que mora bem aqui atrás (da escola) ... que ainda tem terreno lá no Amapá grandes,[terreno] dos Miras, que era o rio aonde vinha os barcos deles, e que até hoje tem lá...e que não dar para gente ir amanhã por que fica a 12 km da Base Aérea até chegar lá nessa beira desse rio onde tem uma balsa, da época da guerra... ela que transportava o material de construção para fazer aqueles barracos, cimento, essas telhas grossas que até hoje ainda tem barraco construído desse material dos americanos....tinha uma pessoa que sabia contar muito coisa que era a dona bete que morreu ... já com um mês ou dois.

ENTREVISTA 02

ENTREVISTADO: Maria Clara Santos (Professora de História da E.E. Vidal de Negreiros).

LOCAL/DATA: Escola Estadual Vidal de Negreiros, 18/05/2018. PROJETO DE

PESQUISA: Memórias de um Museu em Esquecimento- A Base Aérea de Amapá e o Ensino de História. TRANSCRIÇÃO: Arleno Amoras Correa. DATA: 15 /06/ 2018.

1 - O Museu da Base Aérea de Amapá é considerado um bom suporte para professores que desejam trabalhar a temática da segunda guerra mundial. Como tem sido sua experiência docente nesse sentido?

Sem dúvida, o museu é um ótimo suporte, pois retrata o contexto histórico, que é a segunda guerra mundial. Nada melhor que um monumento para poder se observar, enquanto a aula é ministrada. É muito mais proveitoso, pois se aprende na prática.

2 - Qual sua opinião para explicar o processo de abandono e esquecimento por qual passa o museu da Base aérea de Amapá, tanto no ensino de história, como também, de modo geral pela população?

De acordo com a segunda pergunta, o descaso por parte da administração pública com relação ao monumento é preocupante, pois a cada ano que passa, o monumento fica ainda mais no esquecimento, está completamente depredado, tanto pela ação do tempo quanto pelos próprios moradores do entorno, e isso é muito preocupante, pois se nada for feito daqui há alguns anos nada mais existirá no lugar.

3 - Que facilidades o Ensino de História possui quando este pode contar com os patrimônios históricos próximos aos alunos?

E a terceira pergunta, sem dúvida a aula se torna muito mais proveitosa, quando se está presenciando uma foto ... uma imagem e uma base como é o caso do monumento que está localizado nessa comunidade.

4 - Que dificuldades apontaria para que o ensino de história apoiado pelo museu da Base Aérea fosse mais eficaz?

E quarta pergunta é com certeza o ensino de história seria mais eficaz, principalmente sobre... quando se fala de segunda guerra mundial, mas para isso os alunos precisariam ter um suporte para se localizarem [deslocarem] até lá. Por que a base fica muito longe do município então para muitos alunos, para a maioria dos alunos é difícil se dirigirem até lá por falta de

transporte público, então se tivesse esse suporte da própria comunidade, dos órgãos públicos, da própria secretaria de educação então sem dúvida alguma... se falando de segunda guerra mundial, nossa! seria muito mais proveitoso o aluno estando lá, para presenciar melhor, enquanto a aula é ... como é que falo? É ministrada com certeza. O município de Amapá é rico, principalmente se relatando desse contexto histórico, mas se não tiver como levar o aluno lá, de nada adianta.

ENTREVISTA 03

ENTREVISTADO: Maria Aurea dos Santos (Diretora da Escola Estadual Vidal de Negreiros). LOCAL/DATA: Escola Estadual Vidal de Negreiros, 16/05/2018 PROJETO DE PESQUISA: Memórias de um Museu em Esquecimento- A Base Aérea de Amapá e o Ensino de História. TRANSCRIÇÃO: Arleno Amoras Correa. DATA: 14 /06/ 2018.

1 - O que mais você lembra da Base Aérea de Amapá?

Professora Áurea - A coisa mais guardada pra mim é uma fala feita pelo seu (trecho inaudível) trabalhou lá, servindo os americanos... ele queria voltar a ouvir o barulho daquele grande balão a subir nos ares...é o que mais lembro dessa Base Aérea... e já estamos perdendo tudo! Estamos perdendo a Base e temos memórias muito esporádico. Ultimamente fecharam a pista de pouso de um dez anos para cá ou mais...

Professora Hilka: não... não foi no último mandato do Camilo agora ...foi 2011 ou 2012... eu fui lá com o padre Cisto na entrevista com o rapaz da INFRAERO que estava em desespero ele é até de...o nome dele é Judenilson.

Professora Áurea: Não eles fecharam o aeroporto, mas deixar de pousar foi depois de quebrarem o centro da pista que era o Jorge que (inaudível)

Professora Hilka: ah! é verdade...só pousava os pequenos aviões da FAB... vinha deixar os militares e aí, vinham buscar também...

Professora Aurea: E aí ele falava isso, que ele tinha muita vontade de voltar a ouvir aquele grande barulho do zepelim, de novo, dito por ele, que era um movimento muito grande.

2 - O Barulho era grande?

Professora Aurea: Muito grande ele disse que ... para ele, eles estavam acostumado, que eles moravam, eles conviviam lá com aqueles avião. E subia um avião descia outro...era uma pista de pouso... era uma pista de pouso muito bonita... realmente foi projetada para aviões de grande porte...sem conta os zepelins que tinham lá...

Senhor Miler (Gerente do Museu): por isso que dizem que, a molecada, quando viam os *Blimps* em cima, que não são zepelins essas maquinas, são BLIMPS, voando em cima ... “o seu” (trecho inaudível) falavam para as crianças, que... lá vem o charuto voador ... ele tinha assim um modelo de charuto mexicano né, ou cubano?

Professora Aurea: Isso, hurum! (Expressão concordando com a afirmação dita por Miler). Pois é professor... então é assim! você faça aí um bom trabalho...

3- Mas, na sua concepção, por que, que o projeto de museu não deu certo, não alavancou?

Professora Áurea: Tá! Eu vou falar...eu vou falar assim, tá! Eu acredito...que foi por falta de interesse de quem deveria contar a história... de quem deveria divulgar... que foram os professores que por aqui passaram, que formaram que estudaram História, que fizeram TCC maravilhosos... que representaram o Amapá, que tiraram nota 10... e eles foram os que deixaram morrer. Que me desculpem a ausência... os professores, [que] grandes historiadores que o Amapá teve, da nossa geração nesses últimos 20 anos. Então, quando o museu foi criado, o intuito do museu foi ser criado, mas para ser trabalhado pra ter ... não estou falando dessa nossa geração... por que ele foi criado não há muito tempo como museu a céu aberto... então assim ... os primeiros trabalhos [dos que estudaram], eles estudaram como você está estudando, se aprofundaram tanto que fizeram suas teses em cima disso, e eles contando a História, eles contavam uma história com tanta naturalidade, sem pegar em nem um papel que você ficava de boquiaberto. Então esses professores foram saindo daqui do estado foram saindo da escola do estado daqui no município foram galgando outros lugares... e ai com isso não teve mais aquela... aquela vontade de ser divulgado. O aluno, para ele pode aprender alguma coisa ele tem que ter alguém que conte...se não houver um interesse por parte... você está tendo um interesse, a professora Clara está acompanhando seu projeto ...mas eu que trabalho a 25 anos nessa escola eu ainda não tinha visto ninguém vim fazer um trabalho se não for acompanhado... vocês tem conhecimento?

Professora Hilka: Hein! professora... no ano de 2016 e 2017, o [professor] Frank tem feito um trabalho, é a História da Base Aérea no contexto geográfico. No ano passado eu tive a oportunidade de ir com os meninos...

Professora Áurea: Ah sim, foi! o Frank já, dessa nova geração ... não! eu estou falando depois disso, depois que foi montado o museu eu não vi!

Professora Hilka: A escola na verdade, eu percebi que a escola na verdade ...não estou falando em todas, mas as escolas num contexto, eles não valorizam, por que assim eu trabalhei 11 anos naquela escola ali. Eu não... eu tinha as fotos dos meus alunos eu não sei se

ainda tem uma ex - primeira dama que se chama professora Jacimar, viu, a filha dela foi minha aluna... nós fizemos um trabalho belíssimo, nós chegamos lá na hora que chegou o avião ... eles ficaram encantado era uma turma de segunda série das series iniciais ... Eu tinha todas essas fotos...junto com o filho de uma colega minha que e o Vilson... Só que molhou meu álbum, eu fiquei tão triste por que eu não salvei essas fotos... mas e assim pouco você vê... as escolas e os professores num contexto trabalharem a nossa realidade. Tem gente lá de fora, por exemplo, eu trabalho na igreja católica tem uns padres italianos que eles sabem mais da nossa História que a gente... por que eles se interessam, por que eles vão lá, por que eles pesquisam eles vão ... (inaudível) não eles vão lá buscar.... Eles vão lá buscar (inaudíveis)

Professora Áurea: Acho que o senhor percebeu a questão de ter um grave na hora de fazer essa parceria né? É essa disponibilidade, o senhor não percebeu? - as próprias escolas não tem o interesse de divulgar a Base aérea como uma cultura como o patrimônio, como um estudo eles não divulgam, nós não divulgamos, nós, as escolas como um todo ... Por que a gente vê que existem duas bases aéreas no Brasil, existe a nossa aqui e a de Parnamirim em Rio Grande do Norte. Se você for no Rio Grande do Norte... é um ponto turístico, entra recurso, todo mundo visita, você se ainda não foi vai ter a oportunidade e ela se mantém... Aqui a gente só espera pelo poder público e quando o poder público não dar... então hoje o poder público faz o que? só paga uma gerencia para manter, para que aquilo lá não fique fechado e não se leve o resto que tinha, por que grande peças de coleção levaram eu vi gente posando na internet, dizendo que era dele de um homem que tinha comprado, como que comprou se aquilo era do museu? e ninguém fez nada professor? nenhuma autoridade foi atrás para investigar para resgatar? Aí você chega hoje lá no museu e entende por que está desse jeito.

Professora Hilka – até a igreja de lá foi derrubada.

Professora Áurea: então assim, primeiro nós que somos os educadores, somos descompromissados com nossa própria História por que ia resgatar lá do nossos antepassados...então, quer dizer, são resgates do tempo do Cabralzinho, da História, entendeu? E a gente professor? a gente convive e não sabe, então somos nós que não buscamos.

Observação do autor: A finalidade era fazer um depoimento da Professora Aurea, atual gestora da Escola Estadual Vidal de Negreiros. Contudo, acabou virando um diálogo, entre os

que estavam presentes, por convite da mesma. Optei por não realizar interrupções nas falas pela expectativa de obter mais informações!

ENTREVISTA 04

ENTREVISTADO: **Miller do Socorro Lobato (Gerente do Museu da Base Aérea de Amapá)**. LOCAL/DATA: Edifício sede do Museu da Base Aérea de Amapá, 17/05/2018. PROJETO DE PESQUISA: Memórias de um Museu em Esquecimento- A Base Aérea de Amapá e o Ensino de História. TRANSCRIÇÃO: Arleno Amoras Correa. DATA: 15 /06/2018.

Entrevistador: O que você pode contar sobre o Museu da Base Aérea de Amapá? Como o avalia hoje?

Entrevistado: Bom ... é quando criaram o museu.... a céu aberto da base aérea... é.... cabo Alfredo fez um estudo muito profundo pra que chegasse a esse ponto de criar o museu ...até mesmo para... na questão de valorizar a história da base aérea que foi de suma importância pro município de Amapá' na época, na questão econômica... eu fiquei muito feliz em saber que... até mesmo eu como munícipe eu desconhecia a história da base aérea... até então não valorizava e depois que eu pude ir até a base aérea para ver ...para conhecer a história de perto eu fiquei maravilhado com ...com...tudo aquilo que a base aérea representa pro estado do amapá, pro brasil pro mundo... é ... sobre a guerra... sobre a segunda guerra mundial ... eles criaram como ponto estratégico aqui, a base aérea, que era a trincheira... amapá, natal e Guiana francesa...eles vinham via Amapá...muito mais rápido para chegar a África ne e isso ai quando eu passei a conhecer um pouquinho da história , foi que eu passei a valorizar e hoje eu digo pros amigos “ olha valoriza ... visite a base aérea” ai muitos dizem ah! mais lá não tem nada ...tem sim. Tudo aquilo que tem ali e história ... tudo aquilo que tem ali e riqueza ...tudo aquilo que tem ali ... Faz parte da cultura do estado... do município... então é ...quero dizer o seguinte fui convidado agora em 2015 para gerenciar ali aquele museu. Para mim que fui visitar antes lá como turista e hoje estou na gerencia para mim e uma grande satisfação mesmo com dificuldades que como vocês sabem... não é fácil administrar um local sem nenhum investimento ... mas mesmo assim o governador Waldez colocou a gente lá com esse desafio de melhorar acesso... cuidar um pouco dos acervos ... dos poucos acervos que a gente tem lá ...resgatar ainda algumas coisas e ai agente yai ai incumbido em correr atrás disso, em receber as pessoas que venham fazer visita ao museu, atender muito bem...acompanhar, explicar dentro do nosso conhecimento , tudo aquilo que a gente ouviu dizer, daquilo que temos para mostrar, eu fico feliz. E é além disso, aproveitar professor Amoras, eh... para lançar o convite para mais turmas da faculdade, até mesmo para a professora lá... que não

tinha conhecimento que existia uma gerencia...na verdade a gente está lá e só manter contatos a gente vai está a disposição. A gente vai está disponível ai para atender a qualquer momento ... e a pessoa se deslocar até da capital para vim até aqui conhecer um pouco da história ...enquanto eu estiver na gerencia ...sem nenhum problema ...vou estar à disposição para ir lá... levar ...acompanhar.....falar sobre aquilo... que é de suma importância para a história da base aérea para que enriqueça até mesmo o conhecimento que vocês estão buscando sistematizar eu fico feliz pelo senhor ter vindo se deslocado pela terceira vez ... eu vejo o seu esforço, de querer deixar a história morrer e ela não pode morrer por que se nos que estamos aqui ainda não cuidarmos ... o que que vai acontecer? Nosso s netos com certeza não vão conseguir vivenciar a história da base aérea. Só simplesmente as pessoas falaram ..olha aqui existiu e não vai ter mais nada para ... então e para esse motivo que eu tenho o compromisso de estar ali..com chuva ou sol ...eu estou ali na base aérea para atender ...sem nenhum problema...se você não me encontra lá... que a gente trabalha de manhã e de tarde ...no horário de meio dia mas meu telefone tá ai ...posso até passar aqui nessa entrevista é o 988082608, pode ligar para o gerente Miller, que está na gerencia, pois amanhã não sei ...mas enquanto estiver eu estarei à disposição de quem quer que seja...

ANEXO A - RELATÓRIO DE VIAGEM PARA IMPLANTAÇÃO DO MUSEU BASE AÉREA DE AMAPÁ – 1997

GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA INFRA-ESTRUTURA
FUNDAÇÃO ESTADUAL DE CULTURA - FUNDECAPA

BASE AÉREA DE AMAPÁ



RELATÓRIO DE VIAGEM

Macapá - 1997

Governo do Estado do Amapá
SEINF - FUNDECAP
Museu a Céu Aberto da 2ª Guerra Mundial
Base Aérea de Amapá - AP
Nº 01

ING. ALFREDO OLIVEIRA
Gabinete do Prefeito, Macapá - SEINF - FUNDECAP
SEINF



amapá



Um modelo de desenvolvimento sustentável

A sustainable development model

Un modèle de développement soutenable

O Amapá tem uma situação única entre todos os Estados da Amazônia. Só 1% de sua área de 140.276 km² foi desmatada. Assim, a floresta de mata firme, que ocupa 70% do território, conserva sua biodiversidade praticamente intacta.

O Estado tem também outra particularidade: por causa de sua localização privilegiada, extremo norte do Brasil, possui diferentes ecossistemas com características amazônica, guianense e oceânica. Isso se traduz em paisagens bem distintas como planícies, campos inundáveis, mangues, cerrados e florestas virgens.

Para preservar essa complexidade. O Estado, com um modelo de desenvolvimento sustentável, quer escrever uma nova história de ocupação e exploração da floresta.



**FUNDAÇÃO ESTADUAL DE CULTURA DO AMAPÁ
ASSESSORIA CULTURAL**

RELATÓRIO DE VIAGEM

Destino	Base Aérea do Município de Amapá
Período:	29 a 30 de julho de 1997
Equipe	Fernando Pimentel Canto (Assessor Cultural) Adervan Lacerda (Diretor do Museu Joaquim Caetano da Silveira) Maurício Rangel (Cinegrafista da Assessoria de Comunicação)
Objetivos	<p>a) Atender solicitação da Secretaria Municipal de Educação e Cultura do Amapá no que se refere às informações prestadas pelo morador da Base Aérea FRANCISCO (Neném) ASSUNÇÃO LEMOS, sobre o enterramento de pertences e utensílios de cozinha no local quando da desativação da Base pelos americanos;</p> <p>b) Recolher subsídios e retomar as providências para a possível implementação do Museu a céu aberto da 2ª Guerra Mundial na Base Aérea de Amapá.</p>

DESCRIÇÃO

Na cidade de Amapá procuramos a Secretária de Educação, professora Sandra Maria Lofato Abreu, que se encontrava em Macapá a serviço. Como a mesma não indicou nenhum técnico para nos acompanhar até o informante citado no ofício no. 56/97-PMA, anexo, fomos procurá-lo na Base Aérea.

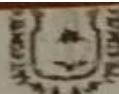
No local encontramos o Sr. Jorge Cambraia de Oliveira, de 49 anos, que por lá nos guiou e prestou informações sobre vários aspectos do lugar. Jorge é filho de um antigo funcionário da Aeronáutica e possui de um prédio. Vive ali com sua família de 6 pessoas.

Acompanhados dele visitamos toda a extensão da Base, inclusive as ruínas dos prédios onde funcionavam a lavanderia, cinema, cassino, almoçoariado, e o que resta do sistema de abastecimento de água, como as bombas de distribuição, poço e cisternas. O local está completamente tomado por mato. Nos dirigimos ainda nos lugares antes habitados por civis (após a saída dos americanos) e ao balneário de "Carapeta". Em seguida fomos verificar a fonte de atração de dirigíveis, que também se encontra em estado de oxidação, tomado por mato e insetos peçonhosos.

Na ocasião o Sr. Jorge nos disse que em outubro de 1996 um topógrafo chamado Edilson esteve com sua equipe na Base medindo a área por encomenda do Governo (provavelmente pelo SEINF). O informante nos mostrou algum material que possui, deixado pelos americanos, tal como hélice de avião, carcaças de holofotes, talheres e outros pequenos objetos.

Vale salientar que desde os paixões (casanatas) vê-se por toda a extensão da Base restos de veículos e outros maquinários militares.

Após almoçarmos, na sede do município, procuramos pelo informante, Sr. Francisco (Neném) Assunção Lemos e fomos encontrá-lo na Base Aérea. Este senhor de 86 anos, chegou entrega da Base no Governo Brasileiro (Aeronáutica e Exército) e ainda a implementação da Escola de Fomento Agrícola, com 120 alunos, em 1948.



Fausto ele quisera me espantar, Sr. Serafim Ferreira Assunção, que é natural da Amazônia, afirmaram que "quem vê isto falso sei e como está agora, parece um morto". E que quando o General Luís Mendes, Universitário do IFA, fechou a Base e a Ilha, não viu "não tinha morto".

Em seus depoimentos lembraram a empolgação das bases, a grande fortuna, e a tecnologia deixada pelos americanos, mas chegaram ao nível da alegria dramática quando a realidade local se estabeleceu sobre suas vidas.

O Sr. Neném e sua esposa confirmaram parcialmente a história de que os americanos enterraram aeronaves e utensílios em grandes valas esculpidas pela base. Não sabem mais exatamente, precisar em lugares.

Os preciosos depoimentos de todos os informantes foram gravados e filmados. Fazem parte do acervo da Fundecap e trazem dados importantes para futuras pesquisas.

CONCLUSÕES

1. Em relação ao aspecto arquitetônico temos a considerar com o relatório técnico do IPHAN de 15.02.95 (em anexo), já que todos os 10 prédios que ainda estão em bom estado, precisam de reformas, com exceção ao alojamento da Aeronáutica. Os outros 12 estão em ruínas.
2. No aspecto técnico a viabilidade de um museu a céu aberto no local dependeria exclusivamente da formação de uma equipe que pudesse gerenciar e orientar ações na área da pesquisa histórica e documental, de museologia, de arquitetura e de prospecção arqueológica, posto que todo está por ser feito, embora exista alguns depoimentos e pistas para reconstituição histórica da base.
3. A implementação do museu, o Turismo Ecológico não poderia ficar sem integração devido a beleza do lugar e sua proximidade com áreas de preservação ambiental e o Oceano Atlântico.

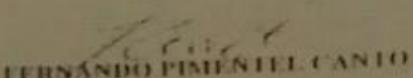
SUGESTÕES E/OU PROVIDÊNCIAS

1. Recuperar todo o material já existente a partir de estudos feitos na área física da base, tais como a topografia (SUDINF) e aerofotogrametria (COMARA - Belém - PA).
2. Formar uma equipe técnica especializada ligada ao Departamento Histórico Cultural da Fundecap (museólogo, historiador, arquiteto, etc.) que possa circular favoravelmente entre as instituições governamentais (órgãos do GEA, Prefeitura de Amapá, Ministérios da Aeronáutica e Exército e Embaixada dos Estados Unidos da América) a fim de que se possa implementar a curto prazo o museu.
3. Mandar limpar a área, visando futuros contatos com empresas de turismo para visitação do local.
4. Publicar folder sobre a base enfocando sua história e exuberância natural.
5. Capacitar jovens do lugar visando a prestação de informações turísticas e conscientização sobre a qualidade do material esculpido e sua preservação para futuro acervo museológico.
6. Solicitar ao Governo do Pará, ao Comando Militar da Aeronáutica e Amapá e a Embaixada Americana no Brasil, documentos históricos referentes à Base Aérea.



7. Elaborar projeto técnico, sob gerenciamento da Fundecap, para implantação do museu, a fim de captar recursos financeiros junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID.

Macapá, 02 de Setembro de 1997


FERNANDO PIMENTEL CANTO
Assessor Cultural

P.S. Segue em anexo os seguintes documentos:

- 1 Ofício da Prefeitura Municipal de Anapá/SIT
- 2 Relatório do IPHAN
- 3 Fotografias do local
- 4 Reportagens de jornais sobre fatos históricos da Base

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

Amapá-AP, 11 de Abril de 1997

OFÍCIO N° 11/97 - PMA

Senhor Coordenador:

Venho através deste solicitar ao Coordenador do Museu que faça uma pesquisa sobre a história de que, quando a Base Aérea foi desativada pelos americanos, eles teriam enterrado toda a prataria e utensílios de cozinha em um buraco próximo a Base Aérea. Essa história é contada por um morador da Base Aérea chamado NENÉM ASSUNÇÃO LEMOS.

Sabendo que Vossa Senhoria não medirá esforços para procurar desvendar tal mistério sobre nossa história, agradecemos.

Atenciosamente,

SANDRA MARIA LOBATO ABREU
Secretaria M. de Educação e Cultura

AO
ILMO. SR. JOÃO ALCIDÉO COSTA MACHADO
D. D. PRESIDENTE DA FUNDACAP
AMAPÁ-AP

SANDRA 421/070
 cqo- 4319
 11.10.67
 11.12.66

SERVÍCIO PÚBLICO FEDERAL

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL/2a.CR.

RELATÓRIO DE VISITA À ANTIGA BASE AÉREA DE ANAPÁ

Na visita realizada no dia 10.02.95 à antiga Base Aérea de Anapá, apesar do reduzido tempo disponível, foi possível ter uma idéia do conjunto e uma visualização dos seus principais componentes.

Sem dúvida, os elementos mais expressivos desse conjunto são os dois piaóis e a torre de atração de dirigíveis, embora esta última tenha sido removida de sua localização original.

Também são dignos de referência os prédios dos alojamentos e a Capela de madeira.

Além disso, seria possível mencionar uma razoável quantidade de restos de veículos e equipamentos dispersos na área.

A existência de remanescentes de uma Base Aérea em local relativamente distante de centros maiores e de acesso difícil, nos leva a considerar hipóteses a respeito das possibilidades de revitalização do conjunto e seu reaproveitamento, levando em conta os componentes históricos de sua participação num evento da importância mundial que foi a 2a. grande guerra.

E bastante evidente que o conjunto, por si só, não possui características arquitetônicas excepcionais, pois são construções muito simples, feitas com sentido utilitário, embora se pudesse destacar a torre de dirigíveis e os piaóis pela singularidade de suas funções e pela forma resultante.

Portanto, uma revitalização do conjunto deveria ter como componente fundamental o aspecto histórico da participação da Base nos eventos da 2a. Guerra.

SERVÍCIO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - I.P.H.A.N.

Fix. 2

A implementação deste aspecto exigiria uma ampla pesquisa pesquisando envolvendo fontes documentais ou testemunhas locais e provavelmente junto ao Exército Americano, caso essas informações estejam disponíveis.

A revitalização propriamente dita, resultaria de uma integração entre os componentes históricos e a estrutura física, do conjunto, através da montagem de exposições e mostras de objetos e documentos relacionados com as atividades da Baía Figueira. Isto poderia ser utilizado um dos pavilhões existentes.

Poderiam, ainda, ser consideradas hipóteses de implantação de uma pousada em outro dos pavilhões.

Além disso, seriam necessários trabalhos de recuperação e restauração dos demais componentes do conjunto, de forma a permitir o acesso a eles e sua visitação.

Finalmente caberia uma referência à integração deste projeto a um programa mais amplo de incentivo ao turismo na região, com base no seu potencial paisagístico e recursos naturais, indispensável para a sua viabilização.

Belém, PA, 15 de fevereiro de 1995

Jorge Derenji
Arq. JORGE DERENJI

De Acordo

F. Dorn 16.02.95

IPIAN MINE	<u>Maringá</u>	FAX
Av. Governador José Malcher 563 CEP 66.035-100 (091) - 224-1825; 224-0699 (091) - 224-1825		
REMITENTE COORDENADORIA REGIONAL SUBSTITUTA/2º CR - ELIZABETH LIMA SOARES		
DESTINATÁRIO SECRETARIA DE PLANEJ. DO ESTADO DO AMAPÁ - DRA. MARIA ALEGRETE		
AV. 20 FAX 096 - 313-4104	DATA 19.04.95	CODEL 641 222.461-111 FAX 641 222.461-1116

Em atenção à solicitação de V.Sa. encaminho Relatório suscinto referente à visita desta Coordenação Regional à antiga área localizada no município de Amapá.

Elizabeth Lima

Governo do Estado do Amapá
FUNDAÇÃO ESTADUAL DE CULTURA DO ESTADO DO AMAPÁ

Fis _____ 6 _____

Proc _____

S.E.P.A.
Rubrica
11-04-98

AO DOUTOR

Para conhecimento e encaminhamento
vacinação.

10.04.81
Registado em
100-11-1000
1981

Paulo Roberto Rodrigues
Funcionário Estadual
Assessoria de Imprensa

Governo do Estado do Amapá

Fl. 1.8

Proc 10 05/15/96
SEPLA/

DO DE | Proj. Ideias
para envio e outras
informações.

E 03-04-96

Alberto Sallane Oliveira
Coordenador / FUNPEC

DO 1.8.11

informações para elaboração

C. 03-04-96

Alberto Sallane Oliveira
Coordenador / FUNPEC



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E COORDENACAO GERAL

Ofício N°
Q5/35 / 95 - ASTEC/SEPLAN

Macapá/AP.
29 de junho de 1995

Exmº Sr.

GILBERTO SEMBLANO OLIVEIRA
M.D. Presidente da FUNDAÇÃO ESTADUAL DE CULTURA DO AMAPÁ
NESIA

Señor Presidente

Conforme solicitado no ofício nº 072/95 - GAB/FI/NDECAP, enviamos cópia do relatório de visita à BASE AÉREA DO AMAPÁ, de técnicos do INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN 2º CR.

Informamos a esta FUNDECAP que tomamos a prosléncia de contactar técnicos especializados em PATRIMÔNIO HISTÓRICO e MUSÉOLOGIA para nos assessorar na empreitada de resiliabilização da BASE AÉREA DO AMAPÁ, e que dependemos agora da viabilização da visita daqueles ao local do objeto de trabalho para o prosseguimento das ações.

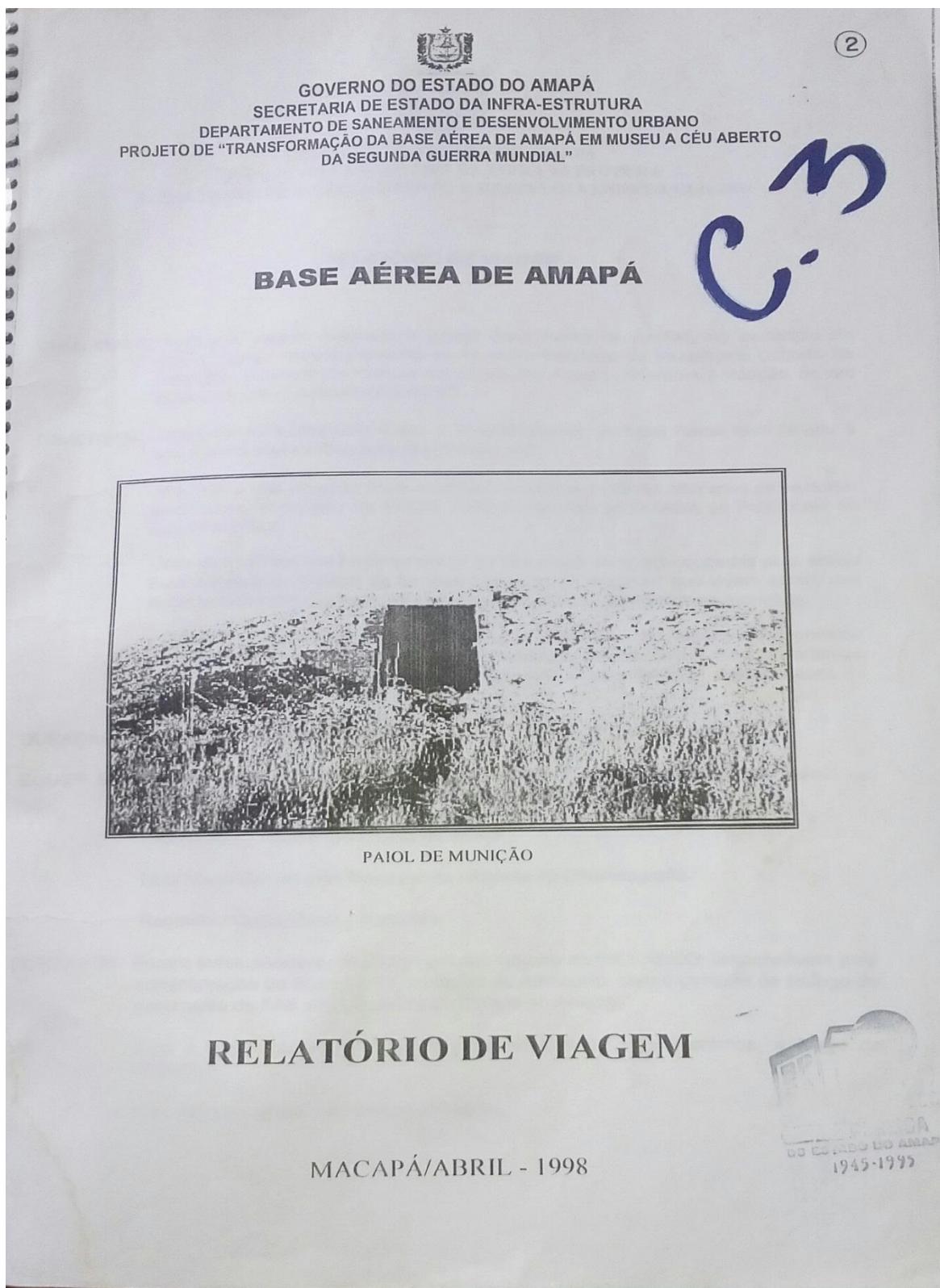
Seguem, para o Vosso Conhecimento, as propostas coladas pelo Arquiteto ALBERTO GÓES junto ao Sr. ANTONIO CARLOS LOBO SOARES, Arquiteto e Museólogo, e a Sra. MARIA EUGÉNIA COIMBRA, Arquiteta e especialista em Patrimônio Histórico.

Caso a FUNDECAP possa, seria interessante viabilizar a visita dos técnicos supra, de forma que os mesmos contribuam no projeto.

Com votos de apreço,

MARILENA MELO CORRÊA
MARILENA MELO CORRÊA
Secretaria/SEPLAN
em Exercício

ANEXO B - RELATÓRIO DE VIAGEM PARA IMPLANTAÇÃO DO MUSEU DA BASE AÉREA DE AMAPÁ - 1998





GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA INFRA ESTRUTURA
DEPARTAMENTO DE SANEAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO

RELATÓRIO DE VIAGEM

FINALIDADE: Relatar a viagem realizada à antiga Base Aérea de Amapá, no município do mesmo nome, em complemento ao Primeiro Relatório da Assessoria Cultural da Fundação Estadual de Cultura do Estado do Amapá, referente a criação de um Museu naquela localidade (02.09.97).

OBJETIVOS: - Recolher subsídios com vistas a "Transformação da Base Aérea num Museu a Céu aberto, sobre a Segunda Guerra Mundial".

- Verificar a real situação física e jurídica das áreas de terras ocupadas pelos norte-americanos no período de 1942 a 1946, na época incorporadas ao Patrimônio do Estado do Pará.
- Indicar o (s) legítimo (s) proprietário (s) das áreas de terras ocupadas pela antiga Base Aérea e o cadastro de famílias (cerca de 70 pessoas) que vivem dentro das áreas patrimoniais da Base, inclusive usando antigos prédios como moradias.
- Relatório Fotográfico (anexo) espelha a existência de alguns componentes remanescentes daquela que foi numa determinada época um dos mais importantes pontos de apoio da aviação aliada na Segunda Guerra Mundial, a Base Aérea do Amapá.

DURAÇÃO DA VIAGEM: De 01 a 03/04/98.

EQUIPE DE VIAGEM: Alfredo Oliveira - Gerente de Projeto "Transformação da Base Aérea de Amapá em Museu a céu aberto da Segunda Guerra Mundial".

Fátima Maria Pelaes - Arquiteta da SEINF.

Nels Nixon Damasceno Nascimento - Agente de Cinefotografia.

Reginaldo Costa Viana - Motorista.

CONTATOS: Foram feitos diversos contatos com operadores da INFRAERO, responsáveis pela administração da Base Aérea, inclusive do Aeroporto, com o controle de tráfego de aeronaves da FAB e do Governo do Estado do Amapá.

Com o responsável pelos serviços de reforma de alguns prédios, a cargo da COMARA.

Com alguns antigos moradores da região.



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA INFRA ESTRUTURA
DEPARTAMENTO DE SANEAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO

fls 02

RELATÓRIO DE VIAGEM

O Serviço Regional de Patrimônio do Primeiro Comando Aéreo Regional, sediado em Belém-PA, recebendo denúncias de tentativa de invasão de uma das áreas patrimoniais de que uma empresa estrangeira estaria adquirindo terras nas proximidades do Aeroporto, determinou o levantamento topográfico das áreas patrimoniais jurisdicionada ao Ministério da Aeronáutica, compostas de uma área maior, que envolve o Aeroporto com 6.198.000,00 m² e outra menor, distante cerca de 7 Km, do outro lado da BR - 156 (local de antigas torres de transmissão) com 35.445,00 m².

Foram confeccionados novos marcos de concreto afim de serem avivados e revigorados os vestígios ou mesmo antigos marcos para evitar invasões e consequente manutenção da posse em favor do Ministério da Aeronáutica.

Isto posto, constata-se pertencer ao referido Ministério da Aeronáutica, as áreas de terras da antiga Base Aérea, no Município de Amapá, totalizando 6.233.445,00 m² (623,34 ha.), conforme registro no Serviço Regional de Patrimônio do Primeiro Comando Aéreo Regional, em Belém-PA.

Ainda, pela TASA (Telecomunicações Aeronáuticas S/A) foi determinado o cadastramento de pessoas que residem e/ou trabalham dentro dos limites das áreas patrimoniais da Aeronáutica. São posseiros que ocupam pequenos lotes há vários anos, sem qualquer prejuízo para as atividades do Aeroporto, e que segundo os mesmos, estão autorizados verbalmente pelo Estado Maior do 1º COMAR (vide mapa anexo).

Anexos, Croquis das edificações da Base Aérea de Amapá, executados pela Secretaria de Estado da Infra-Estrutura do Governo do Estado do Amapá.

Então, o que até aqui conseguimos realizar, com vistas a implantação do Museu da Base Aérea do Amapá, foi a montagem de uma estrutura informativa, dentro do Estado, cuja complementação e aprimoramento dependerão em muito de contribuições de informações que esperamos receber das Organizações do Ministério da Aeronáutica, em Belém e Natal, existindo nesta última, em funcionamento, o tipo do Museu que se pretende implantar na Base Aérea do Amapá, e cuja visita aquelas cidades será o nosso próximo passo.

ALFREDO OLIVEIRA
 Gerente do Proj. Museu Base Aérea
 SEINF

**ANEXO C - RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO MUSEU DA BASE AÉREA DE
AMAPÁ – 1998**

**GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA INFRA ESTRUTURA
DEPARTAMENTO DE SANEAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO**



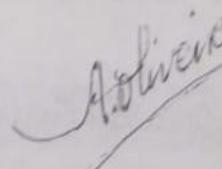
Torre de atracação do Zepelim

**TRANSFORMAÇÃO DA BASE AÉREA DO AMAPÁ
EM MUSEU A CÉU ABERTO
DA II GUERRA MUNDIAL.**

**RELATÓRIO ANUAL DAS ATIVIDADES
(ABRIL A DEZEMBRO DE 1998)**

ÍNDICE

	Pag.
I HISTÓRICO	01 a 04
II PESQUISAS	04
III ESTUDADES E AUTORIDADES PESQUISADAS.	
a) CENTRO ÁEREO DE TREINAMENTO - CATRE Antiga Base Aérea de Natal - RN	05
b) PRIMEIRO COMANDO ÁEREO REGIONAL - Belém - PA.....	06
c) EMBAXADA DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA - Brasília - DF.....	06 a 07
d) MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES - Assessoria de Relações Federativas, Secretaria, Diplomata MÁRCIA DONNER ABREU - Brasília - DF.....	07
e) BIBLIOTECA DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES - Brasília - DF.....	07
f) CENTRO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA - Brasília - DF.....	07 a 08
g) BIBLIOTECA DO MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA - Brasília - DF.....	08
h) INSTITUTO HISTÓRICO - CULTURAL DO MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA - INCAER - Rio de Janeiro - RJ.....	08 a 09
i) FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL - Rio de Janeiro - RJ.....	09
j) MUSEU AEROCOSMIQUEIRO DA AERONÁUTICA - Rio de Janeiro - RJ.....	09 a 10
k) CENTRO CULTURAL DO PARÁ - CENTUR - Belém - PA.....	10 a 11
l) INSTITUTO DE TERRAS DO PARÁ - ITERPA - Belém - PA.....	11 a 16
m) Capitão - Aviador ANTONIO GUERREIRO GUIMARÃES - Belém - PA.....	16
n) Sra. ZULEIKA REIS - Belém - PA.....	16 a 17
o) Ministro CESÁRIO MELANTONIO NETO, Chefe da Assessoria de Relações Federativas, MRE - Brasília - DF.....	17 a 18
p) Entidades e Autoridades que receberam Relatórios da Base Aérea do Amapá.....	18 a 19
q) Major - Brigadeiro - do - Ar, MARCOS VINICIUS PINTO COSTA, Comandante do Primeiro Comando Aéreo Regional - Belém - PA.....	19 a 20
r) Orçamento de despesas com limpeza de áreas em torno de antigos componentes da Base Aérea de Amapá.....	20 a 21
s) Necessidade de instalação de telefone na Base Aérea de Amapá.....	22
t) Confecção de FOLDER com resumo histórico da Base Aérea de Amapá e sua distribuição junto aos estabelecimentos de ensino e bibliotecas.....	22
u) Ofício - resposta do Sr. Brigadeiro - do - Ar JUNIJI SAITO, Comandante do CATRE - Natal/RN.....	23
v) Recibo da EMBAXADA AMERICANA, em Brasília, de correspondência Governamental.....	24
w) FAC - SIMILE do Sr. Brigadeiro - do - Ar WILLIAM DE OLIVEIRA BARROS, de apresentação do Gerente do Projeto do Museu da Base Aérea de Amapá ao Sr. Ten. - Brig. - do - Ar MOREIRA LIMA, Diretor do INCAER, Rio de Janeiro - RJ.....	25
x) Idem, Idem, ao Sr. Cel. Av. ANTONIO ARTUR BRAGA, Diretor do Museu Aeroespacial da Aeronáutica no Rio de Janeiro - RJ com pedido de apoio museológico ao Museu do Amapá.....	26
y) Ministro CESÁRIO MELANTONIO NETO, acusando recebimento de correspondência governamental e comunicando pedido de apoio da Embaixada Brasileira em Washington para obtenção junto ao Governo Americano de informações sobre a construção e funcionamento da Base Americana no Amapá.....	27
z) Secretária Diplomata MÁRCIA DONNER, acusando visita do Gerente do Projeto do Museu da Aérea de Amapá e reportando pedido de apoio a Embaixada Brasileira em Washington, para obtenção de informações junto ao Historiador- Chefe da Força Aérea Americana, quanto ao funcionamento e operação pelos americanos da Base Aérea de Amapá.....	28
- Diploma de agradecimento da direção do Museu Aeroespacial do MAER no Rio de Janeiro - RJ.....	29
- CROQUI de edificações da antiga Base Aérea de Amapá.....	30
IV CONCLUSÃO	31
V ANEXOS:	
- Aspectos da recuperação do prédio da Sede do Museu da Base Aérea (fotos)	
- Autoridades visitadas e componentes da Base Aérea (fotos)	





GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
 SECRETARIA DE ESTADO DA INFRA-ESTRUTURA
 DEPARTAMENTO DE SANEAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO
 PROJETO DE "TRANSFORMAÇÃO DA BASE AÉREA DO AMAPÁ EM MUSEU"

O Adido Científico, Sr. HODGE, de posse do Ofício governamental e de dois volumes dos Relatórios nºs.01 e 02, alusivos ao levantamento dos componentes remanescentes e do estado em que se encontra aquela antiga Base Aérea, prometeu encaminhá-los à apreciação do Sr. Embaixador LEVITSKY.

14.07.98



Visita ao Ministério das Relações Exteriores, em Brasília, contactando com o Ministro LUIZ FERNANDO ABBOTT GALVÃO, Chefe da Divisão das Américas Central e Setentrional, que alegando não ser da sua competência o tipo de informação solicitada sobre a Base Aérea do Amapá e sua construção pelos americanos, nos encaminhou ao Ministro CESÁRIO MELANTONIO NETO, Chefe da Assessoria de Relações Federativas. Ausente o Sr. Ministro, fomos recebidos pela sua Secretaria, Diplomata MÁRCIA DONNER ABREU, que anotou o motivo de nossa presença, prometendo acionar a Embaixada Brasileira em Washington, com vistas a procurar obter junto às autoridades americanas competentes, informações sobre a construção e funcionamento da Base Aérea Americana no Amapá, durante a Segunda Guerra Mundial.

Na oportunidade da visita ao Ministério das Relações Exteriores, aproveitamos para conhecer a sua Biblioteca, de cunho internacional e uma das maiores do país, em busca de informações sobre o Amapá e sua participação na Segunda Guerra Mundial, nada encontrando a respeito.

Ainda em Brasília, visitamos o CENTRO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL do Ministério da Aeronáutica, sendo recebidos pelo Major – Aviador, EDSON LUIZ DE CALDAS, Chefe da Divisão de Relações Públicas do referido Ministério, que nos levou de

J. Schreier



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA INFRA-ESTRUTURA
DEPARTAMENTO DE SANEAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO
PROJETO DE "TRANSFORMAÇÃO DA BASE AÉREA DO AMAPÁ EM MUSEU"

encontro ao Sr. Brigadeiro – do – Ar, WILLIAM DE OLIVEIRA BARROS, Chefe do referido Centro de Comunicação Social. Após colocarmos o Brigadeiro a par de nossa presença ali – pesquisar documentos sobre a construção e funcionamento da antiga Base Aérea do Amapá, pelos norte – americanos, fomos encaminhados à Biblioteca do MAER, onde nada foi encontrado sobre o Amapá e seu envolvimento na Segunda Guerra Mundial. Por outro lado, fomos premiados pela bibliotecária com a importante e raríssima obra intitulada “HISTÓRIA DA BASE AÉREA DO NATAL”, de autoria do Coronel – Aviador FERNANDO HIPÓLYTO DA COSTA, que servirá de fonte de consultas do futuro museu do Amapá, já que as duas bases aéreas: Amapá e Natal, foram irmãs gêmeas, desempenhando o mesmo papel, quando possibilitaram o caminho dos grandes êxitos, conquistados heroicamente pelas forças do mundo livre nos teatros de guerra de várias partes do mundo, principalmente da África.

O Sr. Brigadeiro WILLIAM, demonstrando boa vontade em nos atender, nos credenciou a procurar o Instituto Histórico e o Museu Aeroespacial, ambos no Rio de Janeiro, através de expedientes dirigidos aos respectivos responsáveis, solicitando apoio às nossas pretensões.

03.08.98



Visita ao INSTITUTO HISTÓRICO DA AERONÁUTICA, no Rio de Janeiro, onde fomos recebidos pelo seu Diretor, Ten. – Brig. – do – Ar, OTÁVIO JÚLIO MOREIRA LIMA, ex – ministro da Aeronáutica que, mui atenciosamente nos recebeu, colocando à nossa disposição a Capitã DIRCE SILVA BRIZDA, bibliotecária, para nos auxiliar na pesquisa de obras que se relacionassem com a Segunda Guerra Mundial e possível participação do Amapá, nada sendo encontrado.

W. Oliveira



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA INFRA-ESTRUTURA
DEPARTAMENTO DE SANEAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO
PROJETO DE "TRANSFORMAÇÃO DA BASE AÉREA DO AMAPÁ EM MUSEU"

restauradas; uma interessante sala de armamentos. Além disso, é encontrado um valioso acervo de fotografias, slides, mapas, filmes e uma biblioteca com mais de 4.000 (quatro mil) volumes. Isso tudo, sem falar na Sala de Santos Dumont, com sua preciosa decoração, originalidade e fidelidade, lembrando-nos o que foi a vida desse nosso patrício, pioneiro da dirigibilidade que teve a coragem de se elevar do solo em avião com seus próprios meios.

Aqui, nesse importante Museu, como nos demais lugares anteriormente visitados, nenhuma referência ao Amapá e sua participação na Segunda Guerra Mundial.

05 e 06.08.98



De passagem por Belém, de retorno do Rio de Janeiro, freqüentamos, durante dois dias, O CENTRO CULTURAL DO PARÁ “TANCREDO NEVES” – CENTUR, onde contactamos com a bibliotecária SOCORRO BAIA, que nos permitiu pesquisar edições de jornais paraenses editados nos anos de 1942 a 1946 (período da Segunda Guerra Mundial), tais como: “Folha do Norte”, “A Província do Pará”, “O Estado do Pará”, “A Vanguarda” e “Folha Vespertina”, não encontrando nenhuma notícia de caráter histórico sobre a Base Aérea do Amapá vinculada a Segunda Guerra Mundial.

Por outro lado, encontramos uma única informação, de cunho policial, estampada na “Folha do Norte” de 07/10/46, sob o título: “O desvio de materiais das bases aéreas de São Luiz, Fortaleza, Belém e AMAPÁ, desvio esse efetuado quando da entrega das mesmas ao Governo Brasileiro. O Departamento de Estado dos EUA, denunciou o brasileiro naturalizado MAURÍCIO ROUTMANN, como autor do desfalque, que foi preso incomunicável em companhia de



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA INFRA-ESTRUTURA
DEPARTAMENTO DE SANEAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO
PROJETO DE "TRANSFORMAÇÃO DA BASE AÉREA DO AMAPÁ EM MUSEU"

MOACIR FERREIRA e do aspirante – aviador HEITOR STOFF JACINTO, também acusado”....

Do Jornal “AMAPÁ”, de 19/10/46: “Jornais cariocas noticiam a entrega, ao Governo Brasileiro, das bases construídas pelos norte – americanos no Brasil, e dá especial destaque às declarações do Coronel WALTER MILLER, Comandante Geral das Bases do Nordeste, o qual disse:

“Estamos, agora mesmo, entregando as bases do AMAPÁ, São Luiz e Fortaleza. As Bases de Belém e Natal demorarão ainda algum tempo para total entrega, em virtude das enormes quantidades de materiais a serem investigados”. Frisou a seguir, que os Estados Unidos nunca tiveram tropas de ocupação em Território Nacional. Tivemos apenas técnicos, soldados para vigilância e pessoal habilitado para os serviços das bases”.

07.08.98



Visita ao Presidente do INSTITUTO DE TERRAS DO PARÁ – ITERPA, Dr. RONALDO BARATA, com o objetivo de colher informações sobre a origem e proprietários das terras (6.233.445,00 m²) ocupadas pela antiga Base Aérea do Amapá e se as pessoas tituladas (posseiros/proprietários) foram ou não indenizadas, a exemplo do que ocorreu com as terras (5.577.692,61 m²) ocupadas com a Base Aérea do Natal, cujas desapropriações, declaradas de “utilidade pública,” foram devidamente pagas pelo Governo Federal, conforme Decreto – lei nº. 5.609 – A, de 22.06.1943.

Não se tem notícia nos órgãos investigados (Amapá e Pará) da ocorrência de indenização das terras edificadas com a Base Aérea do Amapá e às suas proximidades, sendo esses os possíveis

Moacir



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA INFRA-ESTRUTURA
DEPARTAMENTO DE SANEAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO
PROJETO DE "TRANSFORMAÇÃO DA BASE AÉREA DO AMAPÁ EM MUSEU"

posseiros e/ou proprietários da época, cujas terras eram incorporadas ao Patrimônio do Estado do Pará.

Antônio José Sfair - Registro Livro 13, pág. 02, localidade: Campinho, margem direita do Rio Amapá. Área, 108.900,00 m². Título provisório expedido em 17/02/913. Município de Montenegro (Amapá).

Antônio Martins da Silva – Registro Livro 1, pág. 108 V. L. S/D, margem esquerda do Rio Amapá Grande. Área, 174.240,000 m². Título Pos. expedido em 12/12/901. Município de Montenegro (Amapá).

Antônio Moraes – Registro Livro 13, pág. 03, L. S/D, margem direita do Rio Amapá. Área, 400.000 m². Título provisório expedido em 03/03/924. Município de Montenegro (Amapá).

Feliciano Alves da Costa – Registro Livro 1, fls. 56 V, Boa Vista, margem direita do Rio Amapá Grande. Área, 174.240,00 m². Título de posse expedido em 30/01/902. Município de Montenegro (Amapá).

Felipe Augusto de Carvalho – Registro Livro 1, fls. 63, Santa Inês, lado esquerdo do Rio Amapá Grande. Área, 174.240.000 m². Título de posse expedido em 16/12/901. Município Montenegro (Amapá).

Furtunato Alves de Sousa Júnior – Registro Livro 1, fls. 97 V, L. S/D margem direita do Rio Amapá Grande. Área, 130.680,000 m². Título de posse expedido em 25/02/902. Município Montenegro (Amapá).



J. M. Véspalo

12


GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
 SECRETARIA DE ESTADO DA INFRA-ESTRUTURA
 DEPARTAMENTO DE SANEAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO
 PROJETO DE "TRANSFORMAÇÃO DA BASE AÉREA DO AMAPÁ EM MUSEU"



Francisco Antonio Cajazeiro – Registro Livro I,
 fls. 16, Pedra Redonda, margem braço Rio Amapá Grande. Área,
 21.780,00 m². Título de posse expedido em 13/11/901. M. de Montenegro
 (Amapá).

Francisco Antonio Cajazeiro – Registro Livro II,
 fls. 37, Pedra Redonda, margem igarapé braço do Rio Amapá Grande.
 Área, 21.780.000 m². Título de posse expedido em 04/03/905, Município de
 Montenegro (Amapá).

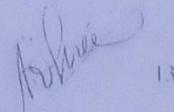
Guilherme Antonio Pedro – Registro Livro I, fls.
 77, Duas Bocas, margem do Rio Amapá Grande. Área, 2.722.000 m².
 Título de Posse expedido em 04/01/902. Município de Montenegro
 (Amapá).

Guilherme Calandrine Kaufuss – Registro Livro I, L. S/D, margem do Rio Amapá Grande. Área 130.680.000 m². Título de
 posse expedido em 12/04/902. Município Montenegro (Amapá).

Jacinto Marcirio de Freitas – Registro Livro I,
 fls. 84 V. Amapá Grande, margem esquerda do Rio Amapá Grande. Área,
 2.722.000 m². Título de posse expedido em 04/02/902. Município
 Montenegro (Amapá).

José Lopes Ferreira – Registro Livro I, fls. 06 V.
 Amapá Grande, margem esquerda do Rio Amapá Grande. Área,
 43.560.000 m². Título de posse expedido em 04/02/901. Município
 Montenegro (Amapá).

José Tapirucu dos Santos – Registro Livro I, fls.
 82, Santa Ana, margem esquerda do Rio Amapá Grande. Área, 5.445.000
 m². Título de posse expedido em 30/10/902. Município Montenegro
 (Amapá).


 13



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA INFRA-ESTRUTURA
DEPARTAMENTO DE SANEAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO
PROJETO DE "TRANSFORMAÇÃO DA BASE AÉREA DO AMAPÁ EM MUSEU"



Manoel Aragão Miranda – Registro Livro I, fls. 36, Paraíso, margem direita do igarapé braço do Rio Amapá Grande. Área, 43.560.000 m². Título de posse expedido em 11/07/906. Município Montenegro (Amapá).

Manoel Gonçalves Batista – Registro Livro II, fls. 73, L. S/D, margem esquerda do Rio Amapá Grande. Área, INDETERMINADA. Título de posse expedido em 23/06/910. Município Montenegro (Amapá).

Maria C. Kaulfuse de Sousa – Registro Livro I, fls. 98 V., L. S/D, margem esquerda do Rio Amapá Grande. Área, 174.240.000 m². Título de posse expedido em 28/02/902. Município Montenegro (Amapá).

Raimundo Gomes Afilhado – Registro Livro I, fls. 98 V., L. S/D, margem esquerda do Rio Amapá Grande. Área, 10.890.000 m². Título de posse expedido em 03/01/902. Município Montenegro (Amapá).

Wladmir F. Kraulfuses de Sousa – Registro Livro I, fls. 98, Santa Bárbara, margem esquerda do Rio Amapá Grande. Área, 130.680.000 m². Título de posse expedido em 02/03/902. Município Montenegro (Amapá).

Zacarias Limeira da Silva – Registro Livro I, fls. 98, L.S/D, margem esquerda do Rio Amapá Grande. Área, 174.240.000 m². Título de posse expedido em 17/07/902. Município Montenegro (Amapá).

Zacarias Limeira de Sousa – Registro Livro II, fls. 124, Santa Barbara, margem esquerda do Rio Amapá Grande. Área, 174.240.000 m². Título de posse expedido em 28/09/905. Município Montenegro (Amapá).

[Signature] 14


GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
 SECRETARIA DE ESTADO DA INFRA-ESTRUTURA
 DEPARTAMENTO DE SANEAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO
 PROJETO DE "TRANSFORMAÇÃO DA BASE AÉREA DO AMAPÁ EM MUSEU"

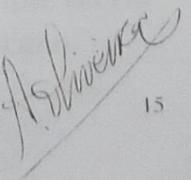

 BPA 70 ANOS
 BIBLIOTECA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAPÁ
 1945-2015

Continuamos aguardando respostas dos órgãos fundiários do Amapá (TERRAP) e do Pará (ITERPA) sobre a solicitação quanto a real situação das terras ocupadas com a construção da Base Aérea do Amapá antes, durante e após a Segunda Guerra Mundial (1941-1946), com relação a seus antigos proprietários. O que sabemos até agora, é que referidas terras, até o dia 12 de setembro de 1943 – ou seja – às vésperas da criação do Território Federal do Amapá, em 13 do mesmo mês e ano, pertenciam ao Estado do Pará. Após a Guerra foram incorporadas ao Ministério da Aeronáutica, através da antiga Primeira Zona Aérea, hoje PRIMEIRO COMANDO AÉREO REGIONAL, em Belém – PA, segundo informações, estão mencionadas terras registradas - no total de 6.233.445,00m² - no Serviço Regional de Patrimônio daquele PRIMEIRO COMAR.

Para a construção das Bases Aéreas americanas, no Brasil, incluindo as pistas de pouso, pátios de estacionamento, áreas dos paióis de munição e explosivos, estradas de acesso, passagem de canalização, etc, o Governo Federal promulgou nada menos que (10) decretos – leis, a partir de junho de 1941, determinando a desapropriação das áreas a serem ocupadas pelos norte – americanos.

Possivelmente, iremos encontrar o decreto – lei que originou a desapropriação das terras da Base Aérea do Amapá, já que temos o de nºs. 3.365, de 21 de junho de 1941, que permitiu a “ocupação imediata” das terras que serviram para a construção da Base Aérea do Natal, enquanto que os valores de indenização foram citados no Decreto – Lei nº 5.609-A, de 22 de junho de 1943, com relação ao Estado do Rio Grande do Norte.

Todos os decretos – leis trouxeram as assinaturas do Presidente da República (Getúlio Vargas) e do Ministro da Aeronáutica (Salgado Filho).


 15


GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
 SECRETARIA DE ESTADO DA INFRA-ESTRUTURA
 DEPARTAMENTO DE SANEAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO
 PROJETO DE "TRANSFORMAÇÃO DA BASE AÉREA DO AMAPÁ EM MUSEU"



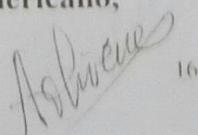
É importante conhecermos toda a documentação referente às terras que deram origem à construção das instalações americanas naquele município, afim de que possamos dar início à verdadeira História da Base Aérea do Amapá.

07.08.98

Ainda em Belém, visitamos o Capitão – Aviador, ora na reserva da Força Aérea Brasileira, ANTONIO GUERREIRO GUIMARÃES, que no após Guerra, foi um dos Comandantes do Destacamento da Aeronáutica, na Base Aérea do Amapá. Antes, em 1944, foi ele o primeiro piloto do único avião existente na época e pertencente ao Governo Territorial. Referido oficial, indagado sobre o que sabia da construção e funcionamento da Base pelos norte – americanos, pouca coisa teve a dizer, ainda de maneira sucinta com relação ao surgimento daquela Organização Militar em terras amapaenses.

Nesse mesmo dia, 07/08 aproveitando a nossa estada em Belém, visitamos a Senhora ZULEIKA REIS, nossa conhecida desde os primórdios do ex – Território, primeira enfermeira diplomada “Ana Neri” a prestar serviços no Hospital Geral de Macapá e viúva do Sr. HOMERO C. PLATON, que foi empregado do Governo dos Estados Unidos da América, no período de junho de 1941 a outubro de 1946, prestando relevantes serviços aos norte – americanos, não só no Amapá, mas também no Pará, onde começou a sua vida funcional como Apontador, Apontador – Chefe, Inspetor de Segurança, Supervisor do Quadro de Pessoal Brasileiro, Gerente de Pessoal, Assistente Administrativo e Supervisor das Atividades do Posto de Engenharia do Exército Americano no Amapá.

O Sr. PLATON, durante o tempo em que serviu como empregado do Escritório de Engenharia do exército Americano,



16


GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
 SECRETARIA DE ESTADO DA INFRA-ESTRUTURA
 DEPARTAMENTO DE SANEAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO 1945-1995
 PROJETO DE "TRANSFORMAÇÃO DA BASE AÉREA DO AMAPÁ EM MUSEU"

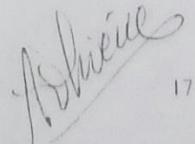


ligado ao Departamento de Guerra, foi condecorado duas vezes pelo Governo dos EE. UU., uma por serviço meritório e outra por serviço excepcional, além de ter recebido cerca de quinze (15) elogios individuais, do tipo dessa citação: “O Sr. PLATON, através de seus esforços, desenvolveu as relações Brasil – Estados Unidos no Amapá a um ponto de esforço cooperativo. Muitas destas tarefas foram árduas e extremamente difícil a serem cumpridas, mas apesar de tudo o Sr. PLATON foi leal, eficiente e extremamente esmerado”. as. RALPH H. WOOTEN, Major General, Exército dos Estado Unidos – Comando.

Este tipo de homenagem, a exemplo do exposto, será estendido a todos aqueles que por aqui passaram, prestando serviço ao Amapá e tomaram parte na Segunda Guerra Mundial, e assim eles terão seus nomes gravados no “QUADRO DE HONRA AO MÉRITO” a ser criado no museu a céu aberto da Segunda Guerra Mundial, na Base Aérea do Amapá, como militares que foram ou civis que atuaram naquela Base, na Defesa dos Povos Livres do mundo. Entre os que estiveram na Segunda Guerra Mundial, a maioria já falecidos, temos os Srs. Newton Cardoso, Washington Elias dos Santos, Francisco Pereira dos Santos (ex – pracinhas) e Armando Amaral, ex – comandante da Base Aérea do Amapá, e muitos outros que porventura venham a ser pesquisados ou encontrados no Estado.

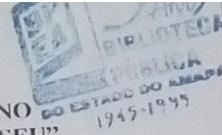
27.08.98

Nesta data, foi enviado ao Exmo. Sr. Ministro CESÁRIO MELANTONIO NETO, Chefe da Assessoria de Relações Federativas do MRE, o Ofício Governamental, nº. 0212/98-GAB, com o qual o Sr. Governador João Alberto Rodrigues Capiberibe solicitava a interferência daquela Assessoria de Relações Federativas junto a Embaixada Brasileira em Washington, objetivando obter, perante o



17


GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
 SECRETARIA DE ESTADO DA INFRA-ESTRUTURA
 DEPARTAMENTO DE SANEAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO
 PROJETO DE "TRANSFORMAÇÃO DA BASE AÉREA DO AMAPÁ EM MUSEU"



Arquivo Nacional ou outras fontes naquela capital, informações e documentos que possam subsidiar o projeto para implantação do museu a céu aberto da Segunda Guerra Mundial, a fim de que as novas gerações não percam de vista a magnitude que foi a Base Aérea Americana, no Município de Amapá, e a sua importância no contexto das Nações Unidas. Daí o propósito deste Governo em transformar aquele local em monumento vivo, que muito representa para a memória do povo amapaense".

Foram elaborados e distribuídos, entre entidades e autoridades visitadas, 26 (vinte e seis) exemplares de Relatórios, sendo 12 (doze) da FUNDECAP, de 02.09.97, com aspectos históricos da Base Aérea do Amapá, e 14 (catorze) desta Gerência de Projeto, de 02.04.98, sobre o estado em que se encontra a referida Base, nos dando através de fotografias, uma idéia do conjunto e uma visualização dos seus principais componentes.

ENTIDADES E AUTORIDADES QUE RECEBERAM REFERIDOS RELATÓRIOS

- Secretaria de Educação do Município de Amapá, 02 (dois) exemplares, 01 (um) de cada.
- Representante do GEA, no Município de Amapá, idem, idem.
- Encarregado do Posto da INFRAERO na Base Aérea do Amapá, idem, idem.
- Fundação Estadual de Cultura (FUNDECAP) 01 (um) exemplar.
- Gabinete do Governador do Estado do Amapá, 01 (um) exemplar.
- Comando Aéreo de Treinamento – CATRE, Natal - RN, 02 (dois) exemplares, 01 (um) de cada.
- Historiador Leonardo Barata, Natal – RN, 02 (dois) exemplares, 01 (um) de cada.
- Primeiro Comando Aéreo Regional – 1º. COMAR, Belém – PA, 02 (dois) exemplares, 01 (um) de cada.

J. Souza
18


GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
 SECRETARIA DE ESTADO DA INFRA-ESTRUTURA
 DEPARTAMENTO DE SANEAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO
 PROJETO DE "TRANSFORMAÇÃO DA BASE AÉREA DO AMAPÁ EM MUSEU"



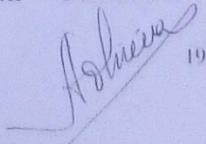
- Centro de Comunicação Social – Ministério da Aeronáutica, Brasília – DF, idem, idem.
- Embaixada dos Estados Unidos da América, Brasília – DF, idem, idem.
- Ministério das relações Exteriores – Assessoria de Relações Federativas, Brasília – DF, idem, idem.
- Centro Histórico e Cultural da Aeronáutica, Rio de Janeiro – RJ, idem, idem.
- Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro – RJ, idem, idem.
- Museu Aeroespacial do MAER, Campo dos Afonsos, Rio de Janeiro – RJ, idem, idem.

15.09.98

Ofício nº. 0242/GAB do Sr. Governador do Estado, dirigido ao Sr. Major – Brigadeiro – do – Ar, MARCUS VINICIUS PINTO COSTA, Comandante do PRIMEIRO COMANDO AÉREO REGIONAL, Belém – PA, solicitando a cessão de um dos pavilhões, existente na antiga Base Aérea do Amapá que, após restaurado pelo Governo do Estado , servirá de local para a montagem de exposição de fotos e mostra de objetos e documentos relacionados à participação da Base nos eventos da 2ª. Guerra Mundial, através de Museu a céu aberto que este Governo pretende implantar naquela localidade, para sua reconstituição histórica.

Por oportuno informo que, de acordo com a autorização verbal de Vossa Excelência de cessão daquele prédio para o fim acima mencionado, autorizei a Secretaria de Estado da Infra Estrutura a preparar o processo licitatório das áreas de reconstrução do referido prédio.

Em cumprimento a determinação do Sr. Governador do Estado, foi aberto o processo de licitação, através da Carta – Convite nº.





GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA INFRA-ESTRUTURA
DEPARTAMENTO DE SANEAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO
PROJETO DE "TRANSFORMAÇÃO DA BASE AÉREA DO AMAPÁ EM MUSEU"

031/98-CPL/SEINF, de 13/10/98, referente aos serviços de restauração do referido imóvel, ora em execução pela firma PARDAL CONSTRUÇÕES LTDA, conforme fotografias anexas.

Após a restauração do prédio – sede do Museu, que estará ocorrendo dentro de aproximadamente 30 (trinta) dias, daremos início aos serviços de limpeza (roçagem e capina) em torno do que restou da antiga Base, e abertura pelo trator, de pequenos ramais de acesso a vários componentes remanescentes tomados pelo matagal, na sua maioria em ruínas, que serão sinalizados com placas de 1,20m x 0,80m. Exemplo:

**NESTE LOCAL, DURANTE
A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL,
FOI EDIFICADO O HOSPITAL
DO EXÉRCITO AMERICANO**



O ideal seria a revitalização do conjunto (prédios e equipamentos) que deveria ter como componente principal o aspecto histórico da participação da Base nos eventos da Segunda Guerra Mundial.

Impossível, entretanto, tal reconstituição, para não se dizer inconcebível, dado os altos custos da operação. O aspecto “histórico” será representado através de placas de identificação do que existiu, a exemplo do que ocorre com algumas das Ex-Bases Americanas no Brasil.

Para a execução dos serviços acima mencionados, necessitamos de um veículo (pic-up) para atendimento assistencial dos trabalhos, com a nossa administração direta, além do adiantamento de uma pequena verba “isenção” no valor de R\$ 8.500,00 (Oito mil e


 GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
 SECRETARIA DE ESTADO DA INFRA-ESTRUTURA
 DEPARTAMENTO DE SANEAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO
 PROJETO DE "TRANSFORMAÇÃO DA BASE AÉREA DO AMAPÁ EM MUSEU"



quinhentos reais) para fazer face às despesas com o pagamento de pessoal, 10 (dez) trabalhadores braçais diários, durante 04 (quatro) semanas para a limpeza das áreas – desmatamento, roçagem e capina – como também a pintura e conserto de telhados de pequenos prédios.

MATERIAIS NECESSÁRIOS	VALOR (R\$)
Ferramentas: (terçados, foices, enxadas, pás, carrinhos de mão (de ferro), limas chatas, esmeris).....	538,00
Materiais de Pintura: (tinta “Coralar”, cal, cola, rolos, bandejas, brochas, lixas, massa corrida, trinchas de 2,5”, 3” e 4”.....	635,00
30 (trinta) placas de concreto de 1.20x0.80m.....	960,00
Substituição de telhas, pregos, cimento e areia.....	750,00
Mão de obra: 10 (dez) trabalhadores braçais diários, durante 04 (quatro) semanas a razão de R\$ 18,00 (dezoito reais), inclusive serviços de pintura e pedreiro.....	5.400,00
Eventuais.....	217,00
TOTAL.....	8.500,00

Obs.: - Os materiais permanentes, como as ferramentas, após os serviços, passarão a fazer parte da “CARGA” do Museu, para sua utilização sempre que necessária a limpeza das áreas, sem necessidade da aquisição de novos materiais.

A obra do Museu a céu aberto da Base Aérea do Amapá será completada, com pequeno serviço de terraplanagem e leve camada de asfalto (extensão de 1km) ligando a estação de passageiros (aeroporto) ao prédio do museu.

J. Oliveira



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
 SECRETARIA DE ESTADO DA INFRA-ESTRUTURA
 DEPARTAMENTO DE SANEAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO
 PROJETO DE "TRANSFORMAÇÃO DA BASE AÉREA DO AMAPÁ EM MUSEU"

Ainda se faz necessário o serviço de telefonia (telefone público) ligando o aeroporto da Base à cidade afim de facilitar o transporte de passageiro em demanda a sede municipal. Estamos fazendo gestões junto a Gerência da Teleamapá, na cidade de Amapá, com vistas a obtenção desse melhoramento. É esse aeroporto, único no mundo que não dispõe desse meio de comunicação. O passageiro desembarca e não tem como pedir o transporte da cidade, por falta de telefone. Daí ter que ir a pé pelo caminho mais curto, de 7km.

Foram confeccionados 2.500 (dois mil e quinhentos) FOLDERS contendo o RESUMO HISTÓRICO da antiga Base Aérea do Amapá, que serão distribuídos aos alunos das redes escolares do Estado e dos Municípios, e de modo especial aos professores da cadeira de História para que façam constar de seus planos de aula, este novo fato histórico, que é a "Transformação da Base Aérea do Amapá em Museu a céu aberto da II Guerra Mundial".

A distribuição começou no Município de Amapá, com 500 (quinhentos) exemplares, dos quais 200 (duzentos) entregues a Secretaria Municipal de Educação, e os outros 300 (trezentos), de forma avulsa, na sede municipal e localidades vizinhas à Base Aérea.

Maior quantidade será entregue a Secretaria de Educação do Estado para distribuição entre Escolas da capital e do interior.



MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA
COMANDO AÉREO DE TREINAMENTO



028 / CMDO / 0526

Parnamirim, 12 de maio de 1998.

or Governador,

Foi com prazer que recebemos a Equipe Técnica da Fundação Estadual de Cultura - DECAP e da Secretaria de Estado da Infra-Estrutura - SEINF e tomamos conhecimento do projeto idealizado por Vossa Excelência.

Após uma visita às instalações desta OM e ao acervo histórico do CATRE a Equipe foi minhada ao Sr. Leonardo Barata, historiador local, o qual orienta uma equipe formada por oradores de entidades não governamentais com o mesmo objetivo.

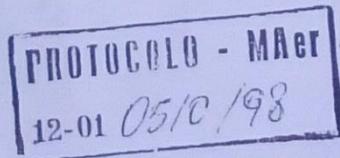
Finalmente, informo a Vossa Excelência que este Comando coloca-se à disposição para colaborar no que for possível.

Aproveito a oportunidade para externar a Vossa Excelência votos de elevada estima e alta consideração.

Juntar
Brig.-do-Ar Junrō Saito
Comandante do CATRE

a Excelência o Senhor
O ALBERTO RODRIGUES CAPIBERIBE
Governador do Estado do Amapá

CEBI ORIGINAL	
HORA	DATA
1820	12/05/98
Assinatura	
Assinatura	



Embassy of the United States of America

13 de julho de 98

Ronald

Eu, David Andrew Hodge, Adido Científico desta
embajada, recibí de Sr. Alfredo Oliveira o Oficio n° 0194/GABI
do Governo do Estado do Amapá, e outros documentos, neste dia
por entregues ao Señor Embajador Melvyn Levitsky

David Andrew Hodge

"EU, DAVID ANDREW HODGE, ADIDO CIENTÍFICO DESTA EMBAIXADA, RE-
CEBI DO SR. ALFREDO OLIVEIRA O OFÍCIO N° 0194/GABI DO GOVER-
NO DO ESTADO DO AMAPÁ, E OUTROS DOCUMENTOS NESTE DIA PARA SE-
ENTREGUES AO SENHOR EMBAIXADOR MELVYN LEVITSKY".



		TRANSMISSÃO EM FAC-SÍMILE	
MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA CENTRO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL Esplanada dos Ministérios - Bloco M - 1º andar 70045-900 - Brasília - DF - BRASIL Fone: (061) 223-1099 / 313-2120 Fax: (061) 224-2210 DESTINATÁRIO (ADDRESSEE)		Nº /DRP/98 DATA (DATE) 14/07/98 TOTAL DE PAG. (TOTAL PAGE) 1	
RGÃO (COMPANY)	INCAER		FAC-SIMILE Nº (021) 240-5104
CT. SR. (A) (MR)	TEN.-BRIG.-DO-AR MOREIRA LIMA		SETOR (LOCATION)
REMETENTE (SENDER)			
NOME (NAME)		SETOR (LOCATION) DRP	
ASSUNTO (SUBJECT)		PRIORIDADE (PRIORITY)	
APRESENTAÇÃO			
COMUNICAÇÃO (COMMUNICATION)			

Exm.^o Sr. Diretor,

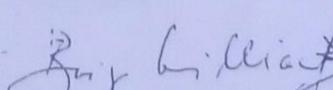
Apresento a V. Ex.^a o Dr. ALFREDO OLIVEIRA, Gerente de Projeto da Secretaria e Estado da Infra-estrutura do Governo do Amapá.

Informo a V. Ex.^a que o referido projeto versa sobre a "Transformação da Base Aérea do Amapá em Museu aberto".

Solicito a V. Ex.^a o apoio Museológico para a pesquisa do Dr. ALFREDO, para recolher subsídios e retornar as providências para a possível implantação do Museu a céu aberto da 2.^a Guerra Mundial na Base Aérea de Amapá.

Informo, ainda, a V. Ex.^a, que o referido Gerente esteve na presença do Comandante do COMAR I, para oficializar o pedido em questão.

Respeitosamente,


Brig.-do-Ar - WILLIAM DE OLIVEIRA BARROS
Chefe do CECOMSAER

25

	TRANSMISSÃO EM FAC-SÍMILE	
MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA CENTRO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL Esplanada dos Ministérios - Bloco M - 1º andar 70045-900 - Brasília - DF - BRASIL Fone: (061) 223-1099 / 313-2120 Fax: (061) 224-2210		Nº /DRP/98
		DATA (DATE) 14/07/98
		TOTAL DE PÁG. (TOTAL PAGE) 1
DESTINATÁRIO (ADDRESSEE)		
ORGÃO (COMPANY)	MUSAL	FAC. SIMILE Nº (021) 357-5814
AT. SR. (A) (MR)	CEL.-AV. JORDÃO	SETOR (LOCATION)
REMETENTE (SENDER)		
NOME (NAME)	CENTRO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO MAER	SETOR (LOCATION) DRP
ASSUNTO (SUBJECT)	APRESENTAÇÃO	PRIORIDADE (PRIORITY)
COMUNICAÇÃO (COMMUNICATION)		

Senhor Coronel,

Apresento a V. S.^a o Dr. ALFREDO OLIVEIRA, Gerente de Projeto da Secretaria de Estado da Infra-estrutura do Governo do Amapá.

Informo a V. S.^a que o referido projeto versa sobre a "Transformação da Base Aérea do Amapá em Museu aberto".

Solicito a V. S.^a o apoio Museológico para a pesquisa do Dr. ALFREDO, para recolher subsídios e retornar as providências para a possível implantação do Museu a céu aberto da 2.^a Guerra Mundial na Base Aérea de Amapá.

Informo, ainda, a V. S.^a, que o referido Gerente de Projetos esteve na presença do Comandante do COMAR I, para oficializar o pedido em questão.

Cordialmente,

Brig.-do-Ar - WILLIAM DE OLIVEIRA BARROS
 Chefe do CECOMSAER



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Assessoria de Relações Federativas
 Sala 48 - Anexo II
 Brasília - DF
 Fone: (061)411-6516/fax: (061)411-6511

de: Ministro Cesario Melantonio Neto
 Ministro-Chefe da Assessoria de Relações Federativas

para: Governador João Alberto Rodrigues Capiberibe
 Governo do Estado do Amapá

Fax: (096)248-0133

Ao Dr. ALFREDO

OLIVEIRA

PARA CONHECIMENTO

E ACOMPANHAMENTO

05.08.98

Brasília, 31 de julho de 1998.

Senhor Governador,

Tenho o prazer de acusar recebimento do Ofício GC/212, de 27 de julho corrente, pelo qual Vossa Excelência solicita apoio da Embaixada do Brasil em Washington para a obtenção, junto ao Governo dos Estados Unidos, de informações sobre a construção e operação, pelos EUA, da Base Aérea de Amapá, durante a II Guerra Mundial.

A Embaixada em Washington já repassou o pedido ao Pentágono, Ministério de Defesa norte-americano, que por sua vez está consultando o Historiador-Chefe da Força Aérea Americana, autoridade encarregada da preservação da memória histórica daquela instituição.

A reação das autoridades americanas será prontamente encaminhada a Vossa Excelência.

Cordiais saudações,

CESARIO MELANTONIO NETO
 Ministro-Chefe da Assessoria de Relações Federativas



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
 Assessoria de Relações Federativas
 Sala 47 - Anexo I
 Brasília - DF
 Fone: (061)411-6510; fax: (061)411-6511

Secretária Márcia Bonner
 Assessoria de Relações Federativas
 Dr. Alfredo Oliveira
 Secretaria de Infra-estrutura
 Estado do Amapá
 Fone: (096)212-7104

Brasília, 31 de julho de 1998.

Senhor Gerente do Projeto,

Com referência à sua visita há duas semanas, tenho o maior de informá-lo de que a Embaixada do Brasil em Washington foi acionada com vistas a procurar obter, junto às autoridades norte-americanas competentes, informações sobre a construção e funcionamento da Base Aérea do Amapá durante a Guerra Mundial.

Condições saudações,
Marcia Bonner
 Márcia Bonner
 Assessoria de Relações Federativas



CONCLUSÃO

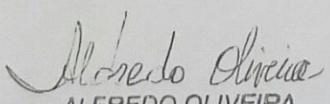


Infelizmente, a idéia de se escrever a "HISTÓRIA DA BASE AÉREA DO AMAPÁ", pequena que fosse, desde seus primórdios até sua desativação, relembrando os fatos mais importantes, não nos foi possível já que o passar dos anos 53 (cinquenta e três) poucos ou nenhum expedientes informativos escaparam ao extravio e a incineração.

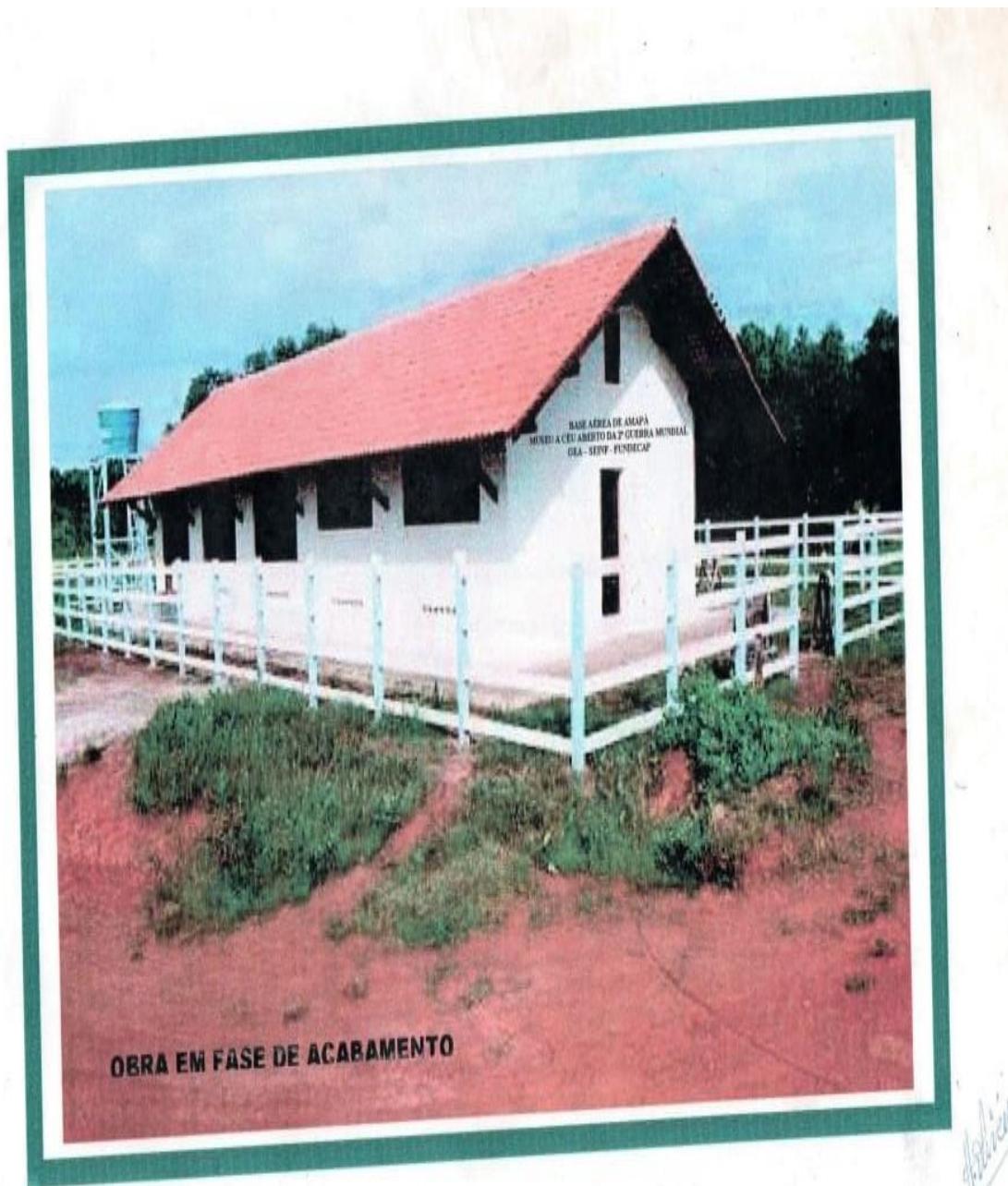
Ainda nos resta a esperança de ser encontrado nos porões dos arquivos do Departamento de Guerra, do FBI, da CIA, dos Serviços de Inteligência militar e naval americanos, além do Pentágono, informações sobre a construção e operação da Base Aérea do Amapá pelos norte – americanos, consoante pesquisa da Embaixada do Brasil em Washington, segundo informou o Senhor Ministro CESÁRIO MELANTONIO NETO, Chefe da Assessoria de Relações Federativas , do Ministério das Relações Exteriores, através do Fax nº. (061) 411-6511, de 31.07.98, dirigido ao Exmo. Sr. Governador do Estado.

Idêntica solicitação, foi encaminhada ao Senhor Embaixador dos EE. UU., em Brasília, referente a construção da Base Aérea do Amapá, pelos norte – americanos.

Mesmo diante das dificuldades encontradas por esta Gerência de Projeto, para a recomposição dos fatos que deram origem a construção e funcionamento daquela Organização Militar, estamos avançando na sua transformação em museu a céu aberto, através dos nossos próprios meios, aproveitando o que restou, como a torre do zepelim, paiós, sucatas de viaturas, e outros, de modo a não deixar cair no esquecimento do povo amapaense, a magnitude do que foi aquela Base no contexto das Nações Unidas, através do apoio prestado às forças aliadas durante a Segunda Guerra Mundial.


 ALFREDO OLIVEIRA
Garante do Proj. Museu Base Aérea
SEINF

**ANEXO D – RELATÓRIO FOTOGRÁFICO DO MUSEU DA BASE AÉREA DE
AMAPÁ - 1999**



6. Limpeza da área e pintura do prédio onde funcionou o Almoxarifado-Geral da Base.
7. Limpeza da área, reparo do telhado e pintura de parte do prédio onde funcionou o alojamento de militares da Marinha Americana.
8. Limpeza da área e pintura da Casa de Bomba e Filtros do Sistema de Abastecimento de Águas da antiga Base Aérea de Amapá.
9. Limpeza da área e pintura das Cisternas e uma Vista do Conjunto do Sistema de Água da Base.
10. Limpeza da área e pintura do poço "amazonas" da Base.
11. Limpeza da área e pintura do Pajol (1) de munição e explosivos (Casamata), utilizado durante a Segunda Guerra Mundial.
12. Limpeza da área e pintura do Pajol (2) de munição e explosivos (Casamata), utilizado durante a Segunda Guerra Mundial.
13. Limpeza da área e pintura do prédio onde funcionou o Escritório da Marinha Americana.
14. Limpeza da área e pintura do que restou do prédio onde funcionou a Estação de Rádio da Marinha Americana.
15. Limpeza da área e pintura do que sobrou do prédio onde funcionou a Estação Transmissora da Base Aérea (Do outro lado da BR-156 - 10 km distante do aeroporto da Base Aérea).
16. Limpeza da área e pintura da carcaça do prédio onde funcionou a Oficina Mecânica da Antiga Base Aérea.
17. Limpeza da área e pintura do prédio – Forno Crematório de Lixo da Base.
18. Limpeza da área e pintura da Torre de Atração de "Blimps" - Zepelins.
19. Limpeza da área e pintura do prédio onde funcionou a Lavanderia dos Militares Americanos.
- PISOS DE ALGUMAS EDIFICAÇÕES QUE FORAM DEMOLIDAS APÓS A RETIRADA DOS AMERICANOS DO MUNICÍPIO DE AMAPA**
20. Piso do Refeitório e Frigorífico da Marinha Americana e piso do Hospital Americano.
21. Piso do Cassino dos Oficiais Americanos, piso do Teatro da Base Aérea e piso de Alojamento dos Oficiais da Marinha Americana.
22. Piso do Alojamento de Oficiais e Sargentos do Exército Americano, Piso do Alojamento de Cabos e Soldados do Exército Americano, Piso do Depósito de materiais do Exército Americano e Piso do Depósito de materiais da Marinha Americana.
23. Piso dos banheiros do Exército, piso do Refeitório do Exército Americano e piso da Garagem da Marinha Americana.

24. Piso da Oficina de Ferraria, Piso de Depósito de óleos Lubrificantes e Piso do Antigo Alojamento da Marinha Americana(Atualmente Capela da Comunidade da Base).

ALGUMAS SUCATAS DE VEÍCULOS E MÁQUINAS UTILIZADAS NA BASE AÉREA DURANTE A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

25. Sucatas de carro de Bombeiros, de Trator de Esteira e restos de Trator e Jipe.
26. Sucatas de Carro-Tanque, restos de Trator e pneus, e de Jipe.
27. Restos de Trator de Esteira, de Basculante e de Compactador.
28. Uma das três Barcaças Motorizadas que transportou pelo rio Amapá-Grande, os materiais dos navios ancorados no mar (Ilha do Maracá), para construção da Base Aérea Americana.

29. Croqui das Edificações da Base Aérea do Amapá.

Além das obras de limpeza e de pintura das áreas de componentes remanescentes da antiga Base Área de Amapá - serviços executados pelo Governo do Estado do Amapá, também o PRIMEIRO COMANDO AÉREO REGIONAL, por sua vez, recuperou dois antigos prédios, transformando-os em depósito, residência de pessoal da Infraero e FAB, além do alojamento de trânsito.

Base Aérea de Amapá (AP) 30 de Julho de 1999.

Alfredo Oliveira
SEL ALFREDO OLIVEIRA
Geraldo do Proj. Museu Base Aérea
SEMP

PRÉDIO (ONDE FUNCIONOU O POSTO MÉDICO DO EXÉRCITO AMERICANO) DESTINADO A SEDE DO MUSEU A CÉU ABERTO DA BASE AÉREA DE AMAPÁ, SOBRE A 2ª GUERRA MUNDIAL



Prédio antes da reforma



Prédio em Reforma



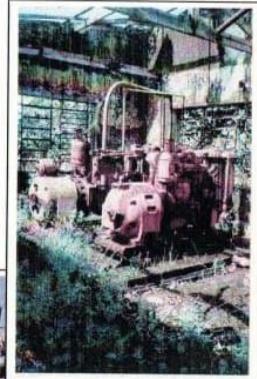
Prédio em fase de acabamento



CASA DE FORÇA (CONTINUAÇÃO)



Antes da limpeza

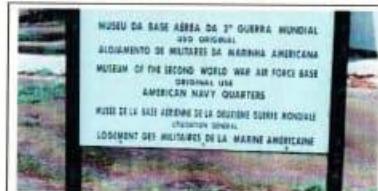


Depois da Limpeza





Silveira
6



Antes da Limpeza da área



Depois da Limpeza da área

Silveira
7

SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DA ANTIGA BASE AÉREA DE AMAPÁ

POÇO AMAZONAS



Antes da Limpeza

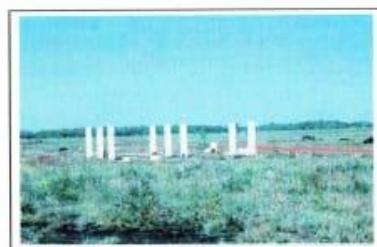


Depois da Limpeza

*10/06/10
J. Oliveira*



Antes da Limpeza da área



Depois da Limpeza da área

*10/06/10
J. Oliveira*

MUSEU DA BASE AÉREA DA 2º GUERRA MUNDIAL
USO ORIGINAL
PAIOL DE MUNIÇÃO E EXPLOSIVOS
MUSEUM OF THE SECOND WORLD WAR AIR FORCE BASE
ORIGINAL USE
POWDER MAGAZINE
MUSÉE DE LA BASE AÉRIENNE DE LA DEUXIÈME GUERRE MONDIALE
UTILISATION GÉNÉRALE
RÉSERVE DE MUNITIONS ET EXPLOSIFS



Antes da limpeza da área



Depois da Limpeza da área

MUSEU DA BASE AÉREA DA 2º GUERRA MUNDIAL
USO ORIGINAL
ESCRITÓRIO DA MARINHA AMERICANA
MUSEUM OF THE SECOND WORLD WAR AIR FORCE BASE
ORIGINAL USE
AMERICAN NAVY OFFICE
MUSÉE DE LA BASE AÉRIENNE DE LA DEUXIÈME GUERRE MONDIALE
UTILISATION GÉNÉRALE
BUREAU DES OFFICIERS AMÉRICAINS



Antes da limpeza da área



Depois da Limpeza da área

LOCAL ONDE FUNCIONOU A ESTAÇÃO DE RÁDIO DA MARINHA AMERICANA



Antes da limpeza da área



LOCAL ONDE FUNCIONOU A CARPINTARIA DA BASE AÉREA DE AMAPÁ



Antes
lk

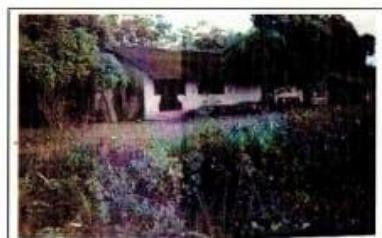


Antes da Limpeza da área



Depois da Limpeza da área

*J. Oliveira
19*



Antes da limpeza da área



Depois da limpeza da área

*J. Oliveira
19*



Piso do Refeitório e Frigorífico da Marinha Americana



Piso do Hospital Americano

Silveira
20

PRÉDIOS RECUPERADOS E UTILIZADOS PELA AERONÁUTICA (RESIDÊNCIA DE PESSOAL DA INFRAERO E DA FAB, ALÉM DO ALOJAMENTO DE TRÂNSITO).



Silveira



Piso do Alojamento de Oficiais e Sargentos do Exército Americano



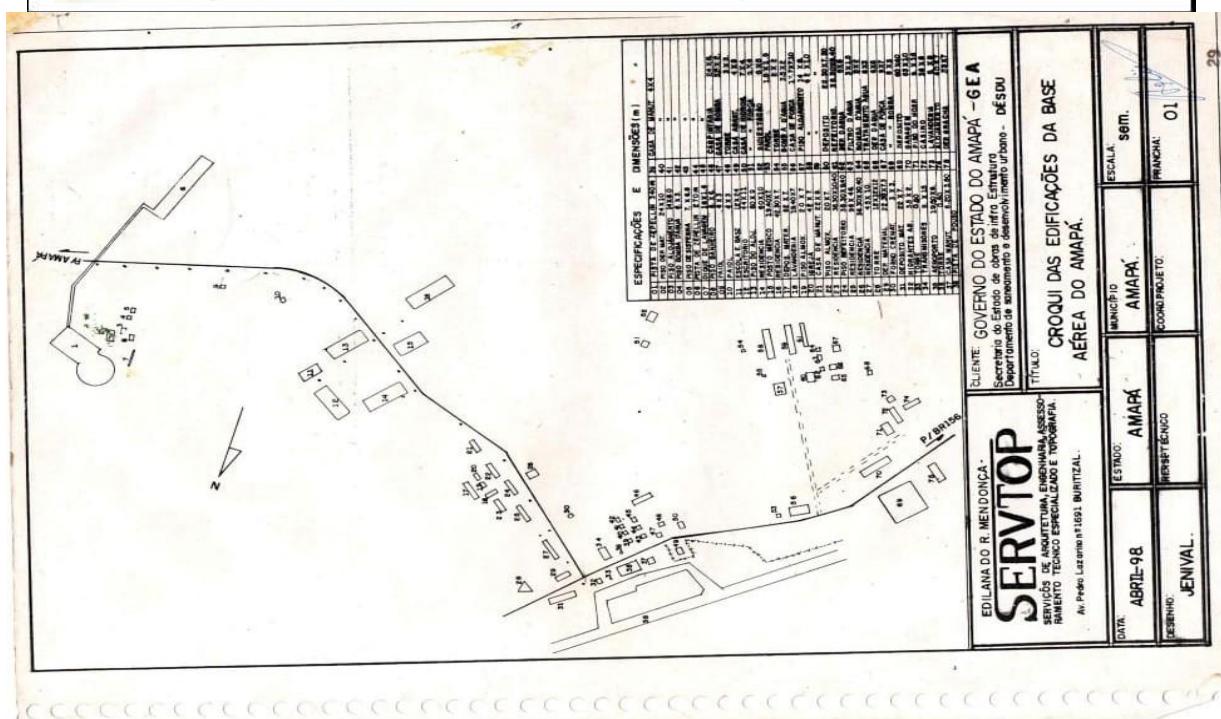
Piso do Alojamento de Cabos e Soldados do Exército Americano



Piso do Depósito de Materiais do Exército Americano



Piso do Depósito de Materiais da Marinha Americana





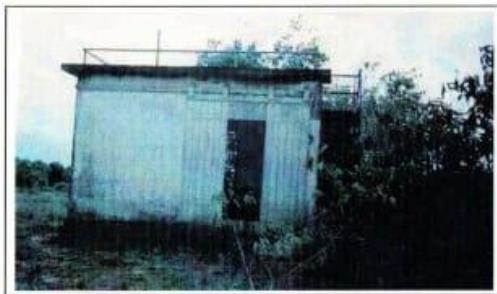
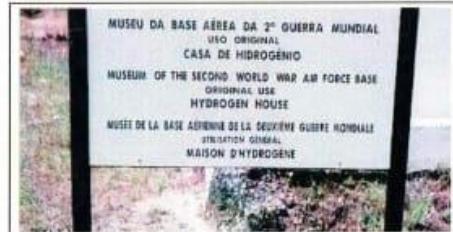
Teatro da Base Aérea de Amapá



Piso do Cassino dos Oficiais Americanos



Piso do Alojamento dos Oficiais da Marinha Americana

21
22

Antes da limpeza da área



Depois da limpeza da área

23
24

SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DA ANTIGA BASE AÉREA DE AMAPÁ

CASA DE BOMBA E FILTROS



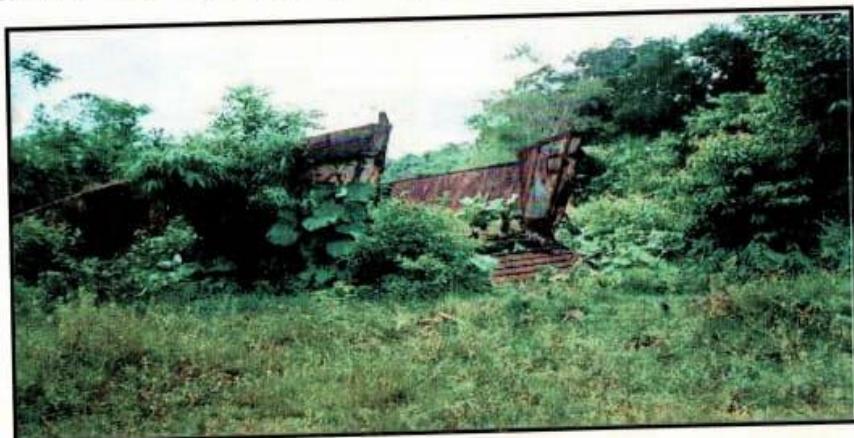
Antes da limpeza da área.



Depois da limpeza da área.

J. L. Viana
8

BASE AÉREA DE AMAPÁ – II GUERRA MUNDIAL – 1942/45



BARCAÇA MOTORIZADA QUE TRANSPORTOU PELO RIO AMAPÁ
GRANDE OS MATERIAS DOS NAVIOS ANCORADOS NA ILHA DE MARAC
PARA CONSTRUÇÃO DA REFERIDA BASE AMERICANA

J. L. Viana
28



Piso da Oficina de Ferraria



Piso do Depósito de Óleos Lubrificantes

Antigo Alojamento da Marinha Americana
(Atualmente Capela da Base Aérea)

MUSEU DA BASE AÉREA DA 2º GUERRA MUNDIAL
USO ORIGINAL
ALMOXARIFADO GERAL
MUSEUM OF THE SECOND WORLD WAR AIR FORCE BASE
ORIGINAL USE
GENERAL STOCK-ROOM
MUSÉE DE LA BASE AÉRIENNE DE LA DEUXIÈME GUERRE MONDIALE
UTILISATION GÉNÉRALE
DÉPÔT

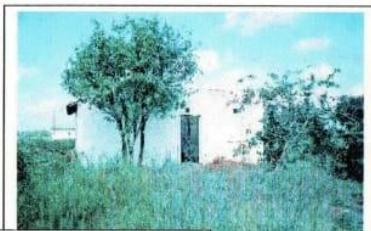


Foto: 6